

SEI

85

*Série Estudos e Pesquisas*

publicações  
**SEI**

SALVADOR  
2010

# PIB DA BAHIA | 1995-2008

A NOVA BASE DAS CONTAS REGIONAIS

Governo do Estado da Bahia

Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento

Antônio Alberto Valença

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Indicadores e Estatísticas

Gustavo Casseb Pessoti

Ficha Técnica

Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas

João Paulo Caetano Santos

Equipe Técnica (Temática)

Denis Veloso da Silva

Gustavo Casseb Pessoti

João Paulo Caetano Santos

Margarida Maria de Andrade

Coordenação de Documentação e Biblioteca

Normalização

Raimundo Pereira Santos

Coordenação de Disseminação de Informações

Márcia Santos

Padronização e Estilo

Editoria de Arte

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Aline Santana (estag.)

Revisão de Linguagem

Calixto Sabatini

Produção Executiva

Maria Eunice dos Santos Silva

Projeto Gráfico

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Julio Vilela

Editoração

Ludmila Nagamatsu Dias

---

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Pib da Bahia 1995-2008: a Nova Base das Contas Regionais.

Salvador: SEI, 2010.

152 p. il. (Série estudos e pesquisas, 85).

ISBN 978-85-85976-78-1

I. Produto interno bruto – Bahia. 2. Contas Nacionais. I. Título.  
II. Série.

CDU 330.552(813.8)





## GRÁFICOS

1. Estrutura por grandes setores, base velha – Bahia – 2005
2. Estrutura por grandes setores, base nova – Bahia – 2005
3. Evolução do PIB: Bahia – 1995/2008
4. Evolução da indústria baiana de transformação segundo subsetores de atividade:  
out./dez. 2008/out./dez. 2007

## TABELAS

1. Produto Interno Bruto – Base nova e base velha – Bahia – 2002-2006
2. Taxa de crescimento e composição setorial – Bahia – 1996
3. Ranking dos principais produtos da agricultura – Bahia – 1996
4. Taxa de crescimento dos grandes setores – Bahia e Brasil – 1997
5. Taxa de crescimento dos principais setores de atividade da economia baiana – 1998
6. Taxa de crescimento e composição setorial – Bahia – 1999
7. Variação do PIB baiano e das suas principais atividades – Bahia – 2000/1999
8. Rendimento, produção e área plantada dos principais produtos agrícolas na Bahia e sua participação no total do Brasil – 2000/2001
9. Taxas de crescimento do PIB – Bahia – 2002
10. Exportações principais segmentos – Bahia – 2004/2005
11. Taxa de crescimento do PIB segundo atividades – Bahia – 2003-2006
12. Estrutura do Produto Interno Bruto segundo grandes setores da atividade econômica Bahia – 2004/2006
13. Desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividade – Bahia – jan./dez. - 2006
14. Exportações principais segmentos – Bahia – jan./dez. – 2005/2006
15. Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2005/2006
16. Comportamento do mercado de trabalho formal – Bahia – 2007
17. Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas 2006/2007 – Bahia
18. Desempenho comércio varejista – Bahia – 2007
19. Exportação principais segmentos – Bahia 2006/2007

20. Investimentos industriais realizados por atividade econômica no estado da Bahia – 2007
21. Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto a preço de mercado – Bahia e Brasil – 2008
22. Taxa de crescimento dos principais setores do PIB – Bahia – 2008
23. Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2007/2008
24. Comportamento do emprego formal por setor de atividade econômica – Bahia – dez. 2008 – jan.-dez. 2008
25. Desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividades – Bahia – jan.-dez. 2008
26. Exportações principais segmentos – Bahia – jan./dez. – 2007/2008

## CONVENÇÕES

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
- .. Não se aplica dado numérico.
- ... Dado numérico não disponível.
- x Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação.
- 0; 0,0; 0,00 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.
- 0; -0,0; -0,00 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

## ■ SUMÁRIO

11	<b>APRESENTAÇÃO</b>
13	<b>CONTAS REGIONAIS</b>
17	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>
17	METODOLOGIA RETROPOLAÇÃO
18	ESTRUTURA DO SISTEMA ESTATÍSTICO E AS CONTAS REGIONAIS
20	<b>Regionalização das informações das pesquisas econômicas do IBGE</b>
28	REGIONALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS DA PESSOA JURÍDICA (DIPJ)
29	REGIONALIZAÇÕES ESPECIAIS
30	<b>Transporte, armazenagem e correio</b>
32	<b>Telecomunicações (classe 64.20)</b>
32	CÁLCULO DA FUNÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR
34	METODOLOGIA DAS CONTAS REGIONAIS – ANO BASE 2002
34	<b>Agropecuária</b>
39	<b>Indústria</b>
45	<b>Serviços</b>
56	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS LÍQUIDOS DE SUBSÍDIOS
59	<b>UM RESGATE SOBRE AS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES METODOLÓGICAS DA NOVA SÉRIE DAS CONTAS REGIONAIS DO BRASIL – ANO BASE 2002</b>
61	REBATIMENTOS EM ÂMBITO REGIONAL
65	CONSIDERAÇÕES FINAIS
69	<b>ANÁLISE CONJUNTURAL E ECONÔMICA (1995–2008)</b>
70	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 1995
71	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 1996
73	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 1997
75	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 1998
77	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 1999
80	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 2000
85	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 2001
91	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 2002
96	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 2003

98	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 2004
102	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 2005
104	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 2006
110	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 2007
117	AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA BAHIA EM 2008
<b>129</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>
<b>135</b>	<b>GLOSSÁRIO</b>
<b>137</b>	<b>APÊNDICE – TABELAS E GRÁFICOS DE RESULTADOS</b>

## APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), por meio da Coordenação de Contas Regionais, apresenta a *Série de Estudos e Pesquisas PIB da Bahia 1995-2008*: a nova base das contas regionais. Neste volume, são apresentados os resultados setoriais do Produto Interno Bruto do estado da Bahia relativos ao período 1995-2008.

Os cálculos ora divulgados foram elaborados sob os princípios e procedimentos metodológicos que norteiam a nova base (ano 2002) das contas regionais do Brasil.

A série 2002 das Contas Regionais tem sua metodologia e base de dados completamente integradas ao Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Nela estão incorporados os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 1995-1996, assim como as pesquisas econômicas anuais da Indústria, da Construção Civil, do Comércio e dos Serviços. Fazem parte, também, os levantamentos domiciliares, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizadas pelo IBGE. Complementando, são agregadas as informações da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), fornecidas pela Secretaria da Receita Federal. O nível adotado de desagregação das atividades econômicas é compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 1.0). A sua divulgação está expressa em 17 atividades econômicas, todas ajustadas com os dados do Brasil, em valores constantes e correntes.

O período anterior ao ano de 2002, que retroage até 1995, é fruto de um processo de retro-polação da série, realizado pelo IBGE, em parceria com os demais institutos de estatística do Brasil, entre os quais a SEI. Para tal, partiu-se desse novo marco referencial, ano 2002, no qual se incorporou a estrutura de pesos das atividades econômicas e os novos avanços metodológicos, aumentando-se a comparabilidade dos dois períodos, sempre levando em consideração o nível de desagregação das informações existentes e adequando o período retro-polido à nova estrutura das atividades econômicas calculada para 2002.

Desta forma, foi possível manter uma série integrada das Contas Regionais desde o ano de 1995, período estrategicamente escolhido para o início da série, em virtude das questões relativas à inflação e à estabilidade do padrão monetário brasileiro.

As tabelas divulgadas nesta publicação compreendem informações sobre a composição e evolução do PIB da Bahia, calculadas com base em estatísticas sobre o valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto de cada atividade econômica.

Ademais do extenso acervo de dados estatísticos, relativos aos diversos setores produtivos da economia baiana, esse trabalho reúne, ainda, as análises anuais do desempenho do PIB da Bahia e aspectos conjunturais/estruturais que marcaram o período 1995-2008.

Enfim, por meio desse estudo, a SEI torna disponível para o público em geral, pesquisadores, estudantes das esferas pública e privada e, principalmente, para o sistema de planejamento estadual um valioso instrumento de análise da economia baiana, apresentado em uma série contínua dos últimos 14 anos.

Gustavo Casseb Pessoti  
Diretor de Indicadores e Estatísticas

### INTRODUÇÃO

A disponibilidade de indicadores que retratam a realidade socioeconômica regional vem-se constituindo numa necessidade cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas.

O atual contexto de crescente globalização das economias tem contribuído decisivamente para as constantes transformações que vêm ocorrendo no âmbito das atividades produtivas e das estratégias competitivas das empresas. Estas, procurando acompanhar a tendência atual de formação de blocos econômicos de países, com reflexos sobre a especialização produtiva de cada unidade da Federação ou região, precisam conhecer as informações referentes à performance e às capacidades das economias de cada unidade produtiva, para poder definir suas estratégias de expansão e de localização.

Da mesma forma, essas informações têm sido demandadas pelos estudiosos dos problemas relacionados com a questão federativa, que procuram entender a dinâmica dos desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira.

O trabalho da SEI é desenvolvido em parceria com o IBGE e com os demais órgãos estaduais de estatística, para a construção de um sistema de contas por unidade da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável no tempo e no espaço, atendendo à demanda por informações regionalizadas.

Para isso, a metodologia adotada nas Contas Regionais foi uniformizada por unidade da Federação e integrada à metodologia adotada pelo IBGE no Sistema de Contas Nacionais.

Em virtude das particularidades das unidades federativas, decidiu-se que, em sua primeira etapa, a estimação do Sistema de Contas Regionais deveria restringir-se à elaboração, apenas, da conta de produção das principais atividades econômicas, em consonância com a metodologia nacional, apresentando as informações referentes ao processo de geração da renda regional, cujo valor-síntese foi expresso pelo Produto Interno Bruto (PIB). A atual disponibilidade dos dados para cada unidade da Federação torna mais factível calcular o PIB regional de acordo com a ótica da produção, a qual determina que o valor agregado bruto resulta da diferença entre o valor bruto da produção e o respectivo consumo intermediário.

Apesar dos avanços ocorridos, havia a percepção de que era necessário atualizar a base do Sistema de Contas Nacionais e, por conseguinte, das Contas Regionais. A recomendação internacional é que se atualize o ano-base das Contas Nacionais, no máximo, a cada dez anos, e o atual Sistema de Contas Nacionais do Brasil tinha como base o último ano de realização dos censos econômicos, isto é, 1985. A atualização de base tem como um dos objetivos fundamentais a atualização da base de ponderação, tanto para o Brasil como para as unidades da Federação.

A atualização de uma série de Contas Regionais, usualmente referida como mudança de base, é, normalmente, compreendida como a atualização dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do PIB dos estados e de seus componentes a preços constantes de um determinado ano. Quando se realiza a chamada “mudança de base”, incorpora-se, também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados e resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos.

Em geral, a escolha do ano-base deve recair sobre um ano para o qual se disponha de dados suficientes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da conta de produção de todos os estados. As Contas Regionais do Brasil foram revisadas adotando o ano de 2002 como referência.

A escolha de 2002 como ano de referência deveu-se, dentre vários fatores, ao fato de que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) passou a adotar uma nova classificação de atividades — Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE-Domiciliar), que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para as pesquisas domiciliares —, ficando compatível com os anos subsequentes. Nesse mesmo ano, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) passou a ter um perfil semelhante ao das outras pesquisas econômicas anuais do IBGE — Pesquisa Industrial Anual-Empresa (PIA-Empresa), Pesquisa Anual de Comércio (PAC) e Pesquisa Anual de Serviços (PAS) —, isto é, com estrato amostral e estrato certo, deixando de ser um painel. Dispõe-se, também, da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (de Emprego e Salário e de Produção Física) e da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), cujos índices têm importância de destaque na revelação do desempenho real das atividades industriais e comerciais, respectivamente, da quase totalidade das unidades da Federação.

Essa nova possibilidade de utilização dos dados estatísticos (uso dos valores correntes das pesquisas) é um novo paradigma, na medida em que, para a maioria das atividades, não haverá mais o procedimento de cálculo das variáveis da conta de produção através do método de extrapolação.

Esta publicação está organizada em três capítulos. O primeiro aborda a metodologia de retroprojeção do IBGE e a relação entre a estrutura do sistema estatístico e as Contas Regionais, apresentando os procedimentos de regionalização das pesquisas utilizadas para a construção dos seus agregados.

No segundo capítulo, é apresentada uma análise das principais modificações metodológicas da nova série das Contas Regionais do Brasil. Finalmente, no terceiro capítulo, é apresentada uma análise, com base em releases anuais, do PIB baiano desde 1995 até o ano de 2008, na qual são avaliados os principais aspectos dos setores da atividade econômica.



## ASPECTOS METODOLÓGICOS<sup>1</sup>

### METODOLOGIA RETROPOLAÇÃO

As Contas Regionais, com referência em 2002, passaram a divulgar os seus resultados em 17 atividades<sup>2</sup> econômicas, mais desagregados do que no ano de referência 1985, que divulgava 15<sup>3</sup> atividades econômicas. Além disso, algumas atividades foram reclassificadas, em virtude da atualização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 1.0).

Para que a retropolação da série com referência 2002 pudesse ser realizada, observou-se a correspondência entre as atividades das duas referências (2002 e 1985). Neste sentido, a série foi classificada em nove atividades econômicas: *Agropecuária; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; Construção civil; Comércio; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e Demais serviços*<sup>4</sup>. A correspondência entre as atividades encontra-se em anexo.

A retropolação das Contas Regionais do novo ano de referência foi estimada a partir do ano de 2002, retrocedendo até 1995, admitindo-se que as variações em volume e preço das atividades na classificação proposta, entre 1995 e 2002, se mantiveram inalteradas. Os resultados obtidos foram ajustados às Contas Nacionais tanto em valores constantes quanto correntes, considerando sua série retropolada<sup>5</sup> (1995 e 2001).

<sup>1</sup> Estes foi retirado da série Relatórios Metodológicos n. 37 publicada pelo IBGE.

<sup>2</sup> As atividades são: *Agricultura, silvicultura e exploração florestal; Pecuária e pesca; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Construção civil; Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transportes, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Serviços prestados às famílias e associativas; Serviços prestados às empresas; Atividades imobiliárias e aluguéis; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Saúde e educação mercantis; e Serviços domésticos.*

<sup>3</sup> As atividades são: *Agropecuária; Indústria extrativa mineral; Indústria de transformação; Eletricidade, gás e água; Construção; Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico; Alojamento e alimentação; Transportes e armazenagem; Comunicações; Intermediação financeira; Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; Administração pública, defesa e seguridade social; Saúde e educação mercantis; Outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e Serviços domésticos.*

<sup>4</sup> Demais serviços compreendem *Serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transportes, armazenagem e correio; Serviços de informação; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços prestados às empresas; Atividades imobiliárias e aluguéis; Saúde e educação mercantis; e Serviços domésticos.*

<sup>5</sup> Recomenda-se a leitura da Nota Metodológica Nº 22 do Sistema de Contas Nacionais Revisão da Série 1995-1999 (retropolação) disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/22\\_retropolacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/22_retropolacao.pdf).

A estimação dos valores constantes para cada atividade, ou seja, os valores aos preços do ano anterior, foi realizada deflacionando o valor adicionado bruto corrente do ano T considerando o respectivo índice de preço para o ano de T-1 da série com referência em 1985.

Esquemáticamente:

Valor adicionado bruto a preços constantes de T-1 ← Índice de preço do valor adicionado bruto do ano T-1 ← Valor adicionado bruto corrente do ano T

Por analogia, o cálculo do valor corrente do ano anterior (T-1) foi retropolado aplicando-se ao valor adicionado bruto de T aos preços de T-1 (valor constante de T) seu respectivo índice de volume da série de referência em 1985. Assim:

Valor adicionado bruto corrente do ano T-1 ← Índice de volume do valor adicionado bruto do ano T-1 ← Valor adicionado bruto a preços constantes de T-1

O procedimento acima esquematizado foi realizado até o primeiro ano da série regional retropolada (1995), sendo, em seguida, ajustado à série retropolada das Contas Nacionais. A diferença encontrada, em valores correntes e constantes, por atividade econômica, foi distribuída, segundo a nova estrutura de pesos, entre as unidades da Federação.

A estimativa da série retropolada dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, incluiu o valor da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que era considerado imposto sobre a atividade na referência 1985 e que passou a ser considerado como imposto sobre produto na base 2002. O cálculo dos valores constantes dos impostos entre 2001 e 1995 foi estimado com base na metodologia da série com referência em 2002.

Neste sentido, foi possível encadear as séries em valores constantes e correntes, para o valor adicionado bruto a preço básico, total e as nove atividades, para os impostos, líquidos de subsídios, sobre produto e para o Produto Interno Bruto a preço de mercado, além do cálculo do Produto Interno Bruto per capita, para todas as unidades da Federação.

## ESTRUTURA DO SISTEMA ESTATÍSTICO E AS CONTAS REGIONAIS

O programa de modernização das estatísticas econômicas, a cargo do IBGE, está apoiado na convicção de que a melhor informação produzida por uma instituição de estatística é aquela que é útil para a sociedade. Essa utilidade, por sua vez, está relacionada com o custo de sua preparação e com o tempo gasto para sua divulgação.

Para alcançar esses novos objetivos, o IBGE priorizou a realização de pesquisas anuais por amostragem, assim como recorreu ao uso de registros administrativos, tanto para manter seus cadastros de empresas atualizados, quanto para obter informações socioeconômicas e contábeis.

A fim de viabilizar o novo sistema estatístico, foi implantado o Cadastro Central de Empresas (Cempre), que reúne todas as empresas juridicamente constituídas, isto é, as empresas do setor formal. Consequentemente, esse modelo deixa de lado as unidades produtivas organizadas

em moldes familiares, ou seja, que atuam na economia sem a necessidade de organização da sua atividade sob a forma de empresa.

Essa nova orientação implica alterações importantes na construção das Contas Nacionais e Regionais, na medida em que as fontes para a estimativa das atividades com forte presença de pequenas empresas e unidades familiares de produção são distintas das usadas para avaliar as atividades realizadas por grandes empresas. O recurso a fontes domiciliares é cada vez mais frequente, embora a disponibilidade não seja igual para todos os estados (para a Região Norte, até 2004, ainda não se dispunha de amostra na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para a sua área rural). Brevemente, contar-se-á com uma pesquisa domiciliar contínua, em fase de desenvolvimento pelo IBGE, que trará avanços para a análise dos setores de produção ligados às famílias.

No que diz respeito ao Cempre, do IBGE, cada empresa foi identificada a partir das seguintes informações cadastrais:

- a) Endereço.
- b) CNPJ.
- c) Código de atividade econômica.
- d) Dados econômicos: receita de venda de bens e serviços e pessoal ocupado. As empresas deste cadastro foram agrupadas de acordo com os grandes grupos de atividade (*Indústria, Comércio, Transporte, Construção, Serviços* e outros). A partir da montagem do cadastro, o IBGE não realizou mais censos quinquenais, mas sim pesquisas anuais por amostra, de forma a produzir informações atualizadas e uniformes ao longo dos anos.

A introdução das pesquisas anuais do IBGE no escopo de trabalho das Contas Nacionais e Regionais foi a mudança mais significativa no processo de produção dos agregados macroeconômicos. As pesquisas econômicas, por serem anuais, atualizam automaticamente o perfil econômico regional, não sendo mais necessárias revisões do ano de referência para corrigir eventuais desvios da realidade, em virtude das mudanças na estrutura econômica. Desta forma, são obtidos os dados do valor bruto da produção e do consumo intermediário sem necessidade de estimar os anos correntes, extrapolando por índices de preço e de volume.

As pesquisas econômicas por amostragem são realizadas com a finalidade de coletar informações anuais relacionadas com a renda gerada (valor adicionado) nas unidades produtivas, a composição dessa renda, o emprego e a formação de capital. As unidades informantes dessas pesquisas são selecionadas a partir do Cempre, e seu desenho amostral distingue dois estratos:

- Estrato certo: composto pelas empresas com porte acima de determinado corte, segundo o número total de pessoas ocupadas na empresa (20 no *Comércio* e nos *Serviços*, e 30 na *Indústria* e na *Construção civil*), as quais são investigadas censitariamente.
- Estrato amostral: composto pelas empresas abaixo dos cortes anteriormente referidos, as quais são selecionadas por critérios de amostragem probabilística.

As amostras foram desenhadas por classe ou grupo da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 1.0), para garantir representatividade nacional às pesquisas anuais, podendo também gerar informações representativas para alguns estados ou regiões.

Além dos resultados das pesquisas econômicas do IBGE — Pesquisa Industrial Anual-Empresa (PIA-Empresa), Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), Pesquisa Anual de Comércio (PAC) e Pesquisa Anual de Serviços (PAS) —, as Contas Nacionais e Regionais passaram a incorporar os dados da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), obtidos pela Secretaria da Receita Federal, para complementar o universo das empresas.

### **Regionalização das informações das pesquisas econômicas do IBGE**

No modelo atual das Contas Regionais, baseado nas pesquisas anuais do IBGE, a informação mais completa refere-se às empresas e, no caso da PIA-Empresa, também às suas unidades locais. Este modelo tem como vantagem o melhor conhecimento sobre os fatores produtivos necessários para construção dos agregados com base nos dados contábeis das empresas, que, em última instância, é a informação mais próxima da sua estrutura administrativa e organizacional.

No modelo anterior, baseado em censos, a informação servia melhor no que tange à regionalização, já que advinha do estabelecimento, que poderia não estar na mesma unidade da Federação da sede da empresa. No entanto, era mais difícil ao informante, já que ele teria que fornecer os dados em formato não habitual ao seu padrão contábil.

Para melhor adaptar as Contas Regionais ao novo modelo e por saber que se impõem algumas limitações no que concerne à regionalização, foi necessário desenvolver alguns critérios para regionalizar os agregados com base em informações fornecidas pelas pesquisas. Esses critérios diferem conforme a pesquisa.

#### **Pesquisa Industrial Anual-Empresa (Pia-Empresa)**

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial<sup>6</sup> no país, bem como sua distribuição espacial e as transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas industriais. O âmbito da PIA-Empresa inclui as empresas sediadas no território nacional, com cinco ou mais pessoas ocupadas em 31 de dezembro do ano de referência do cadastro básico de seleção da pesquisa.

O estrato final certo é formado pelas empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, e o estrato final amostrado, pelas empresas com cinco a 29 pessoas ocupadas.

A pesquisa está organizada num esquema de unidades múltiplas com identificação das unidades locais, tendo a empresa como unidade central de investigação e núcleo em torno do

<sup>6</sup> Fazem parte do âmbito da pesquisa as empresas que têm atividade principal compreendida nas seções C e D (indústrias extrativas e indústrias de transformação, respectivamente) da CNAE 1.0. Para maiores detalhes, ver o item Notas técnicas da publicação *Pesquisa Industrial 2006*, n. 1: Empresa, divulgada em 2008.

qual se articulam as unidades. Para as empresas com múltiplas localizações e/ou múltiplas atividades econômicas<sup>7</sup>, completa-se o enfoque centralizado na empresa com a identificação das unidades locais, por localização geográfica e atividade principal exercida, e a informação de um conjunto limitado de variáveis referentes às atividades nelas exercidas. É com base nessas informações que foram criados os métodos de regionalização.

O valor da produção (VP) e o consumo intermediário (CI) foram estimados a partir da compatibilização das variáveis contábeis constantes no questionário da pesquisa com os conceitos do Sistema de Contas Nacionais, segundo as recomendações internacionais contidas no manual *System of National Accounts 1993* (SNA 93).

(A) Tratamento das empresas do estrato amostral com dados expandidos.

Neste conjunto, a unidade de investigação é a empresa e não há informação de unidade local, portanto seus agregados são autorregionalizáveis.

(B) Tratamento das empresas do estrato certo.

Neste conjunto de empresas, são pesquisadas informações para suas unidades locais e se podem identificar dois subconjuntos: empresas com unidades locais classificadas na mesma CNAE e localizadas em uma única unidade da Federação; e empresas com unidades locais classificadas em CNAE diferentes e/ou localizadas em mais de uma unidade da Federação.

(B.1) Empresas com unidades locais classificadas na mesma CNAE e localizadas em uma única unidade da Federação.

As empresas pertencentes a este conjunto foram tratadas como empresas de atuação única, não sendo necessária a utilização de qualquer critério de rateio.

(B.2) Empresas com unidades locais classificadas em CNAE diferentes e/ou localizadas em mais de uma unidade da Federação.

As variáveis destas empresas foram rateadas de acordo com as informações de suas unidades locais, que permitiram criar uma função de produção para cada unidade local. A partir dessas funções de produção, foi construída estrutura por unidade local para ratear cada agregado da empresa: valor da produção (VP), consumo intermediário (CI) e valor adicionado (VA). Essas estruturas foram aplicadas conforme os seis métodos seletivos descritos a seguir.

Cálculo I dos parâmetros de rateio com base nos dados das unidades locais

$$VPaux_i = V0196 + V0197 + V0198 + V0200 - V0199 \quad (1)$$

$$VClaux_i = V0201 + V0202 + V0203 \quad (2)$$

$$VAaux = VPaux - Claux_i \quad (3)$$

$$SALaux = V0195 \quad (4)$$

$$POaux = V0194 \quad (5)$$

<sup>7</sup> Embora a pesquisa tenha como âmbito empresas que têm atividade principal compreendida nas seções C e D da CNAE 1.0, suas unidades locais podem estar classificadas em outras seções.

Em seguida, calculou-se para cada variável da unidade local a sua participação no somatório das unidades locais da empresa e se utilizou esta estrutura para ratear os agregados das empresas pelas unidades locais, como segue:

Método 1: Rateio por valor da produção e consumo intermediário.

$$VPUL = VP * \left( \frac{VPaux_1}{\sum Claux_1} \right) \quad (6)$$

$$CIUL = CI * \left( \frac{Claux_1}{\sum Claux_1} \right) \quad (7)$$

$$VAUL = VPUL - CIUL \quad (8)$$

Método 2: Rateio por valor adicionado e consumo intermediário.

$$VAUL = VA * \left( \frac{VAaux_1}{\sum VAaux_1} \right) \quad (9)$$

$$CIUL = CI * \left( \frac{Claux_1}{\sum Claux_1} \right) \quad (10)$$

$$VPUL = VAUL + CIUL \quad (11)$$

Após esses dois métodos de rateio, fazem-se testes verificando qual método gera menor valor adicionado negativo, optando-se por este. As empresas que têm valor adicionado positivo e que apresentam unidade local com valor adicionado negativo nos dois métodos foram separadas e passaram para os métodos seguintes. A hipótese foi de que essas empresas não apropriam adequadamente os custos quando as unidades locais transferem seus produtos para a ponta da cadeia, ou seja, estão subvalorando as transferências. Neste caso, as unidades locais industriais apresentam valor adicionado negativo, enquanto as unidades locais comerciais, valor adicionado positivo. As empresas que apresentam unidades locais agrícolas têm valor adicionado negativo, e as industriais, valor adicionado positivo.

Com base nesta hipótese, calcularam-se novos parâmetros de rateio com os dados das unidades locais, compondo o valor da produção da unidade local por seus custos, mais salários e encargos, e se calculou o somatório das transferências destas unidades locais, distribuindo pelas unidades locais com valor adicionado positivo, de acordo com a receita líquida de vendas de cada unidade local.

Cálculo II dos parâmetros de rateio com base nos dados das unidades locais

$$TRANSF = V0201 + V0202 + V0203 + SALUL + ENC.SOCIAIS.UL - (V0196 + V0197 + V0198) - (V0200 - V0199) \quad (12)$$

$$PVENDA = (V0197 + V0198) / (\sum V0197 + \sum V0198) \quad (13)$$

$$VPaux_2 = V0196 + V0197 + V0198 + V0200 - V0199 \quad (14)$$

$$Clau_{x_2} = \sum TRANSF * PVENDA + V0201 + V0202 + V0203 \quad (15)$$

$$VAaux = VPaux_2 - Clau_{x_2} \quad (16)$$

Método 3: Rateio por valor da produção e consumo intermediário.

$$VPUL = VP * (VPaux_2 / \sum VPaux_2) \quad (17)$$

$$CIUL = CI * (Clau_{x_2} / \sum Clau_{x_2}) \quad (18)$$

$$VAUL = VPUL - CIUL \quad (19)$$

$$VAUL = VA * (VAaux_2 / \sum VAaux_2) \quad (20)$$

Método 4: Rateio por valor adicionado e consumo intermediário.

$$CIUL = CI * (Clau_{x_2} / \sum Clau_{x_2}) \quad (21)$$

$$VPUL = VAUL + CIUL \quad (22)$$

Método 5: Rateio por valor adicionado e consumo intermediário.

$$VAUL = VA * (VPaux_2 / \sum VPaux_2) \quad (23)$$

$$CIUL = CI * (Clau_{x_2} / \sum Clau_{x_2}) \quad (24)$$

$$VPUL = VAUL + CIUL \quad (25)$$

Método 6: Rateio do valor adicionado por participação dos salários

$$VAUL = VA * (SALaux / \sum SALaux) \quad (26)$$

$$CIUL = CI * (Clau_{x_2} / \sum Clau_{x_2}) \quad (27)$$

$$VPUL = VAUL + CIUL \quad (28)$$

Após realizar os quatro tipos de rateio, é eleito o que tornar o valor adicionado das unidades locais positivo ou gerar o menor valor adicionado negativo possível.

Pesquisa Anual de Comércio (PAC)

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade de comércio<sup>8</sup> no país, bem como sua distribuição espacial e as transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas comerciais. O âmbito da PAC inclui as empresas sediadas no território nacional. Especificamente para as unidades da Federação da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas,

<sup>8</sup> Fazem parte do âmbito da pesquisa as empresas com atividade principal classificada na Seção G (Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos) da CNAE 1.0, excluindo os seguintes segmentos: *Serviços de manutenção e reparação de veículos e motocicletas, Reparação de objetos pessoais e domésticos e Representantes comerciais e agentes do comércio*. Para maiores detalhes, ver o item Notas técnicas da publicação Pesquisa Anual de Comércio 2006, divulgada em 2008.

Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), são consideradas apenas as empresas que estão sediadas nos municípios das capitais, com exceção do Pará, onde são consideradas aquelas que estão sediadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

O estrato final certo é formado pelas empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas, cabendo ressaltar que empresas com menos de 20 pessoas ocupadas no cadastro básico de seleção são incluídas no estrato certo quando apresentam receita no mesmo patamar das empresas do estrato certo da pesquisa do ano anterior. O estrato final amostrado é formado pelas empresas com menos de 20 pessoas ocupadas.

A unidade de investigação da PAC é a empresa, o que gerou a necessidade do estabelecimento de critérios de rateio para as empresas que atuam em mais de uma unidade da Federação.

A construção dos agregados, por empresa, do valor da produção (VP), consumo intermediário (CI) e valor adicionado (VA) foi elaborada de acordo com os conceitos do Sistema de Contas Nacionais.

Os métodos de regionalização das informações das empresas foram estabelecidos com base nas variáveis do Bloco III – Dados de Regionalização dos questionários de ambos os estratos da pesquisa, especificamente salários, retiradas e outras remunerações; e receita bruta de revenda.

Método 1: Tem-se, por hipótese, que a relação entre o valor da produção e a receita bruta de revenda da empresa foi a mesma para todas as unidades da Federação em que a empresa atua.

$$VPUF = \text{receita.bruta.revenda.UF} * \frac{VP}{\text{rec.bruta.revenda.emp.}} \quad (29)$$

$$VAUF = \left( \frac{SALÁRIO.UF}{\sum SALÁRIO.UF} \right) * VA \quad (30)$$

$$CIUF = VPUF + VAUF \quad (31)$$

Método 2: Nos casos em que a variável receita bruta de revenda não foi informada para determinada unidade da Federação, o rateio tem como hipótese que a relação técnica de custos e receitas da empresa (consumo intermediário/valor da produção) foi a mesma para todas as unidades da Federação de atuação.

$$VPUF = \frac{VAUF}{1 - \frac{CI}{VP}} * VP \quad (32)$$

$$VAUF = \frac{SALÁRIO.UF}{\sum SALÁRIO.UF} * VA \quad (33)$$

$$CIUF = VPUF - VAUF \quad (34)$$

### Pesquisa Anual de Serviços (PAS)

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade de serviços não financeiros<sup>9</sup> no país, bem como sua distribuição espacial e as transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas do setor. O âmbito da PAS inclui as empresas sujeitas ao regime jurídico das entidades empresariais, excluindo-se, portanto, órgãos da administração pública direta e instituições privadas sem fins lucrativos, sediadas no território nacional. Especificamente para as unidades da Federação da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), são consideradas apenas as empresas que estão sediadas nos municípios das capitais, com exceção do Pará, onde são consideradas aquelas que estão sediadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

O estrato final certo é formado pelas empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas e, no caso da atividade de serviços de publicidade, pela empresas com 15 ou mais pessoas ocupadas. Também inclui as empresas que no cadastro básico de seleção possuem menos de 20 pessoas ocupadas e atuam em mais de uma unidade da Federação. Cabe ressaltar que empresas com menos de 20 pessoas ocupadas no cadastro básico de seleção são incluídas no estrato certo quando apresentam receita no mesmo patamar das empresas do estrato certo da pesquisa do ano anterior. O estrato final amostrado é formado pelas empresas com menos de 20 pessoas ocupadas e que atuam em apenas uma unidade da Federação.

A unidade de investigação da PAS é a empresa, o que gerou a necessidade de regionalização das informações por unidade da Federação de atuação.

A construção dos agregados, por empresa, do valor da produção (VP), consumo intermediário (CI) e valor adicionado (VA) foi elaborada de acordo com os conceitos do Sistema de Contas Nacionais.

Os métodos de regionalização das informações das empresas foram estabelecidos com base nas variáveis do Bloco III – Dados de Regionalização do questionário da pesquisa, especificamente as variáveis salários, retiradas e outras remunerações; e receita bruta de prestação de serviços.

Método 1: Existindo informação das variáveis referentes a salários, retiradas e outras remunerações e receita bruta de prestação de serviços no ano, para as mesmas unidades da Federação.

$$VAUF = \frac{SALÁRIO.UF}{\sum SALÁRIO.UF} * VA \quad (35)$$

$$VAUF = \frac{RECEITA.UF}{\sum RECEITA.UF} * VP \quad (36)$$

$$CIUF = VPUF - VAUF \quad (37)$$

<sup>9</sup> Fazem parte do âmbito da pesquisa as empresas que têm atividade principal compreendida em um conjunto de atividades com características econômicas diversificadas e genericamente referidas como setor produtor de serviços, correspondendo a várias seções da CNAE 1.0. Para maiores detalhes, ver o item Notas técnicas da publicação Pesquisa Anual de Serviços 2006, divulgada em 2008.

Método 2: Existindo informação de receita bruta de prestação de serviços para mais unidades da Federação de atuação do que a informação de salários, retiradas e outras remunerações.

$$VAUF = \frac{RECEITA.UF}{\sum RECEITA.UF} * VA \quad (38)$$

$$VPUF = \frac{RECEITA.UF}{\sum RECEITA.UF} * VP \quad (39)$$

$$CIUF = VPUF - VAUF \quad (40)$$

Método 3: Existindo informação de salários, retiradas e outras remunerações para mais unidades da Federação de atuação do que a informação de receita bruta de prestação de serviços.

$$VAUF = \frac{SALÁRIO.UF}{\sum SALÁRIO.UF} * VA \quad (41)$$

$$VPUF = \frac{SALÁRIO.UF}{\sum SALÁRIO.UF} * VP \quad (42)$$

$$CIUF = VPUF - VAUF \quad (43)$$

#### Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade de construção<sup>10</sup> no país, bem como sua distribuição espacial e as transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas de construção. O âmbito da PAIC inclui as empresas sediadas no território nacional, com pelo menos uma pessoa ocupada em 31 de dezembro do ano de referência do cadastro básico de seleção da pesquisa.

O estrato final certo é formado pelas empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, e o estrato final amostrado, pelas empresas com menos de 30 pessoas ocupadas.

Os métodos de rateio dos agregados valor da produção (VP), consumo intermediário (CI) e valor adicionado (VA) da empresa foram realizados com base nas variáveis do Bloco IV – Regionalização das Informações do questionário da pesquisa, especificamente as variáveis obras e/ou serviços da construção executados no ano; custos das obras e/ou serviços da construção; e salários, retiradas e outras remunerações. Foram adotados seis métodos seletivos, descritos a seguir.

<sup>10</sup> Fazem parte do âmbito da pesquisa as empresas que têm atividade principal compreendida na Seção F (Construção) da CNAE 1.0. Para maiores detalhes, ver o item Notas técnicas da publicação Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2006, divulgada em 2008.

Método 1: Regionalização do valor da produção e do consumo intermediário, existindo informação para as mesmas unidades da Federação de custos das obras e/ou serviços da construção e obras e/ou serviços da construção executados no ano.

$$VPUF = \frac{\text{obras e/ou serviços de construção executados no ano.UF}}{\sum \text{obras e/ou serviços de construção executados no ano.UF}} * VP \quad (44)$$

$$CIUF = \frac{\text{custo das obras e/ou serviços da construção.UF}}{\sum \text{custo das obras e/ou serviços da construção.UF}} * CI \quad (45)$$

$$VAUF = VPUF - CIUF \quad (46)$$

Método 2: Regionalização do valor adicionado e valor da produção, existindo informação para as mesmas unidades da Federação de obras e/ou serviços da construção executados no ano e salários, retiradas e outras remunerações.

$$VPUF = \frac{\text{obras e/ou serviços de construção executados no ano.UF}}{\sum \text{obras e/ou serviços de construção executados no ano.UF}} * VP \quad (47)$$

$$VAUF = \frac{SALÁRIO.UF}{\sum SALÁRIO.UF} * VA \quad (48)$$

$$CIUF = VPUF + VAUF \quad (49)$$

Método 3: Regionalização do valor adicionado e consumo intermediário, existindo informação para as mesmas unidades da Federação de custos das obras e/ou serviços da construção e salários, retiradas e outras remunerações.

$$VAUF = \frac{SALÁRIO.UF}{\sum SALÁRIO.UF} * VA \quad (50)$$

$$CIUF = \frac{\text{custo das obras e/ou serviços de construção.UF}}{\sum \text{custo das obras e/ou serviços de construção.UF}} * CI \quad (51)$$

$$VPUF = CIUF + VAUF \quad (52)$$

No caso de não existir informação de salários, retiradas e outras remunerações, custos das obras e/ou serviços da construção e obras e/ou serviços da construção executados no ano para as mesmas unidades da Federação, utilizou-se a mesma variável para a repartição dos agregados da empresa considerando a variável informada para o maior número de unidades da Federação.

Método 4: Regionalização do valor da produção e do consumo intermediário. Quando a informação da variável obras e/ou serviços da construção executados no ano ocorrer em maior número das unidades da Federação, esta informação prevalecerá sobre as unidades da Fed-

ração que apresentarem menor incidência das demais variáveis (salários, retiradas e outras remunerações e custos das obras e/ou serviços da construção).

$$VPUF = \frac{\text{obras e/ou serviços de construção executados no ano.UF}}{\sum \text{obras e/ou serviços de construção executados no ano.UF}} * VP \quad (53)$$

$$VPUF = \frac{\text{obras e/ou serviços de construção executados no ano.UF}}{\sum \text{obras e/ou serviços de construção executados no ano.UF}} * VP \quad (54)$$

$$VAUF = VPUF - CIUF \quad (55)$$

Método 5: Regionalização do valor da produção e do consumo intermediário, existindo informação de custos das obras e/ou serviços da construção para mais unidades da Federação que as demais variáveis (salários, retiradas e outras remunerações e obras e/ou serviços da construção executados no ano).

$$CIUF = \frac{\text{custo das obras e/ou serviços de construção.UF}}{\sum \text{custo das obras e/ou serviços de construção.UF}} * VP \quad (56)$$

$$CIUF = \frac{\text{custo das obras e/ou serviços de construção.UF}}{\sum \text{custo das obras e/ou serviços de construção.UF}} * VP \quad (57)$$

$$VAUF = VPUF - CIUF \quad (58)$$

Método 6: Regionalização do valor da produção e do valor adicionado, existindo informação de salários, retiradas e outras remunerações para mais unidades da Federação que as demais variáveis (custos da obras e/ou serviços da construção e obras e/ou serviços da construção executados no ano).

$$VPUF = \frac{\text{SALÁRIO.UF}}{\sum \text{SALÁRIO.UF}} * VA \quad (59)$$

$$VAUF = \frac{\text{SALÁRIO.UF}}{\sum \text{SALÁRIO.UF}} * VA \quad (60)$$

$$VAUF = VPUF - CIUF \quad (61)$$

## REGIONALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS DA PESSOA JURÍDICA (DIPJ)

As informações da DIPJ são disponibilizadas pela Secretaria da Receita Federal e agrupadas por atividade econômica, de forma a não identificar o informante. Os dados da DIPJ, além de complementar o universo das empresas, também foram utilizados para fornecer informações para os segmentos que estavam fora do âmbito das pesquisas: no caso da PIA-Empresa, as empresas industriais com até quatro pessoas ocupadas; no caso da PAC e da PAS, as em-

presas do interior da Região Norte do Brasil; e as atividades não cobertas pelas pesquisas econômicas<sup>11</sup> da SEI.

Os agregados de valor da produção, consumo intermediário e valor adicionado por atividade econômica, obtidos através das informações da DIPJ, podem ser tabulados por unidade da Federação, identificando-se se são referentes a empresas que atuam em apenas uma unidade da Federação ou em mais de uma unidade, mas sem identificar em quais unidades atuam. Para as Contas Regionais, somente foram adicionados os valores referentes à parcela passível de identificação da unidade da Federação de atuação, ou seja, adicionaram-se os agregados relacionados às empresas que atuam somente em uma unidade da Federação.

## REGIONALIZAÇÕES ESPACIAIS

Para as empresas classificadas nas atividades de transporte, armazenagem e correio e serviços de informação, especificamente telecomunicações (classe 64.20 da CNAE 1.0), investigadas pela PAS, foram aplicados critérios distintos dos definidos acima para a regionalização de seus agregados. Esses critérios encontram-se a seguir.

### **Transporte, armazenagem e correio**

Transporte, armazenagem e correio abrangem as atividades relacionadas com o transporte, por conta de terceiros, por rodovias, ferrovias, água, ar e dutos; a atividade de armazenagem de mercadorias e o correio. O transporte compreende as atividades realizadas por empresas e transportadores autônomos de carga, de mudanças e de passageiros.

A construção das Contas Regionais esbarra em grandes dificuldades de ordem metodológica para definir e calcular o conceito de produção regional da atividade de transporte. A natureza da prestação dos serviços cria uma contradição entre a própria atividade de transporte e as Contas Regionais.

Enquanto o transporte se caracteriza por prestar o serviço de deslocamento de pessoas e mercadorias no espaço territorial, a noção de Contas Regionais busca delimitar o espaço territorial onde se efetua a produção.

Objetivando contornar esse problema, a avaliação do conceito de produção regional dos transportes deve levar em consideração a residência do produtor, o local onde a atividade é realizada e o ponto de partida e chegada da mercadoria ou do passageiro. Cada caso exigirá um tratamento particular. As empresas que operam em apenas uma unidade da Federação têm os seus dados automaticamente regionalizados pelos levantamentos da PAS. Entretanto, quando a prestação de serviços ocorre em mais de uma unidade da Federação, o tratamento

<sup>11</sup> Para maiores detalhes, ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de contas nacionais: Brasil*, referência 2000. Nota metodológica nº 03: base de dados (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/03\\_base-dados.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/03_base-dados.pdf)>. Acesso em: out. 2008.

é diferenciado, por modal, tendo-se que utilizar informações regionais que servem de ponderação para a distribuição dos serviços pelas diversas unidades da Federação.

O segmento de transporte corresponde aos modais ferroviário; rodoviário; aquaviário; aéreo; atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem; dutoviário; e correio. Cada modal recebeu um ou mais critérios de regionalização.

#### Transporte ferroviário

- Transporte ferroviário interurbano (classe 60.10): as empresas classificadas nesta CNAE têm a identificação da malha ferroviária em que atuam e seus agregados (valor da produção e consumo intermediário) são particionados entre os estados, de acordo com a extensão da malha que passa em seu território.
- Transporte ferroviário de passageiros, urbano e transporte metroviário (classes 60.21 e 60.22): para regionalizar as informações das empresas que operam em mais de uma unidade da Federação, são utilizados os dados de passageiros transportados obtidos nos balanços contábeis.

#### Transporte rodoviário

- Transporte rodoviário de cargas, em geral (classe 60.26), transporte rodoviário de produtos perigosos (classe 60.27) e transporte rodoviário de mudanças (classe 60.28): são regionalizados com base nas informações da Confederação Nacional do Transporte (CNT), quanto à tonelada de carga embarcada por estado.
- Transporte rodoviário de passageiros, regular, não urbano (classe 60.24): tiveram suas estruturas de partição elaboradas com base no índice construído, por estado, o qual levou em consideração a distância percorrida dividida pelo número de viagens, sendo este resultado multiplicado pelo número de passageiros transportados.
- Transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano (classe 60.23), transporte rodoviário de passageiros, não regular (classe 60.25) e transporte regular em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos (classe 60.29): são repartidos pela população residente urbana do Censo Demográfico 2000, projetando-se este número para os anos seguintes por meio das taxas médias de crescimento da população urbana das regiões metropolitanas, obtidas da PNAD.

#### Transporte aquaviário

- Transporte marítimo de cabotagem (classe 61.11) e transporte marítimo de longo curso (classe 61.12): têm definidos os critérios de regionalização, para os quais foi utilizada a estrutura obtida com base nas toneladas de cargas embarcadas por estado, cuja fonte é a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

- Transporte por navegação interior de carga (classe 61.22) e transporte aquaviário urbano (classe 61.23): regionalizados conforme estrutura obtida com base nas informações relativas a outras navegações da Antaq.
- Transporte por navegação interior de passageiros (classe 61.21): teve a sua regionalização baseada nos dados oriundos da PAS.

#### Transporte aéreo

No setor de transporte aéreo de carga e de passageiros, observa-se que, caso não fosse respeitado o conceito de produção regional, baseado no critério de residência do produtor, o valor da produção regional desta atividade ficaria concentrado em poucas unidades da Federação. Tal procedimento implicaria assumir a hipótese de que os demais estados do País não têm atividade de transporte aéreo. Na verdade, o que se pode afirmar é que esta é uma atividade concentrada em um número bastante restrito de empresas, as quais, entretanto, atuam em todo o território nacional.

Objetivando mensurar a participação da atividade de transporte aéreo, optou-se por adotar como parâmetro de rateio as informações relativas a passageiros e cargas, por unidade da Federação, sistematizadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). O critério utilizado foi o de ponto de partida, origem da carga ou do passageiro. Para esse fim, foram valorados os dados de carga e passageiro, com base nos seus respectivos preços médios anuais.

No caso das pequenas empresas de aviação, que operam apenas regionalmente, foram utilizadas as informações de origem dos voos no âmbito regional, para, posteriormente, distribuir os dados da PAS.

#### Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem

- Movimentação e armazenamento de cargas (classe 63.1) e atividades relacionadas à organização do transporte de cargas (classe 63.4): são repartidas por meio do índice relativo à movimentação de cargas, obtido da CNT.
- Atividades auxiliares dos transportes terrestres (classe 63.21), atividades auxiliares dos transportes aquaviários (classe 63.22) e atividades auxiliares dos transportes aéreos (classe 63.23): são regionalizadas com base no resultado do somatório dos valores agregados dos respectivos modais.
- Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem (classe 63.3): são regionalizadas conforme a estrutura obtida do somatório dos valores agregados dos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo, anteriormente calculados.

## Transporte dutoviário

O transporte dutoviário é regionalizado com base na extensão da malha de dutos que passa pelas unidades da Federação, cuja fonte é a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP).

## Correio

A atividade de correio tem estrutura de rateio calculada a partir da informação da receita operacional total do correio por estado, obtida na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios).

## Telecomunicações (classe 64.20)

A atividade de serviços de informação abrange telecomunicações (classe 64.20), além de atividades cinematográficas e de vídeo (92.1), atividades de rádio e de televisão e atividades de agência de notícias (classes 92.2 e 92.4), atividades de informática e serviços relacionados (72.1, 72.2, 72.3, 72.4 e 72.9).

Os serviços de telecomunicações (classe 64.20) constituem-se em telefonia móvel e fixa, além dos serviços de acesso à internet, correios eletrônicos etc. A proposta de regionalização para os serviços de telefonia móvel e fixa é continuar o trabalho realizado na série 1985-2004, baseado na construção de funções de produção por unidade da Federação, através dos balanços contábeis das empresas de telecomunicações. Com base nessas funções, é possível criar chave de repartição dos valores da PAS, separadamente, para telefonia móvel e fixa<sup>12</sup>.

## CÁLCULO DA FUNÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR<sup>13</sup>

A produção familiar agrega todos os trabalhadores por conta própria e empregadores do Sistema de Contas Nacionais, as ocupações com vínculo associadas às matrículas do Cadastro Específico do INSS e ao serviço doméstico remunerado, e a parcela de ocupações sem vínculo correspondente às empresas não constituídas legalmente, também chamadas de empresas de empregadores informais.

A fonte principal para a produção familiar é a PNAD. Por ser uma pesquisa domiciliar, não tem preocupações econômicas que permitam a estimação de agregados macroeconômicos para o cálculo do PIB pela ótica da produção, sendo a informação apropriada pela contabilidade nacional a posição na ocupação e o rendimento anualizado, este utilizado como *proxy* do valor adicionado da produção familiar.

<sup>12</sup> A separação das empresas classificadas na classe 64.20 entre telefonia móvel, fixa e demais, na PAS, é possível, considerando-se as informações de receita obtidas no Suplemento de Telecomunicações, da própria pesquisa.

<sup>13</sup> Para maiores detalhes, ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica no 23: expansão da produção (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/23\\_expansao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/23_expansao.pdf)>. Acesso em: out. 2008.

Para a construção da função da produção familiar, utilizaram-se os coeficientes técnicos, relação entre o consumo intermediário e o valor da produção (consumo intermediário/valor da produção) e também do valor adicionado em relação ao valor da produção (valor adicionado/valor da produção) das empresas que compõem o estrato amostral das pesquisas econômicas do IBGE. Outra opção seria a utilização da pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf 2003), que também fornece a indicação para os coeficientes técnicos. Essa pesquisa foi usada nos parâmetros do Sistema de Contas Nacionais, mas, por ter sido única no ano de 2003, os coeficientes ficam constantes, fator este fundamental no caso das Contas Regionais, pela opção do coeficiente técnico do estrato amostral, já que se tem informações anuais classificadas pela CNAE 1.0.

Assim, para estimar a função da produção familiar:

$$VP - CI = VA \quad (62)$$

O método usual no trabalho de contas é construir as relações técnicas pelos parâmetros definidos e replicá-las para a economia informal.

Onde:

VP = Valor da produção

CI = Consumo intermediário

VA = Valor adicionado

Pode-se, então, afirmar que:

$$\frac{VA}{VP} = x \quad (63)$$

Logo:

$$VP = \frac{VA}{x} \quad (64)$$

Pode-se construir a função da produção familiar por qualquer um dos dois parâmetros (valor adicionado/valor da produção ou valor adicionado/consumo intermediário) e, ainda, construir segundo outro parâmetro, que é a relação consumo intermediário/valor da produção.

Sabendo-se que se dispõe da informação do valor adicionado e que se pode utilizar a relação consumo intermediário/valor da produção das empresas do estrato amostral, dividindo todos os termos da equação (62) pelo valor bruto da produção, tem-se:

$$1 - \frac{CI}{VP} = \frac{VA}{VP} \quad (65)$$

Logo:

$$VP = \frac{VA}{1 - \frac{CI}{VP}} \quad (66)$$

## METODOLOGIA DAS CONTAS REGIONAIS – ANO BASE 2002

As próximas seções contêm informações por atividade econômica sobre classificação e procedimentos para a estimação dos agregados de valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado, quanto aos valores correntes e constantes.

Na série 2002, após a estimação do valor bruto da produção e do consumo intermediário a preços correntes e constantes, é realizado ajuste linear aos valores do Sistema de Contas Nacionais por atividade. A diferença entre a soma dos valores encontrados por unidade da Federação e o valor estimado pelo Sistema de Contas Nacionais de cada atividade é distribuída entre as unidades da Federação, garantindo-se a homogeneidade com os resultados do Sistema de Contas Nacionais.

### **Agropecuária**

A atividade agropecuária na série referida a 1985 era estimada apenas por uma função de produção. O Censo Agropecuário 1985 foi a fonte básica dos dados, no qual eram estimados o valor da produção e a atividade agropecuária, com os insumos agrupados para toda a agropecuária, existindo, assim, somente uma atividade.

No novo ano de referência (2002), foi replicada para as unidades da Federação a classificação utilizada no Sistema de Contas Nacionais, estando a agropecuária desdobrada em 12 atividades: sete da agricultura, três da pecuária, uma da silvicultura e exploração vegetal, além da pesca. Neste sentido, houve um ganho analítico em relação à série anterior (1985), pois, em vez de uma função de produção, tem-se, neste novo formato, 12 funções de produção.

A estrutura definida separa em atividades os produtos mais importantes da economia brasileira (soja, cana-de-açúcar, café, cítricos e cereais) e agrupa em duas atividades os produtos não contemplados: outros produtos de lavoura permanente e outros produtos de lavoura temporária. As atividades agropecuárias trabalhadas nas Contas Regionais espelham, em sua maior parte, a estrutura da CNAE 1.0. Os códigos dos produtos do Censo Agropecuário 1995-1996 estão associados aos códigos da Prodlist-Agro/Pesca 2003, que mantém correspondência com os grupos de atividade econômica do censo e com os códigos específicos de produtos do Sistema de Contas Nacionais. Quanto às atividades, o tradutor estabelece correspondência entre seus códigos e a CNAE 1.0.

Na série 2002, não há correspondência direta entre a classe 01.50 da CNAE 1.0 (produção mista: lavoura e pecuária). Desta forma, os estabelecimentos classificados nesta atividade foram reclassificados pelo critério de predominância, fazendo com que a atividade mista fosse absorvida pelas demais atividades agropecuárias. Neste sentido, há uma ruptura com a proposta da CNAE 1.0.

Para o consumo intermediário, os insumos eram comuns a todas as atividades, já que o Censo Agropecuário 1995-1996 foi construído pelo critério de produção principal do esta-

belecimento. Com isto, contemplava a produção principal do estabelecimento e também as produções secundárias<sup>14</sup>.

## **Agricultura, silvicultura e exploração florestal**

### **Classificação**

A agricultura corresponde à divisão 01 da CNAE 1.0 e agrega sete atividades distintas, enquanto a atividade de silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados corresponde à divisão 02 da CNAE 1.0. A seguir são apresentadas as oito atividades trabalhadas e as respectivas classes:

(i) Cultivo de cereais para grãos: corresponde à classe 01.11-2; (ii) Cultivo de cana-de-açúcar: corresponde à classe 01.13-9; (iii) Cultivo de soja: corresponde à classe 01.15-5; (iv) Cultivo de outros produtos de lavoura temporária, horticultura e produtos de viveiro e serviços relacionados: corresponde às classes 01.12-0, 01.14-7, 01.19-8, 01.21-0, 01.22-8 e 01.61-9; (v) Cultivo de frutas cítricas: corresponde à classe 01.31-7; (vi) Cultivo de café: corresponde à classe 01.32-5; (vii) Cultivo de outros produtos de lavoura permanente: corresponde às classes 01.33-3, 01.34-1 e 01.39-2; e (viii) Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados: corresponde às classes 02.11-9, 02.12-7 e 02.13-5.

### **Valores correntes**

#### *Valor bruto da produção*

O valor da produção é estimado com base na variável de receita total ou valor bruto da produção do Censo Agropecuário 1995-1996, evoluído desde o ano de 1996 com índices de volume e de preço. Para os produtos classificados nas atividades agrícolas, utiliza-se a variação da quantidade produzida e o preço implícito por unidade da Federação da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM). Da mesma forma, obtém-se, através da pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), os índices para os produtos classificados nas atividades de silvicultura e exploração florestal.

Os produtos que não têm seus índices de evolução obtidos diretamente pelas pesquisas seguem os índices de seus produtos similares ou, na falta destes, utilizam índice médio obtido com os índices disponíveis da atividade à qual pertencem. Este procedimento é semelhante ao adotado para a base 1985. O que diferencia é o fato de serem agrupados em atividades diferentes, com funções de produção específicas.

<sup>14</sup> Para maiores detalhes, ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de contas nacionais: Brasil, referência 2000. Nota metodológica no 14: atividade agropecuária (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/14\\_agropecuaria.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/14_agropecuaria.pdf)>. Acesso em: out. 2008.

### *Consumo intermediário*

O consumo intermediário no Censo Agropecuário 1995-1996 para as atividades agrícolas e silvicultura e exploração florestal foi construído pelo critério de produção principal do estabelecimento. Com isto, contemplou a produção principal e secundária do estabelecimento, fazendo, entretanto, com que os insumos fossem comuns a todas as atividades<sup>15</sup>. Os insumos considerados como consumo intermediário foram evoluídos para os anos posteriores ao Censo Agropecuário 1995-1996 com índices específicos de volume e de preço por unidade da Federação:

- Adubos e corretivos, sementes e mudas, agrotóxicos, aluguel de máquinas e equipamentos, serviço de empreitada e transporte da produção, sacaria e outras embalagens, combustíveis e lubrificantes e outras despesas: como índice de volume, para as atividades da agricultura consideradas de lavoura temporária (cultivo de cereais para grãos, de cana-de-açúcar, de soja e de outros produtos da lavoura temporária) foi utilizada a área plantada da PAM dos produtos classificados em cada atividade. Para as demais atividades da agricultura (cultivo de frutas cítricas, de café e de outros produtos da lavoura permanente) e para a atividade de silvicultura e exploração florestal, foi utilizado o índice de volume do valor bruto da produção da respectiva atividade. Como índice de preço, é utilizado o Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais (IPP) médio, da Fundação Getulio Vargas (FGV).
- Energia elétrica: para toda a agropecuária, foi utilizada a variação do consumo de energia elétrica rural e a variação da tarifa rural, obtidas nas distribuidoras de energia elétrica pelos órgãos estaduais de estatísticas, como índices de volume e de preço, respectivamente.
- Medicamentos para animais e rações industriais: para as atividades da agricultura e silvicultura e exploração florestal, foi utilizado como índice de volume o índice médio dos respectivos insumos, calculados a partir das atividades pecuárias. Como índice de preço, foi utilizado o IPP médio da FGV.
- Sal: para toda a agropecuária, foi utilizado o índice de volume do valor bruto da produção da atividade de criação de bovinos vivos. Como índice de preço, foi utilizado o IPP médio da FGV.
- Outros alimentos: utilizou-se como índice de volume o valor bruto da produção da atividade de criação de bovinos vivos, e como índice de preço, o IPP médio da FGV.
- Compra de ovos e pinto de um dia: como índice de volume deste insumo, foi utilizado o índice de volume do valor bruto da produção da atividade de criação de aves, e como índice de preço, o IPP médio da FGV para todas as atividades agropecuárias.

### Valores constantes

A série de valores constantes do valor da produção e do consumo intermediário para a agricultura e silvicultura e exploração florestal é obtida ao longo da construção dos valores correntes, pois os índices de variação anual de quantidade (índice de volume) das pesquisas

<sup>15</sup> Ver a nota metodológica referenciada anteriormente.

agropecuárias — Produção Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) —, quando aplicados aos valores correntes do ano T-1, fornecem os valores constantes do ano T.

## Pecuária e pesca

### Classificação

A atividade da pecuária corresponde à divisão 01 da CNAE 1.0 e se subdivide em três outras atividades. A atividade de pesca, aquicultura e serviços relacionados corresponde à divisão 05:

- (i) Criação de bovinos e outros animais: corresponde às classes 01.41-4, 01.42-2, 01.43-0, 01.46-5, 01.62-7 e 01.70-8.
- (ii) Criação de suínos: corresponde à classe 01.44-9.
- (iii) Criação de aves: corresponde à classe 01.45-7.
- (iv) Pesca, aquicultura e serviços relacionados: corresponde às classes 05.11-8 e 05.12-6.

### Valores correntes

#### *Valor bruto da produção*

As atividades da pecuária, exceto para os produtos bovinos vivos, suínos vivos e aves vivas, utilizam a variável de receita total para estimar o valor bruto da produção. O valor bruto da produção dos produtos suínos vivos e aves vivas segue o mesmo algoritmo de construção utilizado na série 1985, ou seja, considera os valores de venda, de compra e da variação do rebanho<sup>16</sup>.

A construção do valor bruto da produção do produto bovinos vivos, na série atual, diferentemente da base 1985, utilizou o ciclo produtivo dos animais, tanto para os bovinos destinados ao abate quanto à produção de leite, que, em média, é aproximadamente três anos. Foi utilizado, também, o peso do animal para abate, por unidade da Federação, para especificar as diferenças entre os tipos de gado criados no Brasil.

A evolução do valor bruto da produção utilizou as variações de quantidade por unidade da Federação da PPM e o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais, ou Índice de Preços Recebidos (IPR), da FGV, para a evolução de seus agregados. Os produtos que não são acompanhados diretamente pelas pesquisas seguem os índices de seus produtos similares ou, na falta destes, utilizam índice médio obtido com os índices disponíveis da atividade à qual pertencem. Esta metodologia não se aplica ao produto bovinos vivos, que tem calculado, anualmente, o valor da sua produção via ciclo produtivo.

A atividade da pesca, aquicultura e serviços relacionados foi estimada de forma descendente, isto é, o valor bruto da produção calculado pelo Sistema de Contas Nacionais foi distribuído

<sup>16</sup> Ver a nota metodológica referenciada anteriormente.

entre as unidades da Federação, com base nas informações sobre a quantidade pescada, provenientes da pesquisa Estatística da Pesca, divulgada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para as empresas legalmente constituídas, e nas informações sobre a produção referente às famílias, provenientes da estrutura do Censo Demográfico 2000.

### *Consumo intermediário*

A construção do consumo intermediário para as atividades da pecuária seguiu a mesma metodologia de construção das atividades agrícolas, ou seja, foi realizada pelo critério de produção principal do estabelecimento, contemplando, assim, a produção principal e a secundária do estabelecimento. A evolução dos insumos considerados por unidade da Federação seguiu os seguintes índices:

- Adubos e corretivos, sementes e mudas, agrotóxicos, aluguel de máquinas e equipamentos, serviço de empreitada e transporte da produção, sacaria e outras embalagens, combustíveis e lubrificantes e outras despesas: para as atividades da pecuária, foi aplicado o índice de volume do valor bruto da produção considerando todas as atividades agrícolas. Como índice de preço, foi utilizado o IPP médio da FGV.
- Energia elétrica: para toda a agropecuária, foi utilizada a variação do consumo de energia elétrica rural e a variação da tarifa rural, obtidos nas distribuidoras de energia elétrica pelos órgãos estaduais de estatísticas, como índices de volume e de preço, respectivamente.
- Medicamentos para animais e rações industriais: para as atividades da pecuária (criação de bovinos vivos e outros animais, criação de suínos e criação de aves), foi utilizado como índice de volume o índice médio do valor bruto da produção das respectivas atividades. Como índice de preço, foi utilizado o IPP médio da FGV.
- Sal: para toda a agropecuária, foi utilizado o índice de volume do valor bruto da produção da atividade de criação de bovinos vivos, e como índice de preço, o IPP médio da FGV.
- Outros alimentos: para as atividades da pecuária, foi utilizado o índice de volume médio da respectiva atividade, e como índice de preço, o IPP médio da FGV.
- Compra de ovos e pinto de um dia: como índice de volume, foi utilizado o índice do valor bruto da produção da atividade de criação de aves, e como índice de preço, o IPP médio da FGV para todas as atividades agropecuárias.

A estimação do consumo intermediário da atividade da pesca, aquicultura e serviços relacionados foi realizada utilizando a relação consumo intermediário/valor da produção do Sistema de Contas Nacionais no valor bruto da produção de cada unidade da Federação.

## Valores constantes

O valor da produção e o consumo intermediário a preços constantes da atividade de pecuária, assim como ocorre na atividade de agricultura, são obtidos ao longo da construção dos valores correntes, exceção feita para o produto bovino vivo, que tem o valor corrente estimado a cada ano. Neste produto, utiliza-se a variação da quantidade do rebanho de bovinos da PPM como índice de volume, e o índice de preço é obtido de forma implícita.

Para a atividade da pesca, por ser calculada de forma descendente, seus valores correntes por unidade da Federação são obtidos sem a necessidade da utilização de índices para sua evolução. Desta forma, a obtenção da série dos valores constantes para o valor bruto da produção e o consumo intermediário passa pela necessidade de definição de índices de volume ou de preço. A série de Contas Regionais – referência 2002 utiliza como índice de volume a variação da quantidade pescada total, proveniente da pesquisa Estatística da Pesca, do Ibama, obtendo, de forma implícita, o índice de preço.

## Indústria

A atividade industrial consiste na agregação das atividades da indústria extrativa mineral, indústria de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água, e esgoto e limpeza urbana, e construção civil. Na série 2002, foram introduzidas a Pesquisa Industrial Anual-Empresa (PIA-Empresa) e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), do IBGE.

As novas pesquisas econômicas do IBGE podem ser trabalhadas, apuradas e introduzidas na construção das Contas Regionais em tempo hábil, sendo a vantagem deste procedimento fornecer o valor dos agregados anualmente, sem a necessidade de estimadores derivados (índice de preço e de volume) para sua obtenção.

A classificação das atividades seguiu a CNAE 1.0, independentemente da importância da atividade na unidade da Federação. Na série 1985, a classificação para todas as unidades era fixa e os gêneros industriais que não tinham importância para os estados eram agrupados em uma rubrica chamada “outros”.

### Indústria extrativa mineral

#### *Classificação*

Esta atividade compreende todas as divisões da Seção C (indústrias extrativas) da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar, e abrange as atividades produtivas dedicadas à extração mineral. Inclui as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, realizado principalmente para melhorar a qualidade do produto e facilitar a sua comercialização, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. São consideradas como atividades de beneficiamento: trituração, classificação,

concentração, pulverização, flotação, liquefação de gás natural etc. Também são incluídas na extração mineral as atividades desenvolvidas por garimpeiros que trabalham por conta própria (produção familiar).

### *Valores correntes*

Os valores correntes do valor bruto da produção e do consumo intermediário para o ano de referência e anos posteriores são estimados com base nas informações regionalizadas da PIA-Empresa, da DIPJ e da PNAD. Os agregados estimados através da PIA-Empresa e da DIPJ referem-se aos valores das empresas legalmente constituídas (setor formal), enquanto os estimados através da PNAD referem-se à produção familiar.

A atividade de extração de petróleo e gás possui tratamento diferenciado no que se refere à construção do valor da produção e do consumo intermediário e à regionalização destes agregados entre as unidades da Federação. A produção de petróleo e gás foi tratada separadamente e de maneira distinta da base 1985. Para descrever o procedimento, é necessário antecipar o próximo item e incluir, na descrição da extração de petróleo e gás, a atividade de refino de petróleo, que, apesar de fazer parte das indústrias de transformação, teve um tratamento integrado com a extração.

No Brasil, a extração de petróleo e o refino são atividades econômicas associadas, majoritariamente, a uma só empresa, a Petrobras. Por esta razão, diferentemente da série anterior, a produção das duas atividades (extração de petróleo e gás e refino de petróleo) foi calculada a partir do valor adicionado desta empresa. Na série anterior, as duas atividades eram estimadas separadamente, e o resultado não era comparado ao valor adicionado total da empresa. Nesta nova série, o trabalho tem como ponto de partida o valor adicionado total da empresa, estimado com base nas informações da PIA-Empresa, o qual será desdobrado em valor adicionado da extração de petróleo e gás e valor adicionado do refino de petróleo.

Abaixo, o esquema básico de cálculo:

- (1) O valor adicionado da empresa foi calculado com base na remuneração dos fatores, isto é, o valor adicionado é igual às remunerações mais seu excedente operacional. A partir do cálculo do valor adicionado, estimou-se o valor adicionado das atividades de extração de petróleo e gás e refino de petróleo.
- (2) O próximo passo foi o cálculo do valor bruto da produção destas duas atividades. O da extração de petróleo foi estimado multiplicando-se as quantidades extraídas de petróleo e gás, cuja fonte é a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), pelo preço internacional do petróleo (tipo Brent) menos um redutor de qualidade de dois dólares. Assim:

$$VP \text{ extração} = (\text{quantidade extraída de petróleo e gás}) * [(\text{preço internacional do petróleo}) - (\text{redutor de qualidade})] \quad (67)$$

- (3) O cálculo do valor bruto da produção dos produtos do refino foi obtido multiplicando-se as quantidades produzidas e seus respectivos preços, cujas informações são disponibilizadas pela ANP:

$$VP \text{ refino} = (\text{quantidade refinada do produto}) * \text{preço dos produtos refinados} \quad (68)$$

- (4) Após o cálculo do valor bruto da produção da extração de petróleo e do refino, obtém-se o valor bruto da produção total da empresa. O consumo intermediário total da empresa foi obtido por diferença:

$$VP \text{ total} = VP \text{ extração} + VP \text{ refino} \quad (69)$$

$$VA \text{ total} = VP \text{ total} - CI \text{ total} \quad (70)$$

- (5) Com a função de produção da empresa pronta, para o desdobramento do consumo intermediário entre as atividades, elegeu-se o cálculo do consumo intermediário da atividade de refino para, por diferença, obter o consumo intermediário da extração. Esta escolha deu-se pelo fato de se conhecer melhor as variáveis de custos e despesas da atividade de refino, que são compostos, basicamente, pelo petróleo extraído mais o petróleo importado e margens de refino:

$$CI \text{ refino} = [(\text{petróleo extraído} + \text{petróleo importado}) / \text{petróleo utilizado}] + \text{margens de refino} \quad (71)$$

- (6) Por diferença, obtém-se o consumo intermediário da atividade de extração de petróleo e gás:

$$CI \text{ total} - CI \text{ refino} = CI \text{ extração} \quad (72)$$

- (7) Concluído este procedimento, regionalizou-se a função de produção das duas atividades, tendo como base os dados da ANP para o volume de extração de petróleo e gás por unidade da Federação e a produção das refinarias também por unidade da Federação.

Com este procedimento, garante-se que a soma das funções de produção das duas atividades seja igual à da empresa e que cada unidade da Federação recebeu a parte proporcional nas duas atividades.

### *Valores constantes*

A série de valores constantes foi construída com a utilização de índice de volume por unidade da Federação e a obtenção do índice de preço implicitamente. Para o setor formal, no caso das unidades da Federação abrangidas pela Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física Regional (PIM-PF)<sup>17</sup>, utilizou-se esta pesquisa na construção dos valores constantes da função de produção; para os demais, foram utilizados os dados do Departamento Nacional de Produção

<sup>17</sup> A pesquisa possui a seguinte abrangência geográfica: Amazonas, Pará, Nordeste, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás.

Mineral (DNPM), do Ministério de Minas e Energia, e/ou do consumo de energia elétrica na indústria extrativa mineral. A produção familiar utiliza como índice de volume a variação do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado nesta atividade, no valor adicionado e consumo intermediário.

Este procedimento é idêntico ao utilizado na base 1985. A diferença é que nesta nova série a pesquisa fornece valor corrente, sendo, desta maneira, o índice de preço estimado de forma implícita a partir do índice de volume calculado.

## Indústrias de transformação

### *Classificação*

Esta atividade compreende as unidades produtivas classificadas na Seção D (indústrias de transformação) da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar, e abarca as atividades dedicadas à fabricação de bens que implicam transformação física das matérias-primas utilizadas ao longo do processo de produção industrial.

Por definição, a atividade das indústrias de transformação corresponde à produção de bens. Segundo a CNAE 1.0, os serviços industriais (de acabamento em produtos têxteis, de instalação, manutenção e reparação etc.) incluídos no âmbito da indústria “[...] constituem parte integrante da cadeia de transformação dos bens que exigem equipamentos, técnicas ou habilidade específica característica do processo industrial, e tanto podem ser realizados em unidades integradas como em unidades especializadas” (INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004a, p. 90). Portanto, essas atividades devem ser classificadas no mesmo grupo ou classe do produto fabricado.

Outra especificidade da atividade industrial refere-se ao fato de que pode ser realizada a partir de diversas formas de organização institucional da produção. Há nesta atividade uma forte presença de unidades produtivas de pequena escala, as quais podem ser organizadas em moldes distintos das empresas legalmente constituídas. Do ponto de vista das Contas Nacionais, assim como das Contas Regionais, deve-se considerar como produção industrial toda a atividade de transformação, independentemente da forma como essa produção é organizada: empresa, microempresa ou produção familiar.

### *Valores correntes*

O valor bruto da produção bem como o consumo intermediário das indústrias de transformação para as empresas legalmente constituídas têm como fonte os valores estimados com base na PIA-Empresa e na DIPJ, anualmente. A produção familiar é estimada a partir da informação de rendimento anualizado do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado nesta atividade, que é utilizado como *proxy* do valor adicionado, e sua função de produção é estimada com base na relação consumo intermediário/valor da produção das empresas que compõem o estrato amostral da PIA-Empresa.

### *Valores constantes*

A opção para o desmembramento do índice de valor obtido na atividade, tanto para o valor bruto da produção quanto para o consumo intermediário, foi utilizar o índice de volume e obter implicitamente o índice de preço. Para as unidades da Federação abrangidas pela PIM-PF, utilizou-se seu índice como índice de volume para o setor formal. Para as demais unidades, a opção continua sendo o índice utilizado na série anterior, isto é, a variação do consumo industrial de energia elétrica por gênero industrial. A variação do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado nesta atividade, foi utilizada como índice de volume do valor adicionado e consumo intermediário da produção familiar.

## Produção e distribuição de eletricidade, gás e água, e esgoto e limpeza urbana

### *Classificação*

Esta atividade compreende as unidades produtivas classificadas na Seção E (produção e distribuição de eletricidade, gás e água) e na divisão 90 da Seção O (outros serviços coletivos, sociais e pessoais) da CNAE 1.0, e abrange as empresas dedicadas à:

- Geração e distribuição de energia elétrica de origem hidráulica, térmica, nuclear, eólica, solar etc.
- Produção e distribuição de gás através de tubulações.
- Produção e distribuição de vapor e água quente para calefação, energia e usos industriais.
- Captação, tratamento e distribuição de água.
- Coleta, transporte, triagem e eliminação de resíduos sólidos domésticos, urbanos e industriais.

### *Valores correntes*

A estimativa dos agregados da conta de produção por unidade da Federação não foi modificada nesta atividade em relação à série anterior. A conta de produção desta atividade parte dos balanços anuais das empresas do setor, sendo o valor bruto da produção estimado com base nas informações sobre a venda desses serviços, e o consumo intermediário, com base nas informações sobre as despesas operacionais das empresas. Nos casos em que a usina hidrelétrica esteja situada em área de fronteira entre dois estados, assume-se que o valor da produção deve ser atribuído ao estado onde está situada a casa de força da usina.

A estimação dos agregados desta atividade é realizada por todas as equipes estaduais, que levantam os balanços contábeis das empresas classificadas nesta atividade. A vantagem deste procedimento é que, além da coleta dos balanços ser descentralizada, há o engajamento das equipes, que têm noção clara do elenco de empresas que atuam em seus estados.

### *Valores constantes*

A série de valores constantes é obtida através das informações de quantidades produzidas disponíveis nos balanços contábeis das empresas. Para as atividades de geração e distribuição de energia, o índice de volume utilizado foi a variação da quantidade de energia gerada e a variação da quantidade de energia distribuída, respectivamente, tanto para o valor da produção quanto para o consumo intermediário. Na atividade de tratamento e distribuição de água e esgoto, para o valor bruto da produção foi utilizado como índice de volume o volume de água faturada e, no consumo intermediário, o volume de água tratada. O índice de preço é obtido implicitamente.

### Construção civil

#### *Classificação*

Esta atividade compreende a Seção F (construção) da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar. Estão incluídas as obras de edificações e engenharia civil relacionadas com demolições e a preparação do terreno (terraplenagem, drenagem etc.) e de canteiros de obras; a realização de obras de edificações (residenciais, comerciais, industriais e de serviços) e de engenharia civil; a instalação de equipamentos necessários ao funcionamento do imóvel; e a realização de obras de acabamento e obras de infraestrutura para engenharia elétrica e de comunicações.

A atividade de construção abrange construções novas, grandes reformas, restauração e manutenção de imóveis realizadas, tanto na área urbana quanto na rural. Também cobre a atividade de cessão de operários junto com o aluguel de máquinas e equipamentos de construção.

#### *Valores correntes*

Para a construção dos agregados desta atividade, foram utilizadas as informações da PAIC para as empresas legalmente constituídas (setor formal), e da PNAD para a produção familiar. A principal alteração em relação à série 1985 foi a introdução da PAIC. Esta atividade, como na série 1985, está sendo calculada pelo IBGE e avaliada e referendada pelas unidades da Federação.

#### *Valores constantes*

Como nas demais atividades, em que se estimam os dados em valores correntes através das pesquisas anuais, estabelece-se um índice de volume para a construção da série dos valores constantes, obtendo-se, assim, o índice de preço implicitamente.

A metodologia para o cálculo do índice de volume para a atividade sofreu pequenas alterações em relação à série 1985, que, de um modo geral, era estimada por regressões. Nesta nova série, entretanto, utilizaram-se as mesmas variáveis de forma diferente.

As variáveis selecionadas para compor a evolução dos agregados valor da produção e consumo intermediário, da atividade de construção civil, para os anos correntes da série 2002, foram:

- Consumo aparente de cimento, informado pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.
- Pessoal ocupado por conta própria, informado pela PNAD (produção das famílias).
- Número de empregados, informado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (setor formal).

O cimento constitui uma variável *proxy* do consumo intermediário, enquanto o pessoal ocupado da PNAD (que representa os trabalhadores por conta própria) mais o número de empregados da RAIS (que simboliza o lado formal da construção) estão em consonância com o valor adicionado. Assim, o produto real da atividade de construção civil, por unidades da Federação, foi função das variáveis explicativas: cimento e pessoal ocupado.

A equação que descreve o cálculo do índice de volume da construção civil pode ser visualizada assim:

$$Y = \left(\frac{CI}{VP}\right) * X_1 + \left(\frac{VA}{VP}\right) * X_2 \quad (73)$$

Onde :

Y é o índice de volume da construção civil, por unidade da Federação.

X<sub>1</sub> é a variação em volume do cimento, por unidade da Federação.

X<sub>2</sub> é a variação do pessoal ocupado, por unidade da Federação (1).

As relações consumo intermediário/valor da produção e valor adicionado/valor da produção, de cada Unidade da Federação, serviram como ponderadores para agregação das variáveis estimadas no cálculo do índice de volume da construção civil de cada unidade da Federação. A evolução do consumo intermediário seguiu o mesmo índice de volume da produção.

## Serviços

Esta atividade foi a que mais se beneficiou com a introdução das pesquisas econômicas anuais do IBGE. Desde os censos econômicos da década de 1980 não se dispunha de tantos parâmetros para as atividades produtoras de serviços. Porém, agora, na nova série de referência, pode-se acompanhar, a cada ano, o comportamento desses setores.

Com o resultado do Sistema de Contas Nacionais divulgado pelo IBGE (ano de referência 2000), percebeu-se que os setores de serviços ganharam participação no Produto Interno Bruto (PIB), em detrimento dos setores produtores de bens, e certamente isto foi percebido regionalmente.

A introdução da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) e da Pesquisa Anual de Comércio (PAC) se configura na grande mudança estrutural da nova série de referência. Este novo contexto não constitui mudanças de procedimentos, mas, sim, percepção anual do setor demonstrado pelas pesquisas.

## Comércio e serviços de manutenção e reparação

### *Classificação*

As atividades de comércio e serviços de manutenção e reparação são trabalhadas separadamente nas Contas Regionais e divulgadas juntas. A atividade de serviços de manutenção e reparação compreende os grupos 50.2, 52.7 e 72.5, bem como a classe 50.42; a atividade de comércio compreende as demais divisões da Seção G (comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos) da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar.

### *Valores correntes*

Segundo o manual *System of National Accounts 1993* (SNA 93), o comércio abrange as atividades realizadas pelas empresas e seus estabelecimentos dedicados à venda no varejo ou no atacado, de produtos novos ou usados, no mesmo estado em que foram adquiridos ou recebidos para a revenda. Ainda de acordo com o SNA 93, o comércio não é considerado uma atividade para a qual se destinam as mercadorias que ele adquire; o comércio apenas as compra com a finalidade de revendê-las e, assim, prestar o serviço de intermediação entre os produtores (agrícolas e industriais) e os consumidores. Como os produtos vendidos pelo comércio não sofrem qualquer tipo de transformação ou beneficiamento, mede-se a sua produção através da prestação do serviço de intermediação, representada pela margem comercial, calculada pela diferença entre o preço de venda e o custo das mercadorias adquiridas para revenda.

O serviço de intermediação entre o produtor e o consumidor realizado pelo comércio pode ser efetuado por unidades produtoras organizadas sob a forma de grandes, médias e micro empresas juridicamente constituídas. Esta atividade também pode ser realizada por comerciantes que trabalham por conta própria, vendendo mercadorias em feiras e ruas, ou sem locais fixos para exposição de suas mercadorias.

Desta forma, o valor bruto da produção e o consumo intermediário da atividade de comércio são estimados com base em informações da PAC, da PAS, da PIA-Empresa e da DIPJ, para compor o setor formal (empresas legalmente constituídas). A produção familiar é estimada a partir da informação de rendimento anualizado do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado nesta atividade, que é utilizado como *proxy* do valor adicionado, e sua função de produção é estimada com base na relação consumo intermediário/valor da produção das empresas que compõem o estrato amostral da PAC.

As fontes utilizadas na atividade de serviços de manutenção e reparação são as mesmas, excetuando a PAC, que não investiga os códigos da CNAE que compreendem a atividade. A função de produção familiar é estimada a partir das empresas que compõem o estrato amostral da PAS.

### *Valores constantes*

Para a construção da série de valores constantes, optou-se por utilizar índice de volume e obter implicitamente o índice de preço. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) fornece os índices de crescimento real do comércio para o desdobramento dos valores da pesquisa entre índice de preço e de volume de alguns segmentos. Além disso, foram utilizados dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e da ANP. A produção familiar utilizou a variação do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado nesta atividade, no valor adicionado e consumo intermediário.

A atividade de serviços de manutenção e reparação utiliza como índice de volume para o setor formal a variação do pessoal ocupado na atividade em sua função de produção, e a variação do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado nesta atividade, para a produção familiar, no valor adicionado e consumo intermediário.

## Serviços de alojamento e alimentação

### *Classificação*

A atividade de alojamento compreende o grupo 55.1; a atividade de alimentação, o grupo 55.2 da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar.

Os serviços de alojamento se distinguem dos serviços de locação de imóveis pela curta duração da disponibilidade do local de alojamento, salvo os alojamentos coletivos (pensionatos, casas de estudante), tradicionalmente tratados dentro deste segmento.

Os serviços de alimentação têm como característica o preparo das refeições para consumo imediato, com ou sem serviço completo (para efeito de classificação, entende-se como tendo serviço completo a unidade que possui serviço de mesa, independentemente de o pessoal encarregado de servir as refeições ter outras funções dentro da unidade econômica), a preparação de alimentos por encomenda e a preparação de bebidas para consumo imediato. Não incluem a preparação de alimentos que não sejam para consumo imediato nem a venda de refeições e bebidas que não sejam para consumo imediato.

### *Valores correntes*

Os agregados (valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado) das atividades de alojamento e alimentação foram estimados com base nas informações da PAS, da PIA-Empresa e da DIPJ, para o setor formal, e da PNAD, para a produção familiar, sendo sua

função de produção estimada a partir da relação consumo intermediário/valor da produção das empresas que compõem o estrato amostral da PAS.

Essas atividades foram trabalhadas separadamente, mas divulgadas juntas. Como em todas as atividades que compõem os serviços, o aperfeiçoamento nos resultados foi devido ao fato da introdução da PAS, já que não havia bons índices para as estimativas anuais dos setores de serviço.

#### *Valores constantes*

Os valores constantes de seus agregados foram obtidos considerando a variação do valor obtido pelas pesquisas e índices de volume e de preço implícitos. A atividade de alimentação utilizou a variação do pessoal ocupado total da unidade da Federação no setor formal, e a variação do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado nesta atividade, na produção familiar. A atividade de alojamento utilizou os passageiros desembarcados, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), como índice de volume.

Transporte, armazenagem e correio

#### *Classificação*

Esta atividade abrange o transporte, por conta de terceiros, por rodovias, ferrovias, água, ar e dutos, a armazenagem de mercadorias, e as empresas de correio. Compreende a Seção I (transporte, armazenagem e comunicações), exceto a classe 64.20 da CNAE 1.0, e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar.

#### *Valores correntes*

Para a construção dos agregados da atividade, foram utilizadas as informações da PIA-Empresa, da PAS e da DIPJ para o setor formal, e a PNAD para a produção familiar.

#### *Valores constantes*

Para o desdobramento dos índices de valor em volume e preço, optou-se também pelo índice de volume para a construção da série de valores constantes e índice de preço implícito. Cada modal, por unidade da Federação, possui seu índice como segue:

- No transporte aéreo, para o setor formal, foi adotado o índice médio da variação do valor da produção de passageiros embarcados e do valor da produção de cargas embarcadas, construídos com informações da Infraero na função de produção.
- No transporte rodoviário, foi utilizada a variação das vendas de combustível diesel da ANP na função de produção do setor formal. Para a produção familiar, foi utilizada, no valor adicionado e consumo intermediário, a variação do pessoal ocupado por conta própria da PNAD deste modal.

- No transporte ferroviário, a variação das vendas de combustível diesel da ANP foi utilizada como índice de volume na construção da série constante da função de produção do transporte ferroviário de carga; para o transporte ferroviário de passageiros, foi utilizada a variação dos passageiros, com base no Índice de Desempenho Econômico do Transporte (IDET), elaborado, em conjunto, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e pela Confederação Nacional do Transporte (CNT); para os estados sem disponibilidade de informação, foi utilizada a variação da população da capital.
- No transporte hidroviário, foi utilizada a variação das vendas de combustível diesel da ANP na função de produção do setor formal, e a variação do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado nesta atividade, na produção familiar, tanto no valor adicionado quanto no consumo intermediário.
- No transporte dutoviário, foi utilizado o índice de volume médio do valor da produção da atividade industrial de extração mineral em sua função de produção.
- Nas atividades auxiliares agrupadas em outros do transporte, no setor formal, foram utilizados: na atividade de correio, a variação dos objetos postados na empresa Correios como índice de volume; na atividade de movimentação e armazenagem, o índice médio do valor da produção dos modais hidroviário, ferroviário de carga e rodoviário; nas atividades auxiliares terrestres, o índice médio do valor da produção dos modais rodoviário e ferroviário; e na atividade de agências de viagens, o índice médio do valor da produção dos modais ferroviário, aéreo e rodoviário. Na produção familiar, foi utilizada a variação do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado na atividade, tanto no valor adicionado como no consumo intermediário.

## Serviços de informação

### *Classificação*

Esta atividade abrange os serviços de telefonia móvel e fixa, e os demais serviços de informação (atividades cinematográficas e de vídeo, atividades de rádio e de televisão, atividades de informática e serviços relacionados etc.). Compreende as classes 64.20, 92.11 e 92.12, a divisão 72, com exceção do grupo 72.5, e os grupos 92.2 e 92.4 da CNAE 1.0, e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar.

Na série 1985, esta atividade não foi pesquisada quando da realização dos censos econômicos 1985. Consequentemente, os dados para o ano de referência e para os anos correntes foram coletados diretamente das empresas de telecomunicações, seja pela pesquisa de empresas públicas, seja pelos balanços das empresas.

### *Valores correntes*

O valor bruto da produção bem como o consumo intermediário dos serviços de informação para as empresas legalmente constituídas têm como fonte os valores estimados com base

na PAS, na PIA-Empresa e nas informações da DIPJ. A produção familiar é estimada a partir da informação de rendimento anualizado do pessoal ocupado por conta própria da PNAD, classificado nesta atividade, que é utilizado como *proxy* do valor adicionado, e sua função de produção é estimada com base na relação consumo intermediário/valor da produção das empresas que compõem o estrato amostral da PAS.

### *Valores constantes*

A série de valores constantes foi construída por deflacionamento e por índice de volume. Os serviços de telefonia tiveram a decomposição da variação do valor bruto da produção por deflacionamento. Para tanto, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) correspondente aos serviços de telefonia, e o índice de volume implícito foi utilizado no consumo intermediário, que teve seu índice de preço obtido de forma implícita. As atividades de cinema e de televisão utilizaram índice médio do valor bruto da produção das atividades produtivas, isto é, agropecuária, industriais, comércio e serviços de manutenção e reparação, serviços de alojamento e alimentação, transporte, serviços prestados às famílias e associativos e saúde e educação mercantis. O serviço de informática utilizou índice médio calculado com as mesmas atividades utilizadas no cálculo do índice de volume dos serviços de cinema e de televisão, acrescido da administração, saúde e educação públicas.

## Intermediação financeira, seguros e previdência complementar

### *Classificação*

Esta atividade é realizada pelas instituições de intermediação financeira e compreende a Seção J (intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados) da CNAE 1.0, abrangendo as empresas que operam com a finalidade de criar, coletar e redistribuir fundos financeiros. Nesta seção, estão classificados bancos comerciais, bancos múltiplos, caixas econômicas, cooperativas de crédito, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento estaduais e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituições de crédito imobiliário, financeiras, sociedades de arrendamento mercantil, empresas de *factoring*, administradoras de consórcio, cartões de crédito, administradoras de fundos de investimentos em títulos financeiros e ações, sociedades de capitalização, empresas *holdings* financeiras, empresas licenciadoras de *franchising*, corretoras de câmbio e de valores, bolsas de valores e de contratos futuros, e o Banco Central do Brasil.

Também estão classificadas na Seção J da CNAE 1.0 as companhias seguradoras e de previdência privada que se caracterizam pela atividade de transformação de riscos individuais em riscos coletivos. Compreende, portanto, as empresas que oferecem planos de cobertura de risco a curto e longo prazos, tais como: seguros de vida, de incêndio, de perdas de capital, de saúde e resseguro. A atividade de seguros abrange tanto as empresas quanto os corretores autônomos de seguros.

Em relação à previdência privada, a atividade cobre todos os planos de previdência de entidades fechadas e de entidades abertas. Abrange, ainda, os planos de saúde com cobertura parcial ou total dos gastos com assistência médico-hospitalar.

Não devem ser incluídas na atividade de intermediação financeira, as atividades realizadas por empresas locadoras de bens, sem opção de compra; por empresas holdings não financeiras; e, também, a previdência social obrigatória.

#### *Valores correntes*

Esta atividade apresenta poucas mudanças: a estimação do valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado por unidade da Federação foi mantida de forma descendente, isto é, o resultado por unidade da Federação foi obtido por distribuição da conta de produção do Brasil, e a diferença em relação à série 1985 foi a utilização de chave de repartição para os seguros diferente da utilizada para os Serviços Financeiros Indiretamente Medidos (Sifim).

Os índices de distribuição do valor do Sifim do Sistema de Contas Nacionais foram as operações bancárias ativas e passivas, fornecidas pelo documento de movimentação bancária, por município, do Banco Central do Brasil. Para a participação dos seguros, são usadas as informações fornecidas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), que controla todo o setor, e o índice foi o prêmio menos o sinistro pago, por unidade da Federação.

#### *Valores constantes*

A construção da série de valores constantes nas Contas Regionais é obtida aplicando-se o índice médio do valor bruto da produção das atividades agropecuária, industriais, comércio e serviços de manutenção e reparação, serviços de alojamento e alimentação, transporte, serviços prestados às famílias e associativos e saúde e educação mercantis.

### Serviços prestados às famílias e associativos

#### *Classificação*

Esta atividade compreende os grupos 70.4, 92.5 e 92.6, a classe 92.13, e as divisões 91 e 93 da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar. Estão incluídas as atividades associativas exercidas por entidades empresariais, patronais e empresariais, tais como as entidades de classe, sindicatos patronais e de trabalhadores; as organizações religiosas, políticas; as entidades recreativas, culturais e desportivas, teatros, casas de espetáculos, clubes, ginásio e estádios de esportes; bibliotecas, museus e outras instituições destinadas à prestação de serviços às famílias, inclusive instituições sem fins de lucro. Estão ainda classificados os serviços pessoais, as unidades produtoras de serviços de lavanderias, cabeleireiros, academias de ginástica e outras semelhantes.

### *Valores correntes*

Os agregados foram estimados com informações da PAS e da DIPJ para as empresas formais, e informações da PNAD para a produção familiar. A função de produção dos trabalhadores por conta própria é estimada com base na relação consumo intermediário/valor da produção das empresas que compõem o estrato amostral da PAS.

### *Valores constantes*

A série de valores constantes é estimada desmembrando-se a variação do valor entre volume e preço. Para tal, considera-se a variação do pessoal ocupado total da atividade na função de produção no setor formal, e a variação do pessoal ocupado por conta própria da atividade no valor adicionado e consumo intermediário, ambas oriundas da PNAD.

## Serviços prestados às empresas

### *Classificação*

Esta atividade compreende as divisões 73 e 74 da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar.

Algumas das atividades abrangidas são usualmente realizadas pelas unidades auxiliares (de apoio administrativo) das grandes empresas, enquanto outras são mais comumente exercidas por unidades independentes. A crescente terceirização de serviços antes realizados pela própria empresa tem sido o principal fator nas mudanças observadas na organização destas atividades.

### *Valores correntes*

Esta atividade foi estimada por informações da PAS e da DIPJ para o setor formal, e informações da PNAD para os trabalhadores por conta própria (produção familiar), com função de produção estimada através das empresas que compõem o estrato amostral da PAS. A incorporação da PAS trouxe para a atividade de prestação de serviços às empresas uma grande contribuição para se medir anualmente sua importância na economia. Na série 1985, esta atividade estava classificada junto com o setor de aluguéis.

### *Valores constantes*

Para o desdobramento da variação do valor em volume e preço e obtenção da série de valores constantes, utilizou-se como índice de volume o crescimento médio das seguintes atividades: agropecuária, industriais, comércio e serviços de manutenção e reparação, serviços de alojamento e alimentação, transporte, serviços prestados às famílias e associativos, administração, saúde e educação públicas e saúde e educação mercantis. Assim, o resultado foi o crescimento médio ponderado por unidade da Federação medido pelo desempenho dos setores que demandam os serviços.

## Atividade imobiliária e aluguel<sup>18</sup>

### *Classificação*

Esta atividade refere-se à divisão 71 e aos grupos 70.1, 70.2 e 70.4 da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar. Nela, incluem-se as atividades de imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação e administração de imóveis, os serviços de alugueis de veículos, máquinas, equipamentos e objetos de uso pessoal.

Em relação ao setor de alugueis de imóveis, para o Sistema de Contas Nacionais, estão incluídos, nesta atividade, os alugueis recebidos por particulares pela cessão de seus imóveis, sob o regime de aluguel, para terceiros (aluguel efetivo) e, também, o valor do aluguel imputado aos residentes em moradia própria (aluguel imputado). O valor do aluguel da casa própria é incluído no conceito de produção do Sistema de Contas Nacionais como aluguel imputado, pois, de acordo com o SNA 93, os imóveis próprios geram renda para seus proprietários.

### *Valores correntes*

Os agregados desta atividade são estimados com base nas informações da PNAD, que fornece a renda do aluguel de imóveis residenciais, além das informações das pesquisas econômicas do IBGE e da DIPJ, que indicam o valor dos alugueis de imóveis para empresas. No Sistema de Contas Nacionais, o aluguel efetivo e o aluguel imputado foram construídos de forma ascendente, isto é, estimam-se as unidades da Federação, totalizando o Brasil pela soma destes valores. No PIB anual, um conjunto de regressões permite estimar o valor do aluguel imputado, ou seja, o aluguel que os residentes em imóveis próprios pagariam se seus imóveis fossem alugados. Essas regressões permitem incluir, na variação do aluguel imputado, não só o crescimento do número de imóveis como também as mudanças na qualidade dos imóveis, pois agregam, entre suas variáveis, dados como número de quartos, número de banheiros, disponibilidade de serviços públicos na região etc.

### *Valores constantes*

Para a construção da série de valores constantes, os resultados das regressões para variação do aluguel imputado em volume não podem ser usados por unidade da Federação por problemas com o tamanho da amostra de domicílios utilizada.

A opção adotada, então, foi usar a variação do número de imóveis residenciais de cada unidade da Federação, da PNAD, e ajustar o resultado com os dados do PIB anual, rateando entre todas as unidades da Federação a diferença entre o índice de volume dos alugueis residenciais do PIB anual e o índice de variação do número de imóveis para o país. Assim, a mudança de qualidade dos imóveis do

<sup>18</sup> Para maiores detalhes, ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, referência 2000. Nota metodológica no 18: aluguel de imóveis (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/18\\_aluguel.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/18_aluguel.pdf)>. Acesso em: out. 2008.

país passa a se refletir no PIB regional, que mantém resultados para a atividade iguais aos do PIB anual.

## Administração, saúde e educação públicas

### *Classificação*

Esta atividade abrange a Seção L (administração pública, defesa e seguridade social) e as seções M (educação) e N (saúde e serviços sociais) da CNAE 1.0. A administração pública tem como finalidade prestar serviços de natureza gratuita à coletividade, os quais são financiados através dos impostos pagos pela sociedade. É constituída por unidades que têm como função principal produzir serviços não mercantis destinados à coletividade e/ou efetuar operações de repartição de renda e de patrimônio. Os serviços são considerados não mercantis quando prestados a preços economicamente não significativos. A principal fonte de recursos do setor é o pagamento obrigatório efetuado pelos demais agentes na forma de impostos, taxas e contribuições sociais.

Dentre os serviços prestados, destacam-se os de regulação das atividades dos agentes econômicos, segurança, defesa civil, justiça, saúde e educação públicas. Também está incluída nesta atividade a seguridade social, que envolve a gestão de fundos de previdência obrigatórios e a concessão de benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio-doença e outros.

### *Valores correntes*

Em âmbito regional, a atividade da administração pública envolve os órgãos das três esferas de governo — federal, estadual e municipal — que atuam em cada estado. Para calcular os agregados desta atividade, pode-se recorrer ao balanço consolidado apresentado anualmente pelos estados e municípios aos tribunais de Contas. Para a esfera federal, a metodologia de regionalização é calculada com base na pesquisa Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas, do IBGE. As principais fontes são o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e o sistema Finanças do Brasil (Finbra), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

A produção não mercantil da administração pública é, por convenção, medida pelos seus custos, por não ser objeto de transação no mercado. Estes custos envolvem as remunerações pagas aos assalariados, o consumo corrente de bens e serviços, o consumo de capital fixo e o pagamento de impostos incidentes sobre a sua produção. A produção total da administração pública é igual à soma da produção residual (venda residual de bens, serviços e aluguéis) com a produção não mercantil.

Na série 2002, foi desenvolvida a metodologia para o cálculo do consumo de capital fixo<sup>19</sup> (depreciação de máquinas, equipamentos e instalações) para a administração pública, nas

<sup>19</sup> Para maiores detalhes, ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, referência 2000. Nota metodológica no 12: consumo de capital fixo das administrações públicas (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/12\\_consumo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/12_consumo.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

três esferas de governo. O desenvolvimento de tal metodologia permite a estimativa do valor bruto da produção da atividade administração pública, que até então era calculado como valor da produção líquido.

### *Valores constantes*

A variação em volume das atividades ligadas à administração pública conta com três componentes correspondentes às atividades e produtos do Sistema de Contas Nacionais: administração pública e seguridade social, educação pública e saúde pública. Cada componente observa um índice específico de volume. Para a administração pública e seguridade social, é utilizado o crescimento populacional como *proxy* da variação do volume de produto por unidade da Federação. Para a educação pública, são usadas informações do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação. O índice ponderado é calculado com base no número de matrículas por unidade da Federação nas diferentes modalidades de ensino (infantil, fundamental, médio, superior, especial, educação de jovens e adultos).

Para a saúde pública, são utilizados os dados do Departamento de Informática do SUS (Datasus) referentes aos dias de permanência em internações hospitalares do SUS, bem como a quantidade de procedimentos da produção ambulatorial do SUS, todos disponíveis por unidade da Federação, consoante com a metodologia adotada no Sistema de Contas Nacionais. A participação no valor adicionado bruto de cada atividade (administração pública, educação pública e saúde pública) é utilizada como peso para construção do índice ponderado da atividade completa.

### Saúde e educação mercantis

#### *Classificação*

Esta atividade compreende as seções M (educação) e N (saúde e serviços sociais) da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar. A atividade de saúde e educação mercantis abrange todas as unidades dedicadas à prestação do serviço privado, contemplando, portanto, as atividades realizadas pelos hospitais e clínicas particulares e por médicos e dentistas que trabalham por conta própria em seus consultórios, e as atividades realizadas pelas escolas particulares e por professores particulares que trabalham por conta própria.

#### *Valores correntes*

Para a atividade de saúde e educação mercantis (saúde e educação públicas estão classificadas na atividade de administração pública), como na série 1985, usa-se o método descendente de cálculo dos agregados, isto é, faz-se a distribuição da conta de produção da atividade do Sistema de Contas Nacionais para cada unidade da Federação.

No novo ano de referência, introduziram-se os dados da DIPJ para construção da regionalização dos valores entre as unidades da Federação. O método consiste em fazer uma leitura da receita das empresas de saúde e educação mercantis, criando-se uma chave de repartição para o valor bruto da produção por unidade da Federação, e repetir a relação consumo intermediário/valor da produção da função de produção do Sistema de Contas Nacionais.

### *Valores constantes*

Para a estimação da série de valores constantes de ambas as atividades, utilizou-se como índice de volume a variação do pessoal ocupado total da PNAD por unidade da Federação.

## Serviços domésticos

### *Classificação*

Esta atividade compreende a Seção P (serviços domésticos) da CNAE 1.0 e códigos correspondentes da CNAE-Domiciliar e abrange as atividades realizadas em residências de famílias que contratam empregados para a realização de serviços domésticos, tais como cozinheiras, camareiras, mordomos, motoristas particulares, porteiros, jardineiros, babás e outros.

É importante frisar que a Seção P da CNAE inclui apenas os serviços pessoais e domésticos produzidos por pessoal remunerado contratado para trabalhar no interior dos domicílios residenciais. Portanto, o conceito de produção do Sistema de Contas Nacionais não inclui nesta atividade o serviço doméstico destinado ao autoconsumo, quando realizado pela própria família.

### *Valores correntes*

Mede-se a produção, considerada não mercantil, dos serviços domésticos a partir do valor adicionado representado pelas remunerações das pessoas ocupadas da PNAD, classificadas nesta atividade. Como essa atividade não tem consumo intermediário, o valor adicionado corresponde ao valor da produção.

### *Valores constantes*

A série de valores constantes é obtida utilizando-se como índice de volume a variação do pessoal ocupado total da PNAD, classificado na atividade.

## IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS LÍQUIDOS DE SUBSÍDIOS

De acordo com o manual *System of National Accounts 1993* (SNA 1993), os impostos sobre a produção e a importação são pagamentos obrigatórios sem contrapartida, pagos à admi-

nistração pública, utilizados por este setor para fornecer bens ou serviços, dividindo-se em impostos sobre produtos e em outros impostos sobre a produção.

Os impostos sobre produtos são aqueles pagos quando bens e serviços são produzidos, distribuídos, vendidos, transferidos ou disponibilizados pelos seus proprietários e incluem, também, os impostos e direitos sobre a importação, cujo pagamento é devido quando os bens entram no território nacional ou quando os serviços são prestados.

Já os outros impostos sobre a produção abrangem os impostos sobre a mão de obra utilizada ou remunerações pagas e taxas incidentes sobre o exercício de atividades econômicas específicas. Os impostos sobre a produção e a importação, assim como os outros impostos, são recursos das administrações registrados no momento em que são pagos, obedecendo ao regime de caixa. O valor apurado é a arrecadação líquida, já deduzidas as devoluções e as eventuais restituições.

Os subsídios são transferências correntes das administrações públicas para as unidades de produção mercantil, levando-se em conta determinado contexto da política socioeconômica, visando reduzir o preço de mercado dos produtos. Os subsídios são impostos negativos sobre a produção, pois o efeito gerado no excedente operacional é o contrário do gerado pelos impostos sobre a produção, segundo o SNA 93. São divididos em subsídios a produtos e outros subsídios à produção.

Os subsídios a produtos são definidos sobre o valor dos bens e serviços comercializados no mercado interno e reduzem o preço pago pelo consumidor. Os outros subsídios à produção objetivam compensar os custos de produção de forma a garantir o nível de rentabilidade da unidade produtiva, ou apenas zerar seu déficit operacional.

O Produto Interno Bruto (PIB), pela ótica da produção, é igual ao valor adicionado — que é a diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário — mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção.

Os subsídios são distribuídos entre as unidades da Federação, segundo a participação relativa do valor adicionado total do Brasil.

Os seguintes procedimentos passam a ser adotados em relação aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), sobre produtos industrializados (IPI), sobre importação (II) e demais impostos:

- ICMS: evolução através do índice de volume do valor da produção, ponderado pela participação relativa de cada atividade no total do imposto arrecadado, informado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).
- IPI: utilização do índice de volume do valor da produção da atividade das indústrias de transformação.

- II: utilização do índice de volume médio calculado com base no índice de volume dos demais impostos.
- Para os demais impostos: utilização do índice de volume médio do valor da produção total das atividades sobre as quais incide cada imposto.

## UM RESGATE SOBRE AS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES METODOLÓGICAS DA NOVA SÉRIE DAS CONTAS REGIONAIS DO BRASIL – ANO BASE 2002<sup>20</sup>

A atualização de uma série de contas regionais, usualmente referida como mudança de base, é, normalmente, compreendida como a atualização dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do Produto Interno Bruto dos estados e de seus componentes a preços constantes de um determinado ano. Quando se realiza a chamada “mudança de base”, incorpora-se, também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados e os resultados de pesquisas realizadas visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos, como, por exemplo, as pesquisas contínuas sobre a indústria, o comércio e os serviços.

Em geral, a escolha do ano base deve recair sobre um ano para o qual se disponha de dados suficientes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da conta de produção de todos os estados. Tendo em vista as características do sistema estatístico adotado no Brasil, o ano de referência pode ser selecionado com base em um ano conjunturalmente equilibrado, visto que, com a introdução das pesquisas estruturais anuais, não há mais problemas de distanciamento dos censos.

O IBGE, desde 1985, não realiza os censos econômicos, os quais, quinquenalmente, serviam de parâmetro e base de dados para a elaboração das Contas Nacionais. A única exceção ficou para o censo agropecuário, que deveria continuar sendo levantado sistematicamente, mas que também sofreu solução de continuidade, somente indo a campo entre 1995/96 (ano safra), diferentemente do último, anteriormente realizado em 1985, que seguia o calendário civil. Esta diferença exigiu adaptações metodológicas para tornar comparável o conceito de ano safra com o conceito de ano calendário.

Em lugar dos levantamentos censitários, o IBGE passou a utilizar as suas pesquisas estruturais anuais, que buscam abarcar os principais setores econômicos e que agora alicerçam a estruturação da nova série do PIB. Dentre elas se destacam a Pesquisa Industrial Anual (PIA), a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS), a Pesquisa Anual do Comércio (PAC) e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), entre outras. Essa mudança de fonte de informações, por

<sup>20</sup> Texto publicado na revista Conjuntura & Planejamento n. 155 de junho de 2007 e cedido pelos autores para a composição desta publicação.

si só, já suscita alguns esclarecimentos, dado que essas pesquisas passaram a ser a nova fonte de referência para a produção de estatísticas nacionais e estarão, também, alimentando o Sistema de Contas Regionais.

O cálculo anterior, isto é, aquele que vinha sendo utilizado para a mensuração do PIB do Brasil e das unidades da Federação até março de 2007, adotava os censos econômicos como base de cálculo (os últimos realizados datam de 1985). Os censos tinham como objeto o estabelecimento, o qual fornecia todos os dados necessários ao modelo utilizado. Os dados obtidos se referiam ao espaço territorial onde o estabelecimento exercia as suas atividades. Dessa maneira, a informação obtida estava, de certa forma, automaticamente regionalizada. Ou seja, para o cálculo do PIB dos estados, não era necessário aplicar, praticamente, nenhum método de rateio com o objetivo de regionalização das informações.

Entretanto, com a utilização apenas dos dados dos censos, era impossível, especialmente em âmbito regional, em que o cálculo é efetuado apenas pelo lado da oferta, proceder-se a atualizações dos coeficientes de consumo intermediário. Em outras palavras, não se tinha um balizador para verificar, adequadamente, se a relação entre o consumo intermediário (CI) e o valor bruto da produção (VBP) havia sofrido grandes modificações.

Com o consumo intermediário agora obtido diretamente das pesquisas, pode-se avaliar o seu nível de aderência em relação aos obtidos no censo de 1985. Este fato pode alterar, substancialmente, os resultados em termos de valor agregado bruto (VAB), pois as referidas pesquisas captam, anualmente, as mudanças ocorridas na economia, alterando a estrutura interna dos setores e segmentos do PIB e, desta forma, provocando mudanças no peso relativo das atividades econômicas.

Com a utilização das atuais pesquisas anuais, os procedimentos mudam radicalmente. As pesquisas atualizam anualmente a base de dados ao permitir, com maior agilidade, a inserção de novos segmentos econômicos. No caso das informações para os estados, ou seja, do dado regionalizado, elas apresentam uma diferença bastante considerável quando comparadas com os antigos censos, pois têm como foco a empresa e não mais o estabelecimento. Este fato impõe a necessidade de que seja realizado um processo criterioso de regionalização, pois a empresa pode ter unidades operando em diversos espaços do território nacional.

Este fato, por si só, já dá uma noção das modificações e seus rebatimentos em âmbito regional, pois, como as principais informações se concentram na sede da empresa, os valores obtidos têm que ser rateados entre os diversos espaços onde ela exerce suas atividades, por meio de suas unidades locais de produção ("filiais"). O IBGE utilizou como ponderador, para proceder ao rateio dos dados das empresas matrizes, as informações prestadas pelas unidades locais de produção. Vale salientar que a empresa pode ter unidades que desempenham mais de um tipo de atividade, assim como pode produzir diferentes produtos/serviços em suas unidades locais de produção, os quais podem, também, ser enquadrados em diferentes classificações econômicas.

Complementarmente, foi realizado um trabalho de reclassificação de algumas atividades, o que também proporcionou mudanças no peso relativo de determinadas atividades/setores.

Nesse sentido, foi feito o cruzamento conjunto e simultâneo da base de dados das diversas pesquisas, que possibilitou uma melhor depuração e um maior ajustamento dos níveis de classificação das atividades. Com o procedimento, houve uma ampliação do setor de serviços, uma vez que determinadas atividades auxiliares<sup>21</sup> classificadas em outros segmentos passaram a ser enquadradas como atividade de serviços.

Uma observação também importante é o fato de que as pesquisas são realizadas anualmente, permitindo que parte da construção dos níveis de evolução do produto real possa ser realizada por processos de deflacionamento, diferentemente do cálculo anterior, quando, pela inexistência de uma série anual de valores nominais, eram utilizados, prioritariamente, índices de volume para extrapolar a tendência da maior parte das atividades.

Assim, as séries regionais foram revisadas de forma que sua metodologia e a base de dados sejam completamente integradas com a série das contas para o Brasil. Desta forma, passam a incorporar, integralmente, as pesquisas anuais do IBGE, as informações anuais da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica, os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2003, o Censo Agropecuário 1996 e passam a adotar uma classificação de atividades e produtos compatível com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE). A nova série de Contas Regionais terá como referência inicial o ano de 2002, passando a ser divulgada com 17 atividades econômicas, ajustadas com os dados do Brasil em valores constantes e correntes.

A escolha do ano de referência recaiu sobre 2002, dentre vários fatores, pelo fato de que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) recebeu uma nova classificação (CNAE-Domiciliar), ficando compatível com os anos subseqüentes. Nesse mesmo ano, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) passou a ter perfil semelhante ao das outras pesquisas anuais, isto é, com estrato amostral e estrato certo, deixando de ser um painel. Dispõe-se também da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), tendo este indicador importância de destaque na revelação do desempenho real das atividades industriais, da quase totalidade das unidades da Federação.

#### REBATIMENTOS EM ÂMBITO REGIONAL

As Contas Regionais, elaboradas sob metodologia uniforme para todas as unidades da Federação, estão atreladas aos procedimentos implementados em âmbito nacional, de maneira que os seus resultados sejam comparáveis entre os diversos estados, e o total convirja com o total do país.

Dadas as características e perfis econômicos, diferenciados em âmbito regional, os rebatimentos das mudanças metodológicas assumem intensidades também diferenciadas em cada um dos estados, podendo provocar reduções ou aumentos das suas grandezas macroeconômicas, assim como reduções ou aumentos nas taxas de crescimento real já divulgadas. Este fato está relacionado ao peso relativo dos setores das referidas economias e

<sup>21</sup> Por exemplo: a prestação de serviços a outros setores de atividades, a qual não era enquadrada no setor de serviços.

à sua suscetibilidade em relação à magnitude das alterações e o impacto nas suas estruturas internas em âmbito regional.

As citadas mudanças geraram expressiva reponderação interna na estrutura das atividades econômicas<sup>22</sup>. Nesse sentido, em relação ao fechamento do PIB em termos anuais, tanto a preços constantes (de onde se pode avaliar o crescimento real da economia), quanto a preços correntes, os resultados apresentaram ligeiras modificações das séries anteriormente divulgadas, com base na metodologia antiga. Apenas para corroborar esse fato, vale a pena lembrar que, quando o IBGE divulgou a nova série das Contas Nacionais, a diferença entre os resultados para o ano de 2005 ficou próxima a 11% em relação aos dados divulgados na metodologia antiga.

É certo, entretanto, afirmar que essa nova metodologia vai ser mais “robusta” e eficiente, ao permitir, em uma base temporal mais curta, modificar e atualizar a composição interna do PIB de todas as unidades da Federação. A partir dela, se poderá ter mais clareza da importância relativa das novas atividades na geração de valor agregado global.

Entre as principais modificações relacionadas à nova metodologia do Produto Interno Bruto, destacam-se as seguintes:

- O setor de *Telecomunicações* deu lugar ao de *Serviços de informação*, que conta, além das telecomunicações, com consultoria de *hardware*, *software*, processamento de dados, atividades de banco de dados e distribuição *on-line*, atividade cinematográfica, de rádio e agências de notícias. Um dos objetivos da mudança foi o de incorporar uma série de itens que não vinham sendo considerados na série anterior e que nos últimos tempos passaram a ter relevância para a economia.
- A *Administração pública* experimentou um salto qualitativo em sua estimativa. Cada elemento de sua conta de produção (remunerações, gastos de custeio e consumo de capital fixo) passou a ter índices próprios (as remunerações, o número de funcionários e os demais pela deflação de seus custos; consumo de capital pelo deflator do consumo de capital das Contas Nacionais), diferentemente da série antiga, na qual o crescimento da população era o índice geral.
- Foi desenvolvida uma metodologia de cálculo específica para o consumo de capital fixo (depreciação de máquinas, equipamentos e instalações) que permite a estimativa do valor de produção bruto da atividade administração pública, antes calculado pelo somatório entre o valor agregado e o consumo intermediário da atividade.
- Os Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (Sifim) foram agora distribuídos proporcionalmente ao valor agregado das atividades, evitando a dupla contagem e eliminando a atividade “*dummy financeiro*”, setor fictício na metodologia antiga, que tinha produção nula e o consumo intermediário igual ao valor do Sifim.

<sup>22</sup> Esta nova estrutura será a base de ponderação do cálculo para extrapolação da tendência de crescimento da economia, inclusive no modelo de estimação trimestral.

- A atividade de intermediação financeira passa a contabilizar os fundos de investimentos. Além disso, a medição da evolução real da atividade, antes calculada considerando a média do crescimento da economia, passa, a partir de agora, a levar em conta fatores como a variação no valor das tarifas bancárias e o deflator implícito do PIB.
- Incorporação da produção não mercantil das instituições sem fins lucrativos (igrejas, clubes e ONG).
- Criação das atividades agrícolas, pecuárias, silvicultura, exploração vegetal e pesca, antes trabalhadas e divulgadas juntas no setor agropecuário.
- Alterações na classificação de alguns produtos/atividades, fazendo-os migrar de um determinado setor da economia para outro. A base é a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Exemplo: a atividade dos correios era classificada em comunicações. Pela nova classificação, a atividade se incorpora ao setor transportes.
- Incorporação de informações oriundas das declarações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e inclusão da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e da pesquisa sobre a informalidade (ECINF).

Com base nessas modificações, houve, conforme já mencionado, uma reponderação interna nas atividades econômicas e uma mudança no perfil econômico da Bahia. Com todo esse aperfeiçoamento metodológico, ficou patente que a realidade econômica que a antiga metodologia permitia “enxergar” precisava de uma correção. E é exatamente isso que deve ser creditado à nova metodologia: uma correção e atualização na mensuração de determinados itens econômicos, principalmente os relacionados ao consumo intermediário das empresas.

Talvez a maior contribuição das pesquisas estruturais — fora todas as vantagens já mencionadas, tais como o fato de serem anuais e permitirem a incorporação de novos setores ao cálculo com maior agilidade e rapidez — esteja diretamente relacionada à mensuração do consumo intermediário dos setores produtivos, antes atualizado com base em deflatores que não refletiam as especificidades regionais.

Está na melhor medição do consumo intermediário a principal explicação para a diferença entre o resultado do PIB divulgado na metodologia anterior e o calculado com base na nova metodologia, uma vez que, como será demonstrado ainda neste texto, não houve mudança alguma na conjuntura econômica da Bahia entre 2002 e 2005. As pesquisas revelaram que a agregação de valor, principalmente no setor industrial, em virtude dos processos de terceirização<sup>23</sup>, era bem menor do que a metodologia antiga permitia “enxergar”.

<sup>23</sup> Esses processos de terceirização não podiam ser captados com tanta rapidez na metodologia antiga, até porque não havia pesquisas que auxiliassem o Sistema de Contas Regionais como agora. Na metodologia antiga, o valor registrado nos censos econômicos era extrapolado com base em indicadores de volume e preço. Em que pese o fato de este método seguir todas as orientações metodológicas preconizadas pelo SNA, não era possível desagregar as informações econômicas, de tal sorte a perceber minúcias que a nova metodologia permite visualizar.

Tabela 1 – Produto interno bruto – base nova e base velha – Bahia – 2002-2005

Ano	PIB Bahia base nova (R\$ milhão)	Taxa de crescimento base nova (%)	PIB Bahia base velha (R\$ milhão)	Taxa de crescimento base velha (%)
2002	60.672	...	62.102	...
2003	68.147	2,2	73.167	2,3
2004	79.083	9,2	86.882	9,6
2005	90.943	4,7	96.442	5,7

Fonte: SEI/Coref.

Como ficou demonstrado pelos números da Tabela 1 e com base nas considerações que a equipe de Contas Regionais da Bahia vinha alertando desde o início do ano de 2007, à imagem e semelhança do ocorrido com o PIB brasileiro, houve modificações tanto no valor nominal quanto na variação real de crescimento da economia baiana na comparação entre as duas leituras metodológicas. No entanto, no caso da Bahia, a mudança ocorrida foi, em todos os anos da série, sempre a menor, diferentemente do que ocorreu no caso brasileiro.

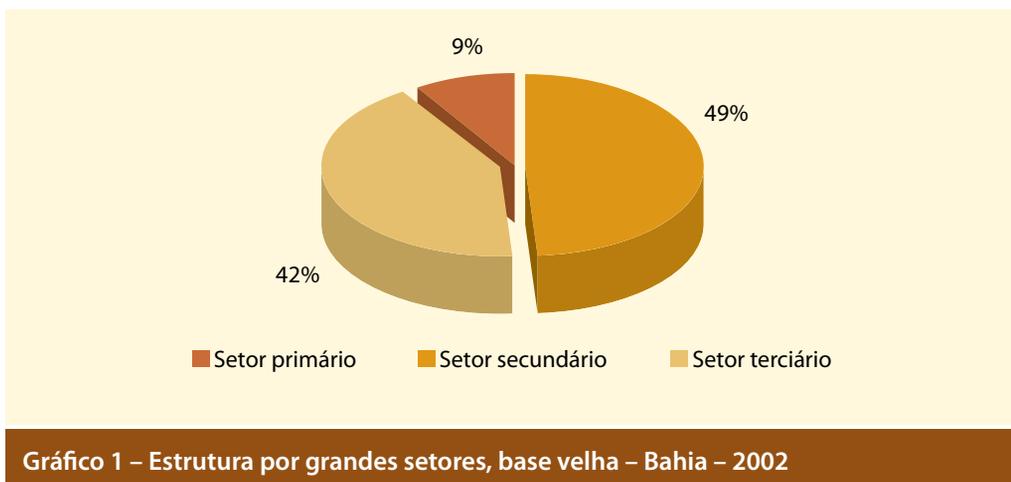
A explicação para tal fato se respalda no ganho de eficiência de mensuração da nova metodologia. Como é de conhecimento geral para os pesquisadores e técnicos de análise econômica, o estado da Bahia se notabilizou nos últimos anos pela sua capacidade de atração de investimentos industriais, principalmente a partir do ano de 2000. Esses investimentos, que ajudaram a consolidar o parque automotivo, calçadista, eletroeletrônico, de celulose e plásticos, entre outros, foram captados pela antiga metodologia de cálculo, sem o auxílio das pesquisas estruturais.

Isso quer dizer que, embora aplicando métodos que seguiam as orientações do IBGE, coordenador central do projeto de Contas Regionais do Brasil, o cálculo anterior encobria questões relacionadas à mensuração do consumo intermediário da produção, aumentando, dessa forma, a agregação de valor do setor industrial ao PIB. Não por acaso, como revela o Gráfico 1, a indústria assumiu a dianteira da produção de riquezas na Bahia, com cerca de 50% do PIB do estado.

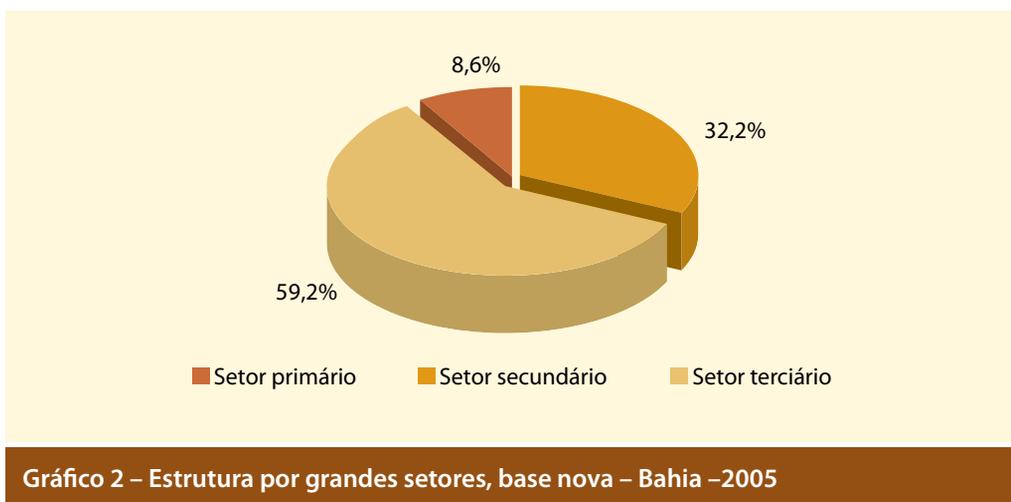
Como já mencionado, sob respaldo da nova metodologia de Contas Regionais, alicerçada nas pesquisas estruturais, houve uma reponderação das atividades, seja porque a nova metodologia congrega o setor de serviços de maneira mais ampla que a anterior<sup>24</sup>, seja porque, conforme constatado, o consumo intermediário do setor industrial é, na verdade, maior, e, portanto, sua agregação ao PIB, menor.

A menor agregação do setor industrial é, dessa forma, a principal causa para a diminuição em termos nominais para o PIB da Bahia, uma vez que o setor agropecuário permaneceu estabilizado em relação à participação que tinha no PIB pela metodologia antiga. Esse mesmo fato também ocorreu em outras unidades da Federação brasileira que também tinham no

<sup>24</sup> Na nova metodologia, o setor de serviços foi ampliado também por questões de reclassificação de algumas atividades antes agrupadas em outros setores econômicos, como, por exemplo, os serviços industriais, antes mensurados dentro do setor industrial.



Fontes: SEI, IBGE.



Fonte: SEI.

segmento industrial a principal forma de agregação de valor ao PIB, a exemplo do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Amazonas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série de Contas Regionais que passou a ser divulgada caracteriza-se pela amplitude de atualizações introduzidas, pois, além dos fatores citados, substitui uma prática utilizada com frequência, de extrapolação dos valores correntes, para produtos e atividades, através de índices de volume e preços. O emprego das pesquisas econômicas contínuas, que informam valores correntes, impede, assim, desvios dos valores correntes, que anteriormente eram estimados por extrapolação. Ao se decidir por implementar tais mudanças, buscou-se a

construção de agregados macroeconômicos regionais que possam refletir de maneira mais atual as mudanças que se processam na economia. Trata-se de uma operação necessária e indispensável, tendo em vista a modernização do sistema estatístico nacional.

Cabe salientar que, a despeito das modificações metodológicas realizadas para a mensuração do Produto Interno Bruto, não houve alteração na conjuntura econômica da Bahia no período compreendido entre 2002 e 2005. Isto quer dizer que, apesar de o modelo que mede o desempenho da economia ter a sua metodologia modificada — no sentido de se tornar mais atual e eficiente —, toda uma gama de indicadores e pesquisas conjunturais continuou a ser produzida e captou para o período dessa análise uma expansão acumulada na atividade econômica baiana da ordem de 16,9%.

Ou seja, a metodologia não muda o fato econômico. Parece inegável afirmar que, a despeito da maior agregação de valor pelo setor de serviços, captada pela nova metodologia do PIB, a economia baiana passou por um impulso industrial muito grande nos últimos anos. Como reflexo de uma política de atração de empreendimentos industriais através de incentivos fiscais, diferimento de ICMS e apoio logístico, vieram para a Bahia indústrias de todos os segmentos: calçadistas, de transformação petroquímica, papel e celulose e o mais importante empreendimento, que culminou com a formação de um parque automotivo, capitaneado por umas das maiores empresas mundiais no ramo de produção de veículos automotores.

Exatamente por esse impulso, a indústria de transformação, tal qual na metodologia anterior, continuou sendo o maior setor individual na agregação de valor ao PIB baiano, com aproximadamente 17% da estrutura produtiva. Entretanto, conforme demonstrado, o setor de serviços foi mais bem medido nessa nova metodologia, revelando maior contribuição à formação das riquezas no estado. Apenas para elucidar, os países mais desenvolvidos do mundo têm justamente no setor de serviços a fonte principal de contribuição à produção interna.

O Sistema de Contas Nacionais (SNA) da ONU recomenda que sejam realizadas revisões e incorporações metodológicas em um período não superior a cinco anos de mensuração das Contas Nacionais. Dessa forma, a alteração metodológica ora proposta respalda-se na necessidade premente de atualizar as ponderações, revisar alguns conceitos que ficaram defasados com o passar do tempo, bem como inserir no cálculo pesquisas estruturais que captaram a “nova realidade” das economias regionais.

Essa atualização da metodologia não invalida, entretanto, a forma como o cálculo vinha sendo realizado anteriormente. Ela reflete um “novo olhar”, uma nova e atualizada forma de enxergar e analisar a realidade econômica dos estados. Com o auxílio de pesquisas anuais — o que não era possível na gênese do cálculo anterior —, pode-se atualizar com maior rapidez e incorporar ao PIB os novos segmentos que passam a fazer parte da dinâmica econômica dos estados brasileiros.

Essa metodologia é o resultado de um esforço coletivo entre o IBGE e os órgãos de estatística do Brasil que, ao longo dos últimos anos, buscaram aperfeiçoar a captação das informações

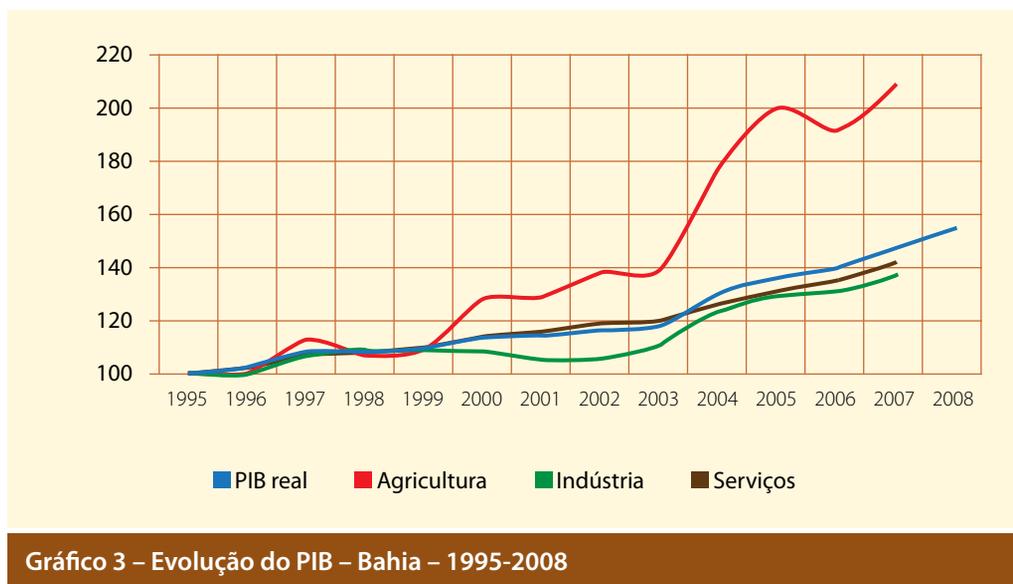
e sua aplicação em um modelo que permitisse unicidade metodológica. Como qualquer outra metodologia, representa uma tentativa de simplificar uma determinada realidade a um modelo lógico, universal e comparável no tempo e no espaço.

O aperfeiçoamento desta metodologia pode permitir que as informações mensuradas em âmbito regional possam ser organizadas em um sistema que a posteriori permita as construções das contas da renda e da demanda, que, em conjunto com a oferta, conformam o Sistema de Contas Nacionais/Regionais. É importante que o processo de atualização metodológica convirja para a construção e aperfeiçoamento desse sistema, inclusive com a montagem de uma tabela de recursos e usos em âmbito regional. Com esse instrumental, pode-se começar o ensejo para a produção das chamadas contas satélites, que possibilitaram aumentar a capacidade analítica dos agregados macroeconômicos.



## ANÁLISE CONJUNTURAL E ECONÔMICA (1995-2008)

Entre 1995 e 2008, a Bahia apresentou uma trajetória contínua de crescimento, que consistiu da expansão de todas as suas atividades econômicas. No Gráfico 3, pode-se observar que, nesse período, o PIB baiano registrou expansão real de 54,3%, valor acima da taxa verificada no Brasil (46,9%). Dentre os setores da atividade econômica, os dados revelam que, até o ano de 2007, a agricultura teve a maior expansão (108,8%), reflexo do crescimento das terras cultivadas no estado, sobretudo na região oeste. O setor de serviços, que detém a maior participação na composição do PIB, apresentou taxa de crescimento acumulada de 41,9%. Finalmente, o setor industrial, que passou por um intenso processo de atração de novas indústrias entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, registrou o menor crescimento no período (37,3%).



Fontes: SEI, IBGE.

Nas próximas seções, são apresentadas análises econômicas da dinâmica do PIB para todos os anos que compõem a nova série, nas quais são observados, além do processo evolutivo

de cada setor do PIB, os aspectos da conjuntura econômica que determinaram o comportamento da atividade econômica baiana.

#### EM 1995 O PIB DA BAHIA SOMOU R\$ 26,4 BILHÕES

O ano de 1995 foi marcado por uma série de fatores que influenciaram de forma decisiva a economia brasileira bem como a baiana. Dentre esses fatores, pode-se destacar a completa liberalização comercial baseada na redução das alíquotas de importação e a elevação das taxas de juros para atrair capitais externos. Esses eventos, juntamente com outros de cunho menor, contribuíram de forma negativa para a expansão da atividade econômica. Por outro lado, a estabilidade inflacionária para a expansão econômica, visto que naquele ano houve aumento substancial da demanda agregada baseada na expansão do consumo das famílias. Sobre esse momento das economias brasileira e baiana, Santana (1995, p.87) destaca que:

Os mecanismos acionados ao longo da gradual formulação deste elenco de medidas de política macroeconômica, para reverter um quadro de extremas dificuldades que desestimulava o consumo e a inversão – tornando mais restritas as possibilidades de crescimento da economia –, determinaram uma rápida e continuada elevação da demanda agregada [...].

Em 1995, o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia totalizou R\$ 26,4 bilhões a preços de mercado, representando 3,8% do PIB do Brasil, o qual somou, no mesmo ano, R\$ 705,6 bilhões. Cabe destacar que, na Bahia, tinha-se uma atividade econômica sedimentada na produção de bens intermediários (notadamente os petroquímicos), de elevado valor agregado. A estrutura industrial baiana ressentia-se, no referido ano, da ausência de uma maior diversificação produtiva, o que a tornava mais vulnerável aos movimentos da indústria produtora de bens finais sediada no centro-sul do país. Ou seja, a indústria baiana se colocava como uma fornecedora de bens intermediários para as indústrias do centro-sul, determinando uma situação de dependência produtiva da Bahia em relação ao centro mais industrializado do país.

A leitura dos agregados macroeconômicos do estado, no ano de 1995, permite observar que, naquele ano, a economia baiana teve no setor de serviços a maior participação na geração de riquezas, respondendo por 63,9% do PIB estadual. Já o setor industrial representou 25,6%, e o agropecuário, 10,4%.

No que concerne ao setor de serviços, o segmento da *Administração pública, saúde e educação públicas e seguridade social* foi, individualmente, o que teve a maior participação na geração de riquezas, com 15,8% do PIB estadual, totalizando R\$ 3,67 bilhões. Ainda dentro do setor de *Serviços*, o *Comércio* foi o segundo segmento mais importante, gerando riqueza total de R\$ 2,8 bilhões, o equivalente a 12,2% do PIB baiano.

O valor adicionado bruto (VAB) da indústria baiana em 1995 foi de R\$ 5,958 bilhões, o que a colocou, conforme exposto anteriormente, como o segundo setor mais importante na geração de riquezas no estado. Dentro do setor, o segmento de *Transformação*, com VAB de R\$ 2,93 bilhões, representou 49% da atividade industrial baiana e 12,6% do VA total do estado.

O segmento *Construção civil*, responsável por 8,2% do VAB da economia baiana, totalizou R\$ 1,9 bilhão, o que o colocou como o segundo mais importante do setor industrial. O segmento *Serviços industriais de utilidade pública* respondeu por 4,0% do VAB do estado, com valor total de R\$ 935 milhões.

A *Agropecuária* baiana representou, em 1995, 6,8% do PIB do Brasil, totalizando valor agregado de R\$ 2,4 bilhões.

#### POLÍTICA MACROECONÔMICA IMPEDIU MAIOR CRESCIMENTO DO PIB EM 1996

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia cresceu 1,7% em 1996, de acordo com os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). No mesmo período, a renda per capita da Bahia aumentou 0,7%. Em valores correntes, o PIB estadual alcançou a cifra de R\$ 32,4 bilhões.

Naquele ano, destacaram-se o *Comércio*, com aumento 4,6% no nível de atividade, e a *Indústria de transformação*, que apresentou excelente performance na produção, com crescimento em torno de 4,5% em relação.

#### Desempenho setorial

Na Tabela 2, temos a visão das taxas de crescimento e da composição setorial da atividade econômica baiana para o ano de 1996.

Tabela 2 – Taxa de crescimento e composição setorial – Bahia – 1996		
Setores	Taxa de crescimento (%)	Participação relativa (%)
Agropecuária	0,03	9,3
Indústria	-0,4	24,2
Indústria extrativa mineral	-7,0	0,8
Indústria de transformação	4,5	12,0
SIUP	-3,0	3,6
Construção	-6,0	7,7
Serviços	2,2	66,5
Comércio	4,6	10,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,3	5,8
Administração, saúde e educação públicas	3,9	14,7
Demais serviços	0,7	35,4
PIB	1,7	–

Fonte: SEI, 2009.

No ano de 1996, dentre os grandes setores da atividade econômica, apenas o de serviços teve destaque positivo, com crescimento de 2,2%. O setor agropecuário ficou praticamente estável em relação a 1995, e o setor industrial registrou variação negativa de 0,4%.

No que se refere à agropecuária, a estabilidade em relação à produção de 1995 encontra explicação, em parte, nos reflexos da política econômica adotada pelo governo federal. Conforme Spolador e Barros (2003, p. 3)

A sobrevalorização cambial afetou negativamente a agricultura em dois aspectos: (1) reduziu a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional; (2) diminuiu os preços dos produtos agrícolas importados, que pode ter proporcionado uma redução da rentabilidade dos agricultores; essa situação se agravou pelas distorções tributárias sob as quais a agricultura está submetida.

Ainda que a estabilização dos preços tenha provocado um aumento da capacidade aquisitiva da população, sobretudo daquela parcela que até há pouco tempo estava à margem da economia de mercado, o que de certa forma impactou na demanda por produtos agrícolas, os fatores expostos por Spolador e Barros podem, de fato, ter sido determinantes no sentido de conterem uma possível expansão da atividade agrícola na Bahia.

O bom desempenho não se repetiu na produção das lavouras, onde foi observado declínio de 6,8%. Importa salientar, entretanto, que importantes culturas lograram crescimento, a exemplo do feijão (28,1%), do milho (9,6%) e da laranja (5,7%).

O resultado negativo apresentado pelas lavouras foi influenciado pela queda de produção de vários cultivos, a exemplo do arroz (-40,1%), do algodão (-32,0%) e da mandioca (-3,6%). Entretanto, a retração de três produtos de peso — a soja, o café e o cacau — foi decisiva para o fraco desempenho da agricultura estadual. No que se refere à soja — queda da produção da ordem de 34,7% —, a restrição do crédito agrícola para o plantio, os baixos preços do produto em importantes mercados e a ausência de chuvas nas regiões produtoras à época de floração do grão foram fatores determinantes para o comportamento descendente. Já o resultado do café — queda de 24,6% — frustrou as expectativas mais otimistas, que convergiam para uma retomada dos níveis de produção observados anteriormente. A retração deste cultivo se deu não obstante os estímulos de uma conjunção de fatores, dentre os quais se destaca a elevação dos preços no mercado internacional, determinada pelo baixo nível de estoques nos países produtores e pela elevação da demanda.

O cacau, por mais um ano, apresentou resultado negativo, registrando queda de 17,1% em relação a 1995. Este fator também deve ser considerado como relevante para o desempenho da lavoura baiana em 1996, pois, a despeito de ter seus níveis de produção e de produtividade sensivelmente reduzidos pela longa e permanente crise, o cultivo cacauzeiro ainda figura como maior gerador de valor bruto de produção agrícola do estado.

Tabela 3 – Ranking dos principais produtos da agricultura – Bahia – 1996

Produtos agrícolas	Estrutura agrícola (%)
Cacau	15,0
Feijão	10,4
Mandioca	8,0
Coco-da-baía	7,7
Banana	7,5
Milho	6,9
Cana-de-açúcar	6,1
Café	5,6
Soja	4,6
Tomate	4,3

Fonte: IBGE – PAM (Pesquisa Agrícola Municipal).

Em sentido oposto ao desempenho do conjunto do setor industrial, a *Indústria de transformação* apresentou expansão de 4,5% em 1996. Este resultado exerceu forte influência no crescimento do PIB do estado, visto que o setor é o segundo maior gerador individual de valor agregado pelo conjunto das atividades econômicas desenvolvidas na Bahia. A expansão da produção física dos segmentos de *Refino de petróleo e álcool* (55,6%) e de *Produtos químicos* (34,6%), os quais representam grande parte da estrutura da indústria de transformação baiana, foram os principais responsáveis pela expansão do setor naquele ano.

Já os segmentos de *Borracha e plástico* e de *Minerais não metálicos* foram os únicos da indústria de transformação que apresentaram retração na produção física (-5,4% para os dois segmentos).

No que diz respeito à *Indústria extrativa mineral*, foi observado que esse segmento registrou queda de 7,0% no valor adicionado entre 1995 e 1996. Esta taxa expressa, basicamente, a diminuição da extração de petróleo, que, na Bahia, é preponderante na composição desta indústria (acima de 80% da estrutura).

Com relação ao setor de serviços, o qual teve expansão de 2,2%, vale destacar a expansão da atividade comercial, beneficiada pela estabilização monetária e respectivo aumento do poder de compra, ambos reflexos da implementação do Plano Real.

#### PIB DA BAHIA REGISTROU EXPANSÃO DE 6,5% EM 1997

Em 1997, a economia baiana registrou expansão de 6,5% do Produto Interno Bruto. No mesmo período, a economia brasileira cresceu 3,4%. Considerando-se a série do PIB retropolado que se inicia em 1995, daquele ano até 1997 a Bahia teve taxa de crescimento acumulado equivalente a 8,2% na atividade econômica.

A taxa de crescimento de 1997 mostrou o dinamismo pelo qual atravessou o estado da Bahia, decorrente das políticas de projetos industriais, os quais objetivaram a diversificação da

atividade produtiva do estado. Dessa forma, a expansão do PIB estadual em 1997 deveu-se ao crescimento verificado em todos os grandes segmentos da atividade econômica baiana, conforme se verifica na tabela a seguir.

Atividades	Bahia	Brasil
PIB	6,5	3,4
Agropecuária	12,7	0,8
Indústria	7,5	5,1
Serviços	4,7	3,4

Fontes: SEI, IBGE.

O crescimento da *Agropecuária* (12,3%) reflete uma conjunção de fatores que propiciaram esse desempenho, destacando-se as condições climáticas favoráveis, a desoneração das exportações de produtos agrícolas (com a retirada do ICMS) e a melhoria dos preços internacionais das principais *commodities*. A safra de grãos superou a registrada no ano anterior em cerca de 44,5%. Este índice foi alcançado, sobretudo, em face dos bons resultados que obtiveram os cultivos de feijão (47%), soja (44,7%), milho (44,1%), cana-de-açúcar (12,5%), café (12,3%) e mandioca (3,7%).

Igualmente expressivo foi o crescimento da produção de cacau, que, nesse ano, atingiu 10,4%, segundo dados da pesquisa agrícola municipal do IBGE. Não obstante as condições adversas que enfrentou, agravadas pela quebra de safra e pelo atraso na liberação dos recursos para investimento e custeio, essa cultura ainda figurava com destaque no *ranking* da produção agrícola do estado.

A persistente alta das *commodities* agrícolas e a nova dimensão do mercado mundial de alimentos abriram novas perspectivas para a Bahia no que concerne às suas exportações de produtos agrícolas. Importa ressaltar os efeitos da expansão da fruticultura, que incorporou tecnologias avançadas ao seu processo produtivo e desde os anos 80 mantém a Bahia em posição de liderança na Região Nordeste. Por conta desse fator, os produtos da fruticultura baiana passaram a ter peso destacado na pauta de exportação do estado.

Em 1997, houve uma inversão no sentido de crescimento do segmento industrial e da indústria de transformação. Enquanto que, em 1996, o segmento industrial registrou queda, e a indústria de transformação, expansão significativa, no ano de 1997, o segmento industrial fechou o ano com crescimento de 7,5%, e a indústria de transformação encerrou o ano com queda de 1,3%. Contribuíram para essa queda os gêneros de *Refino de petróleo e álcool* (-37,9%), o de *Produtos químicos* (-19,6%) e o de *Alimentos e bebidas* (-9,6%).

Ainda dentro do setor industrial, o destaque ficou por conta da atividade *Construção civil*, que alcançou o mais expressivo resultado dentre todos os setores que compõem o cálculo do PIB da Bahia, com taxa de crescimento de 22,7%. O setor de construção se expandiu, em grande parte, pelos investimentos em duplicação de estradas estaduais (Linha Verde), obras

de implantação para indústrias atraídas para a Bahia (a exemplo do polo calçadista), construção de aeroportos no interior do estado, início das obras do Complexo Sauípe (e outros investimentos na rede hoteleira de importantes municípios turísticos do interior, a exemplo de Porto Seguro), além dos investimentos no Baía Azul. O desempenho da atividade *Construção civil*, juntamente com *Serviços industriais de utilidade pública*, foi determinante para que o setor industrial registrasse crescimento em 1997.

No que se refere à atividade de serviços, destacaram-se, mais uma vez, os indicadores de desempenho da atividade comercial, os quais mostraram que, ao contrário de todos os prognósticos feitos durante o ano — dando conta de uma possível queda nas vendas totais no comércio baiano —, o que realmente se verificou foi um incremento superior a 5,4% em relação ao ano anterior. Esta taxa de crescimento foi estimulada pela estabilização monetária, pela flexibilização do sistema de crediário e pela elevação dos rendimentos médios das camadas mais pobres da população — segundo a PNAD de 97 —, que permitiu o acesso ao mercado de um maior número de consumidores. O setor de maior destaque foi o de vendas de veículos, com taxa de crescimento de 8,8%.

Tal comportamento sugere que, apesar das drásticas medidas tomadas pelo governo federal no sentido de segurar a estabilização dos preços — âncora do Plano Real — frente a um cenário externo bastante conturbado, o volume de vendas acompanhou a tendência verificada nos quatro anos anteriores, sobretudo para os períodos sazonais de festas e dias comemorativos.

Por fim, é importante mencionar que o resultado atingido em 1997 sugere que o estado aproveitou, naquele ano, as poucas oportunidades que a política macroeconômica ofereceu em meio a uma conjuntura de recursos escassos, estimulando inversões nos setores que se revelaram bastante competitivos e de grande potencial produtivo.

#### CRISES FINANCEIRAS NA ÁSIA E RÚSSIA INIBEM O CRESCIMENTO DA BAHIA E PIB EXPANDE-SE APENAS 0,5% EM 1998

A economia brasileira, no ano de 1998, apresentou um desempenho bem diferente daquele observado em 1997. Duas são as razões principais. A primeira foi o aprofundamento da crise financeira mundial, que, a partir dos acontecimentos na Ásia, em outubro de 1997, e do colapso da Rússia, no segundo semestre de 1998, tornou as condições de financiamento internacional muito mais difíceis, gerando evasão de divisas e conseqüente pressão sobre a taxa de câmbio — âncora do Plano Real de 1994 —, fazendo com que o governo federal agisse em duas frentes na política macroeconômica: tentativas de geração de superávit primário nas contas do setor público e o estímulo a mecanismos de financiamento do déficit nas transações correntes.

A segunda razão foi o gradual processo de esgotamento dos benefícios gerados pelo Plano Real sobre o poder de compra de grande parte da população, principalmente associado à consolidação de um patamar de renda real e ao limite de endividamento das famílias.

Os resultados das Contas Regionais da Bahia, calculados pela SEI, apontaram que, em 1998, o Produto Interno Bruto da Bahia cresceu apenas 0,5%. Este resultado, ainda que superior ao do Brasil, que cresceu apenas 0,04%, refletiu a conjuntura adversa que atravessou o país, agravada pelas sucessivas crises no mercado financeiro internacional e pelo recrudescimento das medidas restritivas à expansão da demanda interna, implementadas pelo governo federal, com vistas a equilibrar o balanço de pagamentos e assegurar a estabilidade do real.

Apesar da redução do crescimento da atividade baiana, o resultado verificado para a Bahia adquiriu relevo quando se observa que tem como base de comparação o ano 1997, período em que o estado alcançou uma das taxas de crescimento mais expressivas do país (6,5%).

Tabela 5 – Taxa de crescimento dos principais setores de atividade da economia baiana Bahia – 1998

Setores	Taxa de crescimento (%)
Agropecuária	-5,1
Indústria transformação	3,1
Comércio	-4,7
Administração pública	3,1
PIB	0,5

Fonte: SEI.

Investimentos da ordem de US\$ 570 milhões, com geração de aproximadamente 2.691 empregos diretos (CARNEIRO, 1998), fizeram da indústria de transformação um dos principais destaques em 1998, ao registrar crescimento de 3,1%. O dinamismo do setor na Bahia foi sustentado, sobretudo, pelo segmento *Refino de petróleo e álcool* — que teve crescimento de 126,5% na produção física, conforme os dados da PIM-PF — e pelo segmento *Químico* (crescimento de 30,5% na mesma pesquisa), os quais tinham participação expressiva na estrutura do setor. Parte significativa deste crescimento foi resultado do aumento na produção de derivados de petróleo em 1998, fruto da ampliação da Refinaria Landulpho Alves.

Mas não apenas os segmentos *Refino* e *Químico* influenciaram o bom resultado da indústria. O setor *Metalúrgico* foi outro destaque, verificando-se que o seu nível de produção superou em 13,5% o alcançado em 1997, principalmente associado à expansão da produção de vergalhões, cobre e alumínio em lingotes para exportação. Do mesmo modo, foi observado um crescimento expressivo na transformação de minerais não metálicos (16,4%).

Em contraposição a esses desempenhos, registrou taxas negativas *Alimentos e bebidas* (-5,9%), que, desde o ano de 1996, vinha sofrendo sucessivas reduções no nível de atividade na Bahia.

A *Agropecuária* baiana apresentou retração de -5,1%. Mantendo-se ainda dependente das variações climáticas, a *Agricultura*, intensamente afetada pelo fenômeno El Niño, sofreu forte influência no resultado, declinando em 1998 cerca de 10,2%. Mas, além do fator climático,

questões de ordem econômica determinaram a retração da atividade agropecuária, conforme observaram Couto Filho e Machado (1998, p.27), os quais destacam que:

As políticas macroeconômicas que visam à manutenção do Plano de Estabilização e, principalmente, o fato de não se dar a atenção devida aos setores produtivos, destacando-se a agricultura, são elementos que mais colaboram para o estado de anormalidade.

Na maioria dos municípios baianos, diversas foram as lavouras atingidas pela seca que provocaram quedas acentuadas nos principais cultivos, a exemplo de feijão (-53,2%), milho (-40,6%), mamona (-86,0%), algodão herbáceo (-49,6%), café (-19,9%). Algumas culturas, no entanto, resistiram aos rigores climáticos. Dentre elas estão pimenta-do-reino (13,4%), soja (17,2%), coco-da-baía (12,2%), cebola (8,0%) e abacaxi (33,6%). Entretanto, à exceção da soja e do coco-da-baía, estas outras lavouras tinham pequena participação na geração de valor bruto de produção agrícola.

Também merecem destaque os desempenhos de duas culturas tradicionais, que registraram melhores desempenhos atrelados a essa conturbação climática: a cana-de-açúcar, com expansão no cultivo de 7,0% em relação a 1997, e o cacau, que, depois de acumular perdas sucessivas, apresentou bom desempenho, tendo seu cultivo ampliado em 4,2% no mesmo período, incentivado pela elevação dos preços desta *commodity* no mercado internacional.

Conforme pôde-se observar na Tabela 4, dois segmentos do setor de serviços — o qual cresceu 1,0% — se destacaram em 1998. Um devido ao crescimento negativo, e o outro, ao crescimento positivo.

Após ter crescido em 1996 e 1997, o *Comércio* baiano perdeu dinamismo, tal como observado em todo o país. Por ser muito suscetível às oscilações da política macroeconômica, o setor comercial da Bahia encerrou o ano de 1998 com queda de 4,7%, refletindo o recrudescimento das medidas de contenção da demanda interna implementadas mais recentemente pelo governo federal, no bojo dos ajustes negociados com o FMI.

Com os juros mantidos em patamares elevados, o comércio de bens duráveis e semiduráveis foi drasticamente afetado, haja vista estarem as vendas desses produtos atreladas ao sistema de crediário. Como ilustração disso, o comércio de veículos reduziu-se aproximadamente 24%.

O comércio supermercadista, um dos principais em termos de geração de valor agregado, apresentou uma leve expansão de 1,6% e ajudou a minimizar os efeitos da diminuição das vendas em praticamente todos os ramos do comércio baiano na consolidação final do desempenho deste setor em 1998. Em oposição ao segmento de *Comércio*, a *Administração pública* destacou-se pela expansão de 3,1%.

EM MEIO À CRISE CAMBIAL BRASILEIRA, BAHIA TEM CRESCIMENTO DE 0,6% NO PIB DE 1999

A evolução da economia brasileira, em 1999, foi basicamente condicionada pela mudança do regime cambial. Em janeiro daquele ano, o sistema de bandas cambiais foi substituído

pelo câmbio flutuante, gerando expectativas de que o Brasil atravessaria uma fase de recessão significativa, com forte impacto no PIB. Esses cenários, elaborados no início do ano, distanciaram-se bastante da realidade mais tarde observada.

As expectativas de que o nível de atividade econômica apresentaria queda entre 3,0% e 4,0% não se confirmaram. O PIB brasileiro registrou um crescimento de 0,3% no ano de 1999, em relação a 1998.

Embora tenha enfrentado problemas similares aos que abalaram a economia nacional, a Bahia registrou crescimento ligeiramente superior ao do Brasil (0,6%). Em termos nominais, o valor do PIB somou R\$ 41,8 bilhões, com a renda per capita totalizando R\$ 3,2 mil.

O desempenho setorial na Bahia, em 1999, caracterizou-se pelo aumento de 1,6% do setor agropecuário, crescimento decorrente do aumento na safra de grãos, a estabilidade do setor industrial e a expansão de 1,3% no setor de serviços.

Setores	Taxa de crescimento (%)
Agropecuária	1,6
Indústria	0,0
Indústria de transformação	0,0
Indústria extrativa	-12,6
Serviços	1,3
Serviços industriais de utilidade pública	-2,8
Construção civil	2,0
Comércio	-2,3
PIB	0,6

Fontes: SEI, IBGE.

### Setor agropecuário

A taxa de crescimento da agropecuária baiana, em 1999, foi de 1,6%, em relação ao ano anterior. Um conjunto de fatores propiciou esse desempenho, destacando-se as condições climáticas favoráveis (algo que não ocorreu no ano anterior) e a desoneração das exportações de produtos agrícolas. Esta última condição, em conjunto com a desvalorização da moeda, provocou uma melhoria dos preços no mercado internacional. Cabe destacar, também, algumas modificações positivas nos fatores estruturais da agricultura baiana, tais como a expansão da agricultura irrigada e a adoção de técnicas modernas de cultivo, implementadas principalmente nas regiões oeste e médio São Francisco.

Pode-se, assim, afirmar que a agricultura teve importante contribuição no desempenho do setor agropecuário. No ano de 1999, a produção de grãos na Bahia foi de aproximadamente 2,5 milhões de toneladas, com um crescimento de 18,5% em comparação com o ano anterior. Os principais responsáveis por esse crescimento foram o feijão e o milho. O feijão fechou o

ano com uma produção de 348 mil toneladas, o que representou um aumento de 57,8%, condicionado pela primeira safra (chamada safra de verão), cuja expansão em relação ao mesmo período do ano anterior foi de 261%. Já a produção física do milho cresceu 41,3%, chegando a 895 mil toneladas. Acrescenta-se a esses fatos a recuperação dos produtos considerados tradicionais, a exemplo da mandioca, que aumentou em 9,3% a sua produção, atingindo mais de 3 mil toneladas.

### Setor industrial

O setor industrial<sup>25</sup> da Bahia ficou estável em 1999, na comparação com o ano de 1998. Pouco satisfatório em relação aos outros anos, esse desempenho foi alavancado, em particular, pelo segmento da construção civil, que apresentou uma taxa de crescimento de 2,0%.

A indústria de transformação, principal segmento do setor industrial, registrou estabilidade em comparação com 1998. Os gêneros *Produtos químicos* e *Refino de petróleo e álcool*, principais subsetores da indústria baiana de transformação, registraram, respectivamente, crescimento de 1,5% e 5,5%, na produção física.

A produção de *Papel e celulose* cresceu 9,3%, contribuindo, assim, de forma positiva para o desempenho da indústria de transformação. Destaque-se que o segmento tinha, desde o final do ano de 1996, se beneficiado com a elevada cotação dos preços no mercado internacional, para onde se destina a maior parte de sua produção.

O gênero *Metalúrgico* apresentou um bom desempenho, com um incremento de 8,8% em relação ao ano de 1998. Em virtude da alta de preços no mercado internacional, os produtos da metalurgia baiana tornaram-se mais competitivos, principalmente o cobre, pela sua posição de destaque nesse segmento. O crescimento das exportações desse gênero, no referido período, foi de 23,7%<sup>26</sup>.

O desempenho da indústria extrativa não foi tão favorável, conforme mostraram as informações sobre produção física, que se reduziu em 12,6% relativamente a 1998. Esse fato pode ser explicado pela diminuição da extração de petróleo (que responde por mais de 80% da indústria extrativa mineral da Bahia).

A atividade de construção, uma das que possuem maior peso na estrutura do PIB da Bahia — 8,5% — teve um desempenho positivo em 1999, quando cresceu 2,0% em relação ao ano anterior. Parte significativa desse crescimento estava associada à continuidade de implementação de infraestruturas em centros de lazer, entretenimento e turismo na Grande Salvador, como as obras do Complexo do Sauípe, bem como a duplicação e construção de novos aeroportos no interior do estado.

Outro destaque fica por conta da construção da infraestrutura da indústria calçadista em cidades do interior, a exemplo de Itabuna, Jequié e Itapetinga.

<sup>25</sup> Considera-se setor industrial o segmento constituído pela indústria de transformação, extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública e construção civil.

<sup>26</sup> Em 1999, a participação do gênero metalúrgico no total das exportações baianas foi de aproximadamente 11%.

A queda na atividade do SIUP (-2,8%) em 1999 deveu-se ao desempenho negativo na geração de energia, que ocupa posição de destaque na estrutura desses serviços. Analisando conjunto do setor elétrico (geração e distribuição)<sup>27</sup>, observou-se que, em 1999, houve uma variação negativa de 4,8%, sendo essa a principal responsável por se ter reduzido essa atividade no mesmo período.

O segmento elétrico, em 1999, registrou um resultado negativo — cerca de 10% — na variação da geração de energia. Esse decréscimo foi motivado pela queda de produção das usinas de Paulo Afonso e Sobradinho, de 7,9% e 21,2%, respectivamente. Essas duas usinas representavam, em 1999, aproximadamente 98% da geração de energia nos limites territoriais do estado da Bahia.

### Setor de serviços

Com relação ao setor de serviços, podem-se destacar, no ano de 1999, os segmentos de *Comércio* — que registrou queda de 2,3% —, *Intermediação financeira* (1,4%) e *Administração pública* (2,9%).

### Comércio

Nesse segmento, observou-se, em 1999, queda de 2,3% no valor agregado na comparação com o ano de 1998. Um dado relevante em 1999 foi o avanço 3,4% no subsetor de *Alimentos, bebidas e fumo*, compensando, assim, as perdas ocorridas nos principais setores do comércio formal. Os fatos negativos do ano deveram-se ao fechamento de lojas de departamentos e de pequenos supermercados.

Além da crise econômica, alguns outros movimentos são creditados ao desempenho negativo do comércio, tais como elevado nível de endividamento e inadimplência, estagnação salarial, aumento do desemprego e elevadas taxas de juros. Como se sabe, a atividade comercial mostra-se sensivelmente vulnerável às alterações da política macroeconômica, que, nesse ano, objetivaram mais uma vez conter os níveis de demanda agregada.

APÓS DOIS ANOS DE BAIXO CRESCIMENTO, PIB DA BAHIA CRESCEU 4,0% NO ANO 2000

### Conjuntura nacional

Após dois anos de moderado crescimento no nível de atividade e passadas as turbulências cambiais que marcaram o ano de 1999, a economia brasileira recuperou-se em 2000, alcançando uma taxa de expansão do PIB de 4,3%. Parte considerável desse resultado foi sustentada pelo setor de serviços, o qual apresentou um incremento de 3,6% em relação ao ano anterior, influenciado pelo desempenho do comércio (4,5%). Segundo o IBGE, esse crescimento da economia nacional foi também alavancado pelo consumo de bens duráveis e

<sup>27</sup> Além do setor elétrico, o SIUP engloba as atividades de água e saneamento do estado. Entretanto, em termos de participação, o setor elétrico é o mais relevante, compreendendo cerca de 70% da estrutura do SIUP.

semiduráveis, responsável por dois terços do incremento do PIB. Ainda segundo o IBGE, esse bom desempenho do consumo deveu-se à redução das taxas de juros internas — embora ainda mantidas em patamares relativamente elevados —, à expansão do crédito e à melhoria das expectativas dos consumidores.

### A economia baiana em 2000

Conforme apresentado na Tabela 7, o indicador macroeconômico da Bahia apresentou comportamento bastante semelhante ao nacional, expandindo-se 4,0% em relação a 1999. Por suas próprias importâncias relativas na estrutura econômica estadual, destacaram-se a agropecuária e o comércio, com excelentes desempenhos, registrando incrementos da ordem de 17,6% e 5,1%, respectivamente. A indústria de transformação, que é o segundo setor da economia estadual em termos de geração de valor agregado<sup>28</sup> — 14,9% do total gerado pelo conjunto dos setores da economia baiana no ano de 2000 —, apresentou queda de 3,4% na atividade, fato que impediu a ocorrência de uma taxa de crescimento mais expressiva.

Ainda com base no indicador macroeconômico e no crescimento populacional, o PIB médio per capita baiano em 2000 foi da ordem de R\$ 3.540.

Atividade	Variação 2000/1999 (%)
Agropecuária	17,6
Indústria de transformação	-3,4
Serviços industriais de utilidade pública	7,9
Construção	2,1
Comércio	5,1
PIB	4,0

Fonte: SEI.

### Agropecuária

A magnitude da taxa de crescimento deste setor (17,6%) deveu-se à importante contribuição da agricultura, a qual expandiu-se em 18,8% em relação ao ano anterior. O desempenho positivo do setor em 2000 associou-se, em grande medida, ao bom comportamento dos níveis pluviométricos, ocorrido em todo o estado.

A safra de grãos superou a produção do ano anterior em cerca de 44%. Este resultado foi alcançado principalmente pelos aumentos verificados na produção de milho (47,6%), feijão (54,8%), soja (31,1%) e algodão (164,6%), que são produtos de alta relevância na estrutura agrícola estadual. Ressalte-se que o elevado incremento na produção de feijão deu-se não pelo crescimento da área plantada, mas sim pela melhoria das técnicas agrícolas empregadas (com destaque para o aumento da área irrigada), proporcionando crescimento do rendimento

<sup>28</sup> Nesse ano, a *Administração pública* foi, individualmente, o setor com a maior no Produto Interno Bruto.

médio para a cultura. Ademais, outros produtos também apresentaram destacado crescimento em seus cultivos, como o café (10%), a batata inglesa (77,9%) e a uva (46%).

Já a cultura da mandioca, que ocupava posição privilegiada no *ranking* da produção agrícola baiana — quinta lavoura em termos de valor da produção em 2000 —, teve sua safra ampliada em 31,5%. O aprofundamento da crise que se abateu sobre a cultura do fumo, no interior do estado, incentivou a substituição deste produto pela mandioca, especialmente pelo baixo custo envolvido nessa substituição. Além disso, as boas condições climáticas favoreceram a boa performance da safra de mandioca em 2000.

A produção de soja, cultivo que aumentou significativamente sua participação na estrutura agrícola estadual — em 2000, já era a terceira maior lavoura em geração de valor bruto de produção —, expandiu-se em mais de 30%, basicamente pela conjunção de dois fatores: primeiro, pelo crescimento da área plantada, a qual, segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, alcançou 628,36 mil hectares, com incremento de 8,3% em relação a igual período do ano anterior; segundo, devido ao baixo preço cobrado pelo hectare de terra na Bahia, em comparação com o de outras regiões do país, mesmo do Nordeste. Agregue-se a isso o bom rendimento dessa cultura em 2000. Ainda segundo dados do LSPA, o rendimento médio da soja chegou a 2.400 kg/ha nesse ano, contra os 1.983 kg/ha apresentados em 1999.

O cacau, que à época era ainda a principal lavoura da agricultura baiana, teve a sua produção retraída em cerca de 14%, o que fez diminuir o ímpeto do crescimento agrícola estadual. As explicações para essa queda recaem, mais uma vez, sobre a disseminação da praga da vassoura de bruxa na região cacauzeira e a redução dos programas agrícolas de incentivo à exportação dessa importante *commodity* nacional. Para os anos seguintes, os cacauicultores esperavam obter melhores resultados, por meio do aumento da produção clonada de cacau e da elevação dos preços nos mercados internacionais.

A pecuária apresentou um incremento de 33,7%, decorrente, em sua maior parte, da produção bovina, que em 2000 cresceu aproximadamente 37%, em virtude da elevação verificada nos abates e nas exportações. Cabe ressaltar também um incremento na produção da pesca de 6,9%. Já a produção extrativa vegetal apresentou uma queda de 10,8%. Entretanto, esta última perda pode ser minimizada, uma vez que as atividades de extrativismo vegetal têm peso muito pequeno (0,4%) na estrutura da agropecuária baiana.

## Indústria

### *Serviços industriais de utilidade pública (SIUP)*

Em 2000, os SIUP apresentaram uma taxa de crescimento de 7,9%. No segmento elétrico, responsável por aproximadamente 70% do valor agregado desse setor, verificou-se um aumento tanto na geração quanto no consumo de energia. Com relação à geração de energia, houve um acréscimo da ordem de 14%, em comparação com o ano anterior, segundo dados da Aneel.

Já o consumo total de energia atingiu 17.446.263 mwh, crescimento de 7,1% em relação ao ano anterior. O consumo industrial cresceu 7,4%, sendo que a mesma tendência foi observada no consumo comercial, com incremento de 13%, e também no consumo residencial, cujo crescimento foi de 7,3%. Por fim, a parcela correspondente ao agregado das demais classes consumidoras de energia registrou um aumento de 0,6% no mesmo período.

Apesar de uma menor participação dentro dos SIUP, destacou-se também, para a formação da taxa de crescimento desse setor, o desempenho do segmento de água e saneamento, o qual apresentou uma evolução no volume da atividade de 8,1% em relação a 1999.

#### *Indústria de transformação*

A indústria de transformação baiana registrou retração de 3,4%. O resultado negativo, além de contrariar a própria tendência nacional do setor no período, representou também um desempenho significativamente inferior ao verificado no ano anterior no âmbito estadual. O desempenho negativo de -3,1% na produção física — observado no gênero de Produtos químicos —, e de -10,8% no segmento de Refino do petróleo e álcool exerceu forte influência nessa taxa, pela própria posição de destaque que os referidos segmentos assumem na estrutura industrial baiana. Essas retrações foram decorrentes de parada de emergência para manutenção em uma unidade da Refinaria Landulpho Alves Mataripe (RLAM), no segundo semestre, interrompendo a produção de derivados de petróleo por quase dois meses. O mesmo ocorreu com a Copene, principal indústria química da Bahia, que, por motivos de manutenção, paralisou parte de sua planta, reduzindo o fornecimento de eteno, insumo fundamental para a produção química de outras unidades do Polo de Camaçari.

No gênero metalúrgico, a situação de estoques declinantes do cobre baiano, associada à recuperação econômica da Ásia (grande consumidora do Brasil) e ao aumento da demanda mundial, elevou as cotações do metal no mercado internacional, favorecendo a produção desse gênero na Bahia, com incremento de 5,7%.

O avanço de 8,3% da produção do segmento papel e celulose foi um dos fatores que também amenizaram a queda da indústria de transformação. Tal avanço foi propiciado pela elevada cotação dos preços da commodity no mercado internacional, para onde é dirigida a maior parcela da sua produção. Os segmentos individuais responsáveis pelos melhores resultados foram os de caixas de papelão corrugado e de papel higiênico, elevando o posicionamento dessa indústria na pauta de exportações baianas.

#### *Indústria extrativa mineral*

A atividade de extração mineral baiana registrou queda de -2,7% em termos de valor adicionado. Em termos de produção física, houve crescimento de apenas 0,1%.

Apesar de negativo, há que se atentar para o fato de que esse resultado foi o melhor registrado nesse setor desde o início da nova série do PIB, em 1995. A descoberta de novas bacias

de gás natural na Baía de Camamu, no litoral sul do estado, criou novas perspectivas para o desempenho da atividade a partir daquele ano, conforme veremos adiante.

### *Construção civil*

O setor de construção civil apresentou um crescimento de 2,1% no indicador de evolução da atividade que compara o período 2000/1999. Na base desse crescimento, devem-se destacar as obras do Complexo Amazon (Ford), as quais contribuíram para aumentos contínuos na construção civil, em função da atração de novas indústrias de apoio e complementação à atividade automobilística em implementação na Bahia.

Mencionam-se ainda as obras de ampliação do aeroporto internacional de Salvador (primeira etapa), além das relativas à infraestrutura turística no interior do estado, mais precisamente no extremo-sul, com a recuperação de estradas e de sistemas de esgotamento sanitário na região da Costa do Descobrimento.

Ressalte-se, por fim, o polo calçadista do interior do estado, que, em seu movimento de ampliação, apesar de consumir relativamente pouco o principal insumo da construção civil — o cimento —, terminou por contribuir para o aumento da mão de obra ocupada no setor de construção estadual. Segundo dados do IBGE, o número de ocupados na construção civil baiana cresceu 1,2% em relação ao ano anterior.

### *Serviços*

Os serviços apresentaram um incremento de 3,9%, com destaque para o setor de comércio. Os indicadores de desempenho da atividade comercial revelaram um movimento de recuperação das vendas, com uma taxa de crescimento de 5,1% em relação ao ano anterior. Tal comportamento deveu-se em maior parte à performance positiva (6,8% de crescimento) das atividades ligadas ao conjunto das empresas — setor formal —, o que não se verificou no comparativo 1999/1998.

Como se sabe, a atividade comercial é extremamente elástica em relação a mudanças na política econômica governamental. Em 2000, houve uma conjunção de fatores positivos para a construção dessa taxa de crescimento do comércio baiano, a saber: redução nas taxas de juros internas, que, embora mantidas em patamares ainda elevados, possibilitaram a diminuição da inadimplência e o aumento do uso do sistema crediário, inclusive no que concerne à ampliação de seus prazos; maior disponibilidade de recursos para os financiamentos, decorrente da redução do compulsório cobrado pelo Banco Central nos depósitos à vista; e relativa estabilidade na taxa de câmbio, o que proporcionou um aumento no fluxo do comércio exterior. Como resposta, observou-se um crescimento nas vendas de utensílios duráveis, com destaque para o comércio de automóveis (crescimento de 25%) e de móveis e eletrodomésticos (incremento de mais de 8%). Com relação à comercialização de veículos, deve-se considerar o resultado altamente positivo das promoções implementadas pelas concessionárias, que, diante da acirrada concorrência no setor, reduziram as taxas de juros e

ampliaram os prazos dos financiamentos de carros novos. A importância de medidas como essas reside no fato de que o financiamento se constitui no principal instrumento de venda de carros, principalmente para os consumidores da classe média.

Apesar do bom desempenho no segmento de vendas de veículos, o mesmo não se verificou em relação às vendas de combustíveis e lubrificantes. Com preços elevados em função da alta cotação do barril de petróleo no mercado internacional, o repasse para os consumidores foi inevitável, provocando, assim, uma queda nas vendas desse segmento no estado de, aproximadamente, 3,2%.

Outro segmento do comércio baiano a registrar queda na atividade foi o representado pelas lojas de departamentos, que retraíram suas vendas em mais de 7% no período de análise. A principal justificativa para esse fato encontra-se na acirrada concorrência que esse segmento tem enfrentado dos supermercados e hipermercados, que, cada vez mais diversificados, tornam-se também revendedores de produtos antes exclusivos das grandes lojas de departamentos.

#### CRISE ENERGÉTICA E DA ARGENTINA CONTRIBUEM PARA BAIXO CRESCIMENTO DO PIB EM 2001

O Produto Interno Bruto da Bahia apresentou ligeiro crescimento de 0,4% na comparação com o ano anterior, percentual abaixo da taxa registrada pelo Brasil (1,3%). Este resultado observado para as economias nacional e estadual foi reflexo da conjuntura adversa que o país atravessou, fruto da crise do setor elétrico, do agravamento da crise argentina e da desaceleração da economia americana e mundial.

Há de se destacar que o agravamento dessas crises gerou uma desvalorização cambial, o que forçou o governo federal a adotar uma política macroeconômica de elevação da taxa de juros, em virtude do acordo com o FMI. Essas duas medidas — desvalorização cambial e aumento da taxa de juros — tiveram efeitos expansivos, assim como restritivos para a economia nacional. Em relação a estes últimos, verificou-se um forte reflexo negativo sobre o nível da ocupação, do desemprego, da renda, do produto e na atividade comercial. Por outro lado, ocorreram, como fatores expansivos, o estímulo às exportações, aumentando a produção interna e, indiretamente, diminuindo o impacto negativo dos juros e da elevação dos custos de produção; e o incremento do turismo, diminuindo os reflexos negativos anteriormente mencionados no comércio, nos serviços e na ocupação e renda.

Essa crise atingiu o desempenho dos principais setores da economia baiana — a indústria de transformação, especialmente o setor químico, que só começou a reagir no final do ano, e a agropecuária, que, apesar da forte estiagem ocorrida em toda a Região Nordeste, registrou expansão na atividade —, como será visto mais detalhadamente a seguir.

#### **Indústria de transformação**

A indústria baiana de transformação encerrou o ano de 2001 com variação positiva de 1,1%, o que significa dizer que, apesar de toda a conjuntura adversa, a Bahia conseguiu reunir condições internas capazes de minimizar os danosos efeitos das crises.

Entre os subsetores da indústria baiana de transformação, os desempenhos foram diversificados no que concerne à produção física. Positivamente, destacaram-se as indústrias de *Refino de petróleo e álcool*, *Metalúrgica* e *Celulose, papel e produtos de papel*, com crescimentos de 23,5%, 3,2% e 24,8% respectivamente. Em oposição ao crescimento físico exposto acima, ocorreram quedas nos segmentos de *Produtos químicos* (-10,1%), *Alimentos e bebidas* (-7,7%) e *Borracha e plástico* (-21,8%).

O desempenho negativo do setor químico foi determinado basicamente pela dinâmica na produção de nafta. Observou-se que, em 2001, a produção de nafta foi bastante comprometida, sendo que os meses de julho e setembro foram os únicos que registraram crescimento significativo (5,3% e 24,0%, respectivamente).

Com relação ao racionamento de energia no setor industrial baiano, a Coelba constatou que muitas indústrias utilizaram menos energia por conta de planos internos que adotaram para economizá-la. Com esse tipo de medida, a própria Copene conseguiu economizar 7 mw — a maior parte na área industrial — sem precisar recorrer a cortes na produção.

Com relação aos demais segmentos da indústria de transformação, merece especial destaque o *Metalúrgico*, que, apesar da conjuntura tanto interna (a crise energética impactou significativamente este ramo, que é altamente intensivo em energia) quanto externa (baixos preços no mercado internacional), conseguiu um bom desempenho e expandiu a produção física em 3,2%. Em destaque, mais uma vez, ficaram os derivados da transformação de cobre, que praticamente sustentaram o resultado positivo. Neste caso, cabe destacar os investimentos em autogeração, realizados durante o ano, que permitiram a continuidade da produção ainda que em custos mais elevados. As vendas internas caíram devido à redução de demanda por parte dos setores de telecomunicações e da construção civil. No âmbito externo, as maiores empresas do setor anunciaram cortes na produção, a fim de promover uma recuperação nos preços do cobre.

Um dos setores que sustentaram o crescimento da indústria baiana de transformação foi, paradoxalmente, um dos que mais foram atingidos pelos eventos que se passaram em 2001. A desaceleração da economia norte-americana, principal comprador baiano, aliada aos ataques terroristas naquele país, provocou uma forte redução na demanda mundial de celulose, o que diminuiu os preços desta *commodity*, resultando em aumentos nos estoques mundiais deste produto. Apesar disso, o segmento de *Papel e celulose* conseguiu, mais uma vez, sustentar a liderança de expansão na produção em 2001. A taxa de crescimento de 24,8% esteve associada ao forte incremento na produção de papel do tipo *Kraft* e caixas de papelão corrugado.

## SIUP

Serviços industriais de utilidade pública (SIUP) foi o setor do PIB baiano que registrou a maior queda no ano de 2001 (-13,6%), devido ao péssimo desempenho do segmento elétrico, que se retraiu 15,8%, o pior resultado dos últimos 25 anos.

Dessa vez, o grande vilão do ano, que impactou em praticamente todos os setores da economia baiana, foi o racionamento de energia, que, se não provocou o caos econômico esperado, foi o responsável direto pela diminuição na atividade de geração e distribuição de energia, que responde por mais de 70% da geração de valor agregado deste setor no PIB do estado.

### **Construção civil**

Contrariando todas as expectativas de um melhor desempenho, o setor da construção, um dos mais importantes tanto em geração de valor agregado como na criação de empregos, registrou queda na produção de riquezas (-3,4%) e na geração de empregos, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE.

### **Comércio**

O setor de comércio varejista, que acaba sendo o termômetro da economia, apresentou, no seu volume de vendas, para o Brasil, expansão de 1,6% no ano de 2001 em relação ao ano anterior. No estado da Bahia, em igual período, esse indicador apontou um acréscimo de 0,3%.

Analisando-se o comportamento do setor — através da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-BA), realizada pelo IBGE em parceria com SEI —, no acumulado do ano de 2001 em comparação ao de 2000, observa-se que, dos cinco ramos que compõem o Índice Geral do Varejo, o grupo *Combustível e lubrificante* contribuiu com o desempenho mais significativo (5,1%), seguido pelo grupo *Tecidos, vestuário e calçados* (0,1%). Por outro lado, os grupos *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* e *Móveis e eletrodomésticos* foram os que apresentaram maiores quedas, de -3,5% e -10,1%, respectivamente.

Os efeitos das sucessivas crises na economia externa, somados às ações limitativas do crescimento econômico, como o racionamento de energia elétrica, a elevação do dólar e o aumento dos juros, arrefeceram as expectativas de o comércio varejista encerrar o ano apresentando a expansão nas vendas que se previa no início do período. Na avaliação de empresários e analistas de mercado, dentre os vários fatores que se constituíram em empecilhos para impulsionar o varejo, o aumento da taxa de juros foi determinante. Em janeiro, a taxa básica de juros da economia situava-se em 15,7%. Com o aumento dos juros, pelas autoridades monetárias, em 3,2 pontos percentuais, essa taxa atingiu, em julho, 19,0% ao ano, patamar que se manteve no setor, consequência da ampliação dos prazos de financiamento ao longo de 2000.

Na análise das atividades pesquisadas, foi constatado no grupo *Combustíveis e lubrificantes* o principal desempenho positivo, tendo seu indicador do volume de vendas se elevado em 5,2%. As promoções de vendas com cartões de crédito e cheques pré-datados contribuíram para a obtenção desse resultado.

O volume de vendas dos *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* retraiu-se em -3,5%. Quando desagregada a estrutura do grupo, verifica-se que o indicador do subgrupo de *Hipermercados e supermercados* apresentou, também, variação negativa, de -1,8%. O arrefecimento das vendas deste ramo influenciou decisivamente o comporta-

mento do varejo. Tal fato se atribui a um declínio acentuado na comercialização de produtos importados, justificado pelo aumento de preços decorrente da alta do dólar. Também a estiagem, influenciou a elevação dos preços no segmento hortifrutigranjeiro, corroborando este resultado negativo.

Conforme previsto, o ramo de *Móveis e eletrodomésticos* registrou queda no ritmo de atividade, sendo o único segmento do varejo, dentre os pesquisados, a encerrar o período 2001/2000 com desempenho negativo (-10,1%) no indicador do volume de vendas. Esse arrefecimento revela que as medidas de racionamento adotadas pelo governo para atenuar os efeitos da crise de energia atingiram sobremaneira as vendas de eletrodomésticos. Ao racionamento de energia aliaram-se ainda os indicadores conjunturais desfavoráveis, caso da alta dos juros e da desvalorização do real frente ao dólar, que acentuaram o quadro recessivo do país, provocando retração nas vendas do segmento. Ademais, o aumento do desemprego e a ampliação dos prazos de financiamento desde o ano anterior e início de 2001 elevaram a inadimplência no comércio varejista. Com os altos índices de inadimplência, o crediário tornou-se mais seletivo, e o prazo de parcelamento das compras, menos elástico.

Com relação ao comércio exterior baiano, apresentou, no mesmo período, um bom desempenho, com as exportações alcançando US\$ 2,1 bilhões, ou seja, crescimento de 9,1% em relação a igual período de 2000. As importações cresceram 1,3%, somando US\$ 2,3 bilhões, devido, principalmente, ao preço do petróleo e à internalização de automóveis pelo porto de Salvador.

A recuperação da atividade econômica e a internalização de automóveis pelo porto de Salvador, em 2001, destacam-se como os principais responsáveis pelo saldo deficitário na balança comercial da Bahia.

Os segmentos que mais se destacaram nesse período foram os produtos agropecuários e semi-manufaturados, cujos preços no mercado internacional apresentaram uma ligeira recuperação. Com relação à participação desses segmentos, os *Químicos e petroquímicos* (26,1%) continuaram liderando, seguidos por *Derivados de petróleo* (25,5%) e *Papel e celulose* (10,2%).

O principal destino das vendas externas da Bahia são os EUA, com uma participação de 30%, vindo a seguir a União Europeia e o Mercosul, no qual se destaca a Argentina, que responde por 14% exportações baianas. Em 2001, em função da crise, este país diminuiu em quase 15% as importações normalmente realizadas na Bahia.

### **Desempenho da atividade turística no Brasil e na Bahia**

Embora a política macroeconômica tenha afetado, indiscriminadamente, os diversos setores produtivos, o turismo se beneficiou de algumas medidas econômicas, mais especificamente da desvalorização do real, a qual atraiu, além dos viajantes de negócios que atuam em setores econômicos voltados para a exportação de produtos fabricados no Brasil, os turistas estrangeiros de lazer. Segundo a Embratur, no ano 2000, o país recebeu 5,4 milhões de turistas estrangeiros, tendo esse número aumentado em mais de um milhão de turistas em 2001.

Foram, ao todo, 6,5 milhões, com o efeito migratório decorrente dos atos terroristas, que criaram uma nova ordem mundial no segmento turístico.

Em relação ao turismo baiano, o indicador que apura o fluxo turístico de Salvador apresentou, no período acumulado 2001/2000, um acréscimo de 2,0%, distribuídos em 4,7% do fluxo internacional, em 2,0% do nacional/internacional e em 0,8% do local/intra-Bahia. No tocante ao mercado emissor internacional, a Argentina se destacou, representando 24,9% do total de turistas estrangeiros, seguida dos EUA (13,3%) e da Itália (9,7%). Aparecem ainda, entre os seis primeiros emissores, Portugal (9,6%), Alemanha (8,8%) e França (7,7%).

No mercado doméstico, os seis primeiros emissores representaram 82,6% do total de turistas nacionais. A própria Bahia liderava esse mercado, seguida por São Paulo (23,4%) e Rio de Janeiro (11,6%).

Quando observado um outro indicador, o que apura o número de hóspedes registrados na Bahia, o acumulado do ano de 2001 apontou ainda variação positiva de 3,6%, demonstrando o impacto que as medidas econômicas, além de outros fatores inerentes ao próprio turismo baiano e ainda fatores internacionais, realmente acabaram promovendo, com um relativo incremento na atividade de alojamento do estado.

### **Agropecuária**

A agropecuária baiana apresentou expansão de 1,0% no ano de 2001. Os principais fatores que inviabilizaram um resultado mais expressivo foram a forte estiagem — que prejudicou o cultivo de muitos produtos em várias áreas do semiárido e até mesmo afetando o rendimento físico de muitos produtos na região oeste do estado — e a crise energética. Uma e outra efetivamente prejudicaram a lavoura nos perímetros irrigados e em outros estabelecimentos particulares que utilizam a irrigação e a eletricidade como um dos principais fatores de produção. Com isso, a principal atividade do agro baiano, a agricultura, apresentou uma ligeira queda nos indicadores de produção física e situou-se em aproximadamente -1,3% em comparação ao desempenho de 2000.

A safra de grãos da Bahia diminuiu em aproximadamente 21%, conforme dados do LSPA/IBGE. As maiores perdas foram observadas na produção de sorgo (63%), arroz (56%), feijão (54,4%) e milho (24,9%). Ao mesmo tempo, verificou-se um aumento significativo do algodão, da ordem de 28% (Tabela 8), alcançado, sobretudo, mediante a maior produtividade com novos cultivares, tratos culturais e manejos adequados, registrando-se que essa cultura quase não sofreu os efeitos da estiagem.

A expansão da área plantada no oeste do estado não foi suficiente para provocar resultados positivos na agricultura baiana. As estimativas da safra foram de queda de produtividade para vários produtos, o que significou, no caso da soja, uma redução de aproximadamente 7,0% no total obtido, contra 10% de ampliação na área plantada e queda de 15% no rendimento físico.

**Tabela 8 – Rendimento, produção e área plantada dos principais produtos agrícolas na Bahia e sua participação no total do Brasil – Bahia – 2000/2001**

Produtos	Área 00/01-BA (1)	Rendimento 00/01-BA (1)	00/01-BA (1)	Produção % BA/BR-00 (2)	% BA/BR-01 (3)
Algodão	4,8	26,7	28,2	6,6	6,1
Cacau	-5,5	-2,7	-7,8	71,3	67,5
Café	12,6	7,7	32,0	3,4	4,0
Cana	-16,7	2,9	-10,7	1,5	1,4
Feijão	-17,0	-32,5	-54,4	17,8	11,0
Mandioca	0,4	-4,2	-13,9	17,8	16,4
Milho	2,2	-9,5	-24,9	4,2	2,4
Soja	10,2	-15,0	-6,7	4,6	3,8

Fonte: IBGE–LSPA.

(1) Variação percentual entre os anos 2000 e 2001 para a Bahia.

(2) Participação da produção total da Bahia na produção total do Brasil para o ano 2000.

(3) Participação da produção total da Bahia na produção total do Brasil para o ano 2001.

Em relação às culturas tradicionais mais importantes para a agricultura do estado, tais como mandioca, cana-de-açúcar, cacau e café, praticamente todos os resultados foram negativos, com exceção do café. A estiagem levou a uma redução significativa no rendimento e na produção da mandioca. Enquanto isso, as oscilações negativas dos preços do açúcar e do álcool fizeram com que se retraíssem a área plantada e a produção, apesar de a produtividade ter apresentado bons resultados. Para o cacau, a ausência do cumprimento do acordo de revitalização da lavoura implicou o atraso da execução da clonagem prevista, bem como dos tratamentos culturais necessários. Dessa forma, não só se reduziu ainda mais a sua produção como foram erradicadas algumas áreas dessa cultura.

Os resultados da ampliação da lavoura cafeeira puderam ser observados em várias regiões da Bahia, verificando-se que cresceu não só o consórcio do café com o cacau como a substituição deste pelo primeiro. As novas áreas cafeeiras plantadas com a variedade conillon, na região sul e Chapada Diamantina, e a expansão da área plantada com a variedade arábica, nos cerrados, permitiram expectativas de maior produção de café de melhor qualidade. No ano, o resultado foi positivo, apesar de os preços encontrarem-se em um patamar muito baixo, tendo a produção expandido aproximadamente 32,0%, a área, 12,6%, e o rendimento, 7,7%, incentivados principalmente pela expansão referida.

Com este mau desempenho, a participação da agricultura baiana no total produzido no país caiu consideravelmente. Dentre as lavouras mais importantes em termos de valor bruto da produção para a agricultura da Bahia e que mais reduziram sua proporção, registraram-se o cacau, feijão, mandioca e milho.

Assim como a estiagem prejudicou a produção nesse ano, a crise energética também contribuiu para o mau desempenho das atividades agrícolas. A sensibilidade da agropecuária ao racionamento foi devida à sazonalidade de alguns produtos — o que fez com que, em

determinados meses, fossem consumidas grandes quantidades de energia — e ao fato de que, em algumas atividades, racionar significa, automaticamente, reduzir a produção. Vários exemplos podem ser citados: a ordenha das vacas e o resfriamento do leite; o armazenamento de grãos em silos (secagem); fruticultura; grãos e café irrigados; iluminação em granjas, incubadoras e chocadeiras (avicultura) e muitos outros.

Paralelamente à agricultura, a bovinocultura baiana obteve o certificado de zona livre de febre aftosa com vacinação, o que beneficiou os produtores na venda do seu produto, principalmente para o mercado nacional. Para atingir o mercado exterior, geralmente são necessários a certificação de zona livre sem vacinação e um grande aparato de frigoríficos e abatedouros com certificação de qualidade e higiene. Tendo em vista essa exigência, muitos esforços devem ser implementados para atendê-la, visando favorecer a atividade e, a exemplo de em outras épocas, tornar a pecuária um grande negócio no estado. Em 2001, foi a pecuária que amenizou o mau desempenho da agrícola, expandindo-se em aproximadamente 9,8% e elevando sua participação no conjunto do setor para níveis próximos da agricultura.

Apesar de todos os fatores negativos para a agropecuária baiana nesse ano, o retorno de uma empresa processadora de tomates no submédio São Francisco e a introdução de novas atividades promoveram expectativas quanto ao aumento da produção e à diversificação da matriz produtiva, incentivando os produtores a buscar novas alternativas de renda. A piscicultura ao longo do Rio São Francisco, o aumento da exportação de camarões, a agricultura orgânica e a floricultura, dentre outras, apresentaram-se como novas atividades voltadas para mercados específicos e como nichos que remuneraram a produção com alta rentabilidade.

#### PIB DA BAHIA CRESCEU 1,5% EM 2002

Em 2002, o Produto Interno Bruto cresceu 1,5%. Este resultado ficou abaixo da tendência nacional, que apresentou um acréscimo de 2,7%, mesmo com a conjuntura do país agravada pelas sucessivas crises, como as oscilações dos índices de confiança (risco-país e câmbio), decorrentes das incertezas provocadas pela eleição presidencial; as limitações de queda na taxa de juros e a diminuição dos investimentos externos. Acrescentem-se a este cenário interno adverso os reflexos da crise do petróleo no Oriente Médio sobre os preços de petróleo internacional, uma retração na disponibilização de créditos dos bancos internacionais e o agravamento da crise argentina, importante parceiro comercial do Brasil.

Assim como no Brasil, houve também um conjunto de fatores que cooperaram para que a Bahia tivesse um ano desfavorável. Dentre eles, o aumento no nível de desemprego, diminuição da renda real dos trabalhadores baianos — em parte causada pelo aumento da inflação, que atingiu 11,4% no acumulado do ano, segundo o IPC-SEI — e uma maior desvalorização do real frente ao dólar, refletindo diretamente nos preços dos produtos importados. As elevadas taxas de juros cobradas no crediário, impulsionadas pela taxa Selic — que serve de referência para os bancos e o comércio estabelecerem os juros cobrados nos financiamentos

—, que iniciou o ano em 19%, recrudescendo ao final em um patamar de 25%, diminuíram o consumo de bens duráveis e desestimularam a compra a prazo.

Ao longo do ano de 2002, os indicadores de produção da Bahia mostraram respostas diferentes para os setores produtivos. A *Agropecuária* e a *Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana* (SIUP) registraram a melhor performance, com um crescimento de 6,8% e 5,6%, respectivamente. Na contramão, a *Construção civil* apresentou uma queda de (4,2%). A taxa do segmento industrial (-0,3%) só não foi pior devido a alguns segmentos da indústria de transformação registrarem crescimento. Com desempenho intermediário, cabe ressaltar, a *Extrativa mineral* e o setor de *Serviços*, que apresentaram um crescimento de 1,8% e 2,4%, respectivamente.

Atividades	Bahia
Agropecuária	6,8
Indústria	-0,3
Indústria de transformação	0,5
Construção	-4,2
Serviços	2,4
Comércio	-3,0
PIB	1,5

Fontes: SEI, IBGE.

### Indústria de transformação e extrativa mineral

Dois momentos caracterizaram o ano de 2002 para a indústria baiana. Os indicadores revelaram desaceleração da atividade industrial no primeiro semestre do ano. Esta baixa foi explicada pela paralisação da produção para efetuar manutenção das plantas na indústria petroquímica e também pelo péssimo desempenho da indústria metalúrgica do estado, a segunda mais importante em termos de geração de valor agregado. Esta mesma pesquisa revelou ainda uma recuperação da atividade industrial ao longo do segundo semestre, porém com uma queda pontual nos meses de setembro e outubro. No acumulado do ano, a indústria baiana de transformação permaneceu praticamente estável, com 0,5%.

Quanto ao desempenho positivo dos setores de atividade na indústria no curso de 2002, cabe ressaltar a *Química*, *Matérias plásticas* e *Papel e papelão*, com um incremento de 3,3%, 26,5% e 16% respectivamente. O aumento na produção da indústria química foi proporcionado pelo incremento no *Refino de petróleo* que, segundo os dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), foi bastante expressivo, 45,5% maior em relação a 2001. Esse aumento, aliado à queda em outras indústrias, a exemplo da metalúrgica, fez com que a indústria química ganhasse mais relevância ainda na estrutura produtiva do estado.

Já a expansão do segmento de matérias plásticas está associada a dois fatores principais: o efeito de uma base bastante deprimida e o continuado programa de investimentos do governo estadual nesse ramo de atividade.

Com a indústria de papel e papelão, a expansão da cadeia produtiva elevou sua participação na pauta de exportações baianas, favorecida pelas vendas aos países europeus e asiáticos. Esse aumento está associado, sobretudo, à desvalorização do real, bem como à gradativa recuperação dos preços da celulose branqueada de eucalipto, tanto na Europa como nos Estados Unidos, que incentivou a produção para exportação.

A estabilidade na indústria de transformação foi gerada pela queda no segmento metalúrgico em 14,6% e produtos alimentares em 4,7%, que têm pesos relevantes na estrutura deste segmento. A queda na metalurgia está relacionada à redução na produção de vergalhões de cobre, catodos e anodos, devido à diminuição no consumo por parte dos principais setores demandantes: telecomunicações, construção civil e energia. Também a crise da Argentina desestimulou o aumento na produção de anodos e catodos, por ser este país o grande importador destes produtos. Com a indústria alimentícia, a queda ocorreu em função da retração na produção de manteiga de cacau e chocolate amargo, devido à diminuição da demanda, principalmente europeia, e também pelo menor processamento dos derivados de cacau.

Por fim, cabe assinalar a continuação ocorrida na indústria extrativa mineral, que, pelo segundo ano consecutivo, apresentou um crescimento na ordem de 1,8%. A perspectiva era das melhores possíveis para o curto prazo, com o aumento da produção de gás natural no interior do estado.

### **SIUP**

Os Serviços industriais de utilidade pública (SIUP) apresentaram um crescimento de 5,6% em 2002. Este bom desempenho ficou por conta do crescimento da produção e faturamento da água e geração e consumo de energia. A energia, que possui uma maior participação dentro do setor, teve um incremento de 5,7%, devido, principalmente, ao chamado efeito base — em 2001, em função do racionamento de energia acontecido no Brasil, o setor energético baiano registrou uma queda de 15,8%. Por sua vez, o aumento da produção bem como a diminuição no desperdício de água promoveram uma expansão de 7,3% neste subsetor em 2002, contribuindo sobremaneira para o bom desempenho do setor como um todo no já mencionado período.

### **Agropecuária**

O grande destaque das Contas Regionais ficou por conta da agropecuária, que se expandiu 6,8%, contribuindo, assim, para um aumento de sua participação no PIB em 2002 (10,5% em 2002 contra 8,9% em 2001). Este ótimo desempenho teve uma contribuição positiva da agricultura, decorrente da expansão na produção da soja (4,0%), algodão (5,8%) — produtos que vinham crescendo na pauta de exportação estadual —, do feijão — que teve uma expansão

de 50,3%, sendo que nesse ano a produção foi favorecida pelas chuvas nas principais zonas produtoras de Irecê e no oeste baiano —, da cebola, que teve um aumento de 33%, seguido do tomate (21,7%), mandioca (14,6%) e cana-de-açúcar (3,74%).

A mandioca, segundo produto do *ranking* de produção agrícola do estado, apresentou um crescimento de 11,5% em relação à safra de 2001, evidenciando a excepcional adaptação deste importante produto da agricultura familiar baiana às condições climáticas vigentes. A cana-de-açúcar também foi bastante impulsionada em 2002 — expandiu tanto a produção (12,2%) como a área plantada (5,8%) —, em razão da elevada cotação do produto no mercado internacional por conta da quebra mundial da safra de 2000/2001, que incentivou os produtores baianos.

Os principais produtos que tiveram um desempenho negativo foram milho (14,4%), devido a uma redução da colheita na microrregião de Irecê e no oeste baiano — onde as chuvas que favoreceram o plantio do feijão não se estenderam à plantação do milho, explicando assim o mau desempenho deste produto de destaque na agricultura baiana — e o café, outro grão que vinha tendo papel relevante na agricultura baiana e que apresentou uma diminuição em sua produção em 1,3%. Este mau desempenho ocorreu principalmente em função da alta e volátil taxa de câmbio praticada em 2002, que encareceu muito a produção, visto que boa parte dos equipamentos e insumos utilizados na produção do café é importada.

O cacau registrou outra acentuada queda, tanto em termos de produção (12,9%) como em área plantada (0,6%). Essa queda esteve associada a dois fatores: o primeiro refere-se à descapitalização dos produtores baianos e o segundo à quantidade de cacauais infectados pela praga da vassoura de bruxa. A despeito desse cenário, o cacau ainda liderou o *ranking* agrícola da Bahia pelo seu elevado valor de produção.

A pecuária bovina teve um crescimento no ano de 2002 de 7,5%. Este segmento vinha se destacando com a criação do novilho precoce para abastecer o mercado interno e externo, principalmente porque o estado obteve o certificado de zona livre de febre aftosa. Os rebanhos de ovino, suíno e o caprino expandiram-se em 2,2%, 1,2% e 0,5%, respectivamente. A criação de caprino e ovino, tradicional no estado, recebeu investimentos de melhoria do padrão genético dos rebanhos para garantir uma boa produção, transformando essa pecuária em um grande negócio.

## Comércio

Os números do comércio baiano — calculados pelo grupo de Contas Regionais da Bahia — mostraram que, depois de dois anos consecutivos de expansão (contrariando as expectativas), finalmente a depressão da massa salarial, o aumento do desemprego e a política macroeconômica federal colocada em vigor derrubaram as vendas no atacado e varejo baiano, provocando uma considerável retração nesta atividade na Bahia em 2002 (-3,0%).

Esse comportamento pode ser explicado a partir dos vários acontecimentos adversos ocorridos ao longo do ano: a instabilidade econômica, devido à expectativa dos consumidores com a

condução da política que o novo presidente assumiria; as taxas de juros altas cobradas nas compras a crédito; a instabilidade no câmbio, sempre tendo uma tendência para ascender; o reajuste nos preços dos combustíveis; a inflação em alta, provocando queda no rendimento das pessoas; e os salários em geral sem reajuste. Todos estes e outros fatores contribuíram para um forte desaquecimento nas vendas.

Apesar de o governo tentar algumas medidas para incrementar as vendas, como o pagamento do FGTS, corrigindo os valores do Plano Collor e Plano Verão, elas não surtiram efeito, pois os consumidores, na maioria das vezes, utilizaram este saldo para pagamento de dívidas passadas. Soma-se a isso o fato de as taxas de juros oferecidas pelos bancos para contrair novos empréstimos não terem sido atrativas.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal do Comércio, na comparação 2002/2001, o comércio varejista apresentou o maior incremento no indicador do volume de vendas no mês de agosto (3,4%), em que se comemora o Dia dos Pais. Isto é, uma variação positiva, mas sazonal.

Naquele ano, entre os ramos que apresentaram um desempenho positivo no indicador do volume de vendas, destacou-se o de *Combustíveis e lubrificantes*, com expansão de 4,4%, principalmente devido à estabilidade nos preços nos primeiros meses do ano. O desempenho não foi melhor porque, no último trimestre, as vendas caíram em função do aumento do dólar, que pressionou a elevação dos preços. Outro segmento que teve um modesto crescimento foi o de *Tecidos, vestuário e calçados* (1,4%). Este percentual positivo se deveu às liquidações ao longo do ano, por conta dos elevados volumes de estoque dessas mercadorias, que permitiram uma diminuição de preço. O segmento não se expandiu mais porque a massa salarial do Brasil estava bastante deprimida.

Os demais segmentos que compõem o indicador do volume de vendas apresentaram variações negativas. O grupo *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* apresentou uma variação negativa no ano de 4,9%. Este grupo teve variações negativas durante todos os meses de 2002, que, segundo a PMC, foram justificadas pelo aumento de preços, principalmente nos produtos que compõem a cesta básica. *Demais artigos de uso pessoal e doméstico* apresentou um recuo de 0,9% ao longo de 2002, sendo que o mês de fevereiro foi o único com uma variação positiva, devido ao aumento do fluxo turístico. O setor de *Móveis e eletrodomésticos*, mais uma vez, registrou uma variação negativa de 0,5%. Este grupo depende muito de financiamento, porém, no ano de 2002, com a taxa de juro alta, foi impossível ter acesso ao crédito distendido e barato.

Outro recuo significativo — em função do peso que o setor assume na geração de valor agregado pelo comércio baiano —, de 12,5%, aconteceu no setor de vendas de *Automóveis, partes e peças*. Apesar da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis médios e populares, resultante de um acordo do governo federal com as montadoras, o desaquecimento das vendas e o aumento dos estoques fizeram com que muitas concessionárias promovessem mais demissões, agravando ainda mais as dificuldades do segmento. Todos os outros fatores já mencionados anteriormente, como taxas de

juros abusivas, crédito limitado e depressão da massa salarial, também foram decisivos para este resultado.

### **Outros serviços**

Em relação aos demais serviços da economia baiana em 2002, vale ressaltar o mau desempenho no importante setor de alojamento e alimentação. A conjuntura vivida nesse ano explica bem a fraca movimentação ocorrida nessa atividade. Além do agravamento da crise da Argentina e da desaceleração da economia norte-americana, de onde provém a grande maioria dos turistas internacionais, o cenário interno, com depressão da massa salarial e, principalmente, elevação no preço dos pacotes internos de turismo de lazer, inibiram muito o setor baiano de alojamento. A queda só não foi maior em função dos efeitos do chamado turismo de negócios, que movimentou as principais redes hoteleiras do estado durante praticamente todos os meses do ano.

Na mesma direção, o setor de transportes também registrou queda. A diminuição na atividade industrial e comercial do estado nesse período serve como principal justificativa para esta queda, uma vez que o desempenho do setor de transporte está intimamente relacionado ao crescimento econômico do estado e ao aumento da demanda de transporte efetivada por aqueles segmentos.

Dentre os serviços, o setor de comunicação foi o que apresentou o melhor desempenho em 2002. O expressivo aumento na prestação do serviço de telefonia móvel (incentivado pelas promoções realizadas pelas principais operadoras da Bahia) contribuiu sobremaneira para este bom desempenho. Além disso, o contínuo investimento realizado pela prestadora do serviço de telefonia fixa do estado no aumento dos terminais de funcionamento bem como a competição acirrada entre as prestadoras deste serviço incrementaram também o desempenho da atividade na Bahia.

### **BAHIA CRESCEU 2,2% EM 2003 E MANTEVE TENDÊNCIA DE EXPANSÃO ECONÔMICA**

Alavancado pelo segmento industrial, em 2003, o Produto Interno Bruto da Bahia cresceu 2,2%, taxa que, apesar de modesta, foi 1,1 ponto percentual maior que a registrada para a economia brasileira.

O segmento da indústria de transformação foi o principal indutor dessa expansão. Em que pesem os números modestos dos seus segmentos mais tradicionais, a indústria baiana de transformação evoluiu positivamente, fechando o ano de 2003 com crescimento de 11,9%. Nesse sentido, importa ressaltar o impulso que recebeu a atividade por conta dos novos empreendimentos produtivos, com destaque para o parque automotivo, em Camaçari, que, em menos de três anos de funcionamento, atingiu o volume de produção que era previsto para o final de 2005. O crescimento de 132% foi o grande responsável não só pela expansão registrada no segmento, mas, principalmente, pela mudança que delineou o panorama industrial do estado.

Contrariando as previsões do início do ano, quando o panorama mundial mostrava-se desfavorável, em virtude da guerra no Iraque, e pairavam incertezas quanto aos rumos da economia do país com o novo comando no governo federal, o setor industrial baiano cresceu alicerçado exatamente no aumento da demanda por novos produtos da pauta de exportação.

A taxa de crescimento só não foi maior porque importantes segmentos da indústria estadual apresentaram retração, a exemplo do gênero *Refino de petróleo* (12%), refletindo as paradas para manutenção na principal indústria do segmento, e o setor de transformação de minerais não metálicos, que apresentou a maior retração dos últimos quatro anos, com queda de 17,9%.

Funcionando como termômetro do desempenho macroeconômico, o comércio apresentou retração de aproximadamente 1,2%, manietado pela política econômica vigente, que, durante todo o ano de 2003, acionou mecanismos preventivos de combate à ameaça de aceleração dos preços, a exemplo da elevação da taxa básica de juros (26,5% ao ano em fevereiro) e da alíquota dos depósitos compulsórios (de 45,0% para 60,0%), limitando o acesso ao crédito.

É certo que o governo federal adotou algumas medidas expansionistas no início do segundo semestre, como a redução dos juros básicos e dos compulsórios, procurando incentivar segmentos representativos do comércio, como o de veículos — que foi beneficiado com a redução do IPI — e o de eletrodomésticos da “linha branca” — contemplado com a criação de linhas especiais de financiamento. A despeito dessas medidas, a desaceleração do ritmo de crescimento da economia provocou aumento do desemprego e queda da renda média do trabalhador brasileiro, afetando os diversos segmentos do varejo, sobretudo o de *Veículos, motos, partes e peças* no estado, cujas vendas na Bahia foram negativas em 0,1% em relação ao ano de 2002.

Os demais serviços apresentaram resultados mais modestos em 2003, a exemplo de alojamento e alimentação, que cresceu 2,7% estimulado pela expansão do movimento turístico no estado.

Com relação à agropecuária, os indicadores relativos ao desempenho das principais lavouras no ano de 2003, fornecidos pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, mostraram que, naquele ano, a agricultura baiana cresceu 0,2%. A produção agropecuária, como um todo, apresentou um incremento maior, de 0,8%, espelhando o desempenho da pecuária, que se expandiu 2,7% nesse mesmo período.

No que se refere às principais lavouras, os resultados mais favoráveis ficaram com a produção de milho (70,8%), algodão herbáceo (53,6%) e soja (6,3%), culturas que já se vinham destacando no *ranking* da produção agrícola do estado nos últimos anos.

O crescimento da produção de milho decorreu da expansão da área plantada e do aumento significativo do rendimento médio do cultivo. Os elevados preços vigentes no mercado interno no primeiro semestre do ano e as condições climáticas favoráveis exerceram forte influência nesses resultados. Tais condições favoreceram, também, a cultura do algodão, que vem incorporando índices crescentes de mecanização ao seu processo produtivo, o que concorreu para elevar em cerca de 34,0% o seu rendimento médio.

Figurando também entre os destaques de 2003, apesar de ter crescido a uma taxa mais modesta (0,2%), está o cacau, posicionando-se como o terceiro mais importante produto agrícola da Bahia em termos de valor bruto da produção naquele ano. O rendimento médio de sua produção foi 16,7% maior do que o resultado de 2002.

O sorgo, amplamente utilizado na composição das rações animais como produto alternativo ao milho, registrou incremento de 119,2% na produção e de 99,3% na área plantada, em função dos bons preços que alcançou no mercado interno.

Cumprir destacar o desempenho do comércio exterior da Bahia, que, em 2003, seguiu a mesma tendência nacional, com as vendas externas crescendo sensivelmente, enquanto reduziam-se as importações. Atingindo US\$ 1,3 bilhão entre janeiro e dezembro de 2003, o superávit da balança comercial alcançou novo recorde, em consequência do expressivo crescimento das exportações (35,2%) e do pequeno acréscimo, de 3,6%, das importações. Cabe ainda ressaltar que no período o estado apresentou um desempenho exportador superior ao do Brasil (35,2% contra 21,1%, respectivamente), em decorrência da diversificação de sua pauta — com o aumento das vendas de bens de consumo duráveis e não duráveis, sobretudo de automóveis —, bem como de sua composição baseada em *commodities*.

As exportações baianas alcançaram US\$ 3,3 bilhões em 2003, refletindo o aumento das vendas de produtos manufaturados (38,5%) e básicos (52,6%), que participam com 61,1% e 17,4%, respectivamente, do total. O grande destaque do ano foi, sem dúvida, o crescimento expressivo das exportações de veículos e acessórios (244,8%) — automóveis com motor a explosão entre 1.500 e 3.000 cm<sup>3</sup> e automóveis com motor a diesel — para a Argentina, México, Chile, Filipinas, Turquia, República Dominicana e Guatemala.

#### MATURAÇÃO DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS DETERMINARAM CRESCIMENTO RECORDE DE 9,6% EM 2004

Em 2004, o Produto Interno Bruto do estado alcançou o patamar mais elevado da série. A taxa de 9,6% foi quase quatro pontos percentuais acima do resultado do país. A expansão anual registrada pelo IBGE para o PIB Brasil foi de 5,7% e refletiu o desempenho positivo dos setores agrícola e da indústria extrativa mineral, os quais cresceram 6,9% e 4,7%, respectivamente.

Com esse crescimento, o PIB da Bahia atingiu a cifra de R\$ 79 bilhões no período, confirmando a posição de sexta maior economia do país. Vale destacar que apenas após a entrada em funcionamento do Polo Petroquímico de Camaçari a economia estadual apresentou crescimento acumulado tão expressivo como o dos últimos anos.

Além do resultado da indústria de transformação, que no período acumulou expansão de 13,3%, devem ser destacados os números do comércio, com alta de 5,8% em relação ao ano anterior, e da produção agrícola de grãos, com um total de 5,3 milhões de toneladas.

A retomada do crescimento no âmbito nacional, depois do fraco desempenho registrado pela economia brasileira em 2003, esteve associada à recuperação da demanda interna e à manutenção do dinamismo das exportações.

### Indústria

Com relação ao setor industrial baiano (indústria de transformação + indústria extrativa mineral + construção + serviços industriais de utilidade pública), a taxa de crescimento apontou uma expansão de 10,8%. Em relação a esse desempenho, devem ser feitas duas observações muito importantes: primeiro, com esse resultado, a indústria de transformação posicionou-se, em 2004, como setor mais importante na geração de riquezas para o estado da Bahia, com participação de 16,5% no PIB do estado; segundo, deve-se destacar que, ao contrário dos grandes centros industriais do país, como São Paulo e Minas Gerais, em que a taxa de crescimento refletiu uma retomada do patamar de produção de 2002, no caso da Bahia, a indústria cresceu sob uma base já expandida de 11,9% em 2003.

Praticamente todos os setores da indústria de transformação baiana, segundo a Pesquisa Industrial Mensal, apresentaram taxas de crescimento positivas em 2004. Dentre eles, destacam-se *Refino de petróleo e álcool* (27,1%), *Produtos químicos* (5,0%), *Metalurgia básica* (6,9%), *Veículos automotores* (56%), *Minerais não metálicos* (12,5%), *Alimentos e bebidas* (6,0%), *Borracha e plástico* (10,8%) e *Indústria extrativa* (1,8%). A única queda entre os setores pesquisados aconteceu na indústria de *Celulose, papel e produtos de papel* (-3,2%).

Com relação ao refino de petróleo e produção de álcool, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ocorreu um aumento na produção de derivados de petróleo no estado, que passou de 6,24 milhões de m<sup>3</sup> no primeiro semestre de 2003 para 7,13 milhões de m<sup>3</sup> em 2004, representando um aumento de 14,2% no período. A produção de óleo diesel aumentou 30,9%, atingindo um total de 2,29 milhões m<sup>3</sup>, e a de óleo combustível, 1,62 milhão m<sup>3</sup>, com um aumento de 12,5%.

O setor de produtos químicos foi beneficiado pelo aumento de capacidade instalada para produção de eteno, que atingiu 90% no segundo trimestre de 2004, reflexo do aumento da demanda dos produtores de resinas termoplásticas e de outros produtores do Polo Petroquímico de Camaçari. Além disso, destaca-se também o aumento nas encomendas de insumos básicos por parte do setor industrial da Região Sudeste do Brasil, que utiliza produtos petroquímicos baianos para a produção de seus bens finais.

No que se refere à indústria de metalurgia básica — setor importante por produzir insumos de ampla utilização na economia e ser um dos segmentos de grande presença na pauta de exportações —, houve um desempenho positivo, com aumento da produção próximo a 6,9%, estimulado pela elevação do preço das *commodities*, apesar de no primeiro semestre ter ocorrido uma parada programada para manutenção, que consumiu mais de 30 dias, afetando o desempenho e gerando a necessidade, para o atendimento dos clientes, de importação de catodos para fabricação de vergalhões e de ácido sulfúrico. Outro fator que corroborou esse

desempenho da indústria metalúrgica relaciona-se à performance satisfatória da construção civil, grande demandante da indústria metalúrgica e que retomou, em 2004, incremento na atividade em 6,3%.

Outro destaque da indústria de transformação baiana em 2004 foi o desempenho da indústria automobilística do estado. O Complexo Automotivo da Bahia, em Camaçari, quebrou outro um recorde de produção devido à implantação do terceiro turno de trabalho e ao início da produção do seu mais novo modelo. Com isso, a expansão dessa atividade em relação a 2003 atingiu 56%.

### Serviços

No setor de serviços, cabe destacar o crescimento da intermediação financeira (9,5%) e do comércio. Dentro do comércio, o grande destaque do ano ficou por conta da atividade de *Reparação e manutenção*, que expandiu em 6,1% o indicador de volume. Beneficiado pelo aumento do nível de emprego e renda, assim como pelas promoções, inclusive na forma de pagamento, o comércio baiano iniciou o processo de expansão desde dezembro de 2003. Ressalta-se, todavia, que o referido crescimento ocorreu sobre a base deprimida do ano anterior, em que o setor apresentou um baixo desempenho.

Praticamente todos os segmentos do comércio varejista apresentaram desempenhos favoráveis no volume de vendas. Os principais destaques do ano ficaram por conta de *Veículos automotores*, que apresentou uma expansão nas vendas em 23,7%, e do setor de vendas de *Móveis e eletrodomésticos*, que no mesmo período expandiu-se 42,8%. Como as vendas desses segmentos de atividade são basicamente atreladas ao sistema de crediário, pode-se afirmar que a queda nas taxas de juros ao longo do primeiro semestre 2004, a maior oferta de crédito e a ampliação dos prazos de financiamento das compras contribuíram para a expansão das vendas.

### Agricultura

Em relação à agricultura, recuperada do baixo dinamismo verificado em 2003, o desempenho, em 2004, apontou para uma expansão de 36,6%, sobretudo ocorrida em função do excelente resultado da produção de grãos. Fatores estruturais e conjunturais foram decisivos para esse desempenho, a exemplo das boas condições climáticas, durante o ano de 2004, dos programas de controle de pragas e da alta nos preços de algumas *commodities* no mercado internacional.

A colheita de grãos, para a safra 2004, foi de 5,3 milhões de toneladas, que representa um acréscimo de 47,8% comparativamente à do ano anterior, estabelecendo um novo recorde de produção no estado. O total de área plantada de grãos — cerca de 2,9 milhões de hectares — ficou maior em 6,1% do que o total da área plantada em 2003, e o rendimento médio por hectare foi da ordem de 1.821 kg, sendo 39,3% maior que o da safra anterior.

A análise por produtos permite observar que a produção de soja na região oeste apresentou elevação da produção em 52%, em relação a 2003, atingindo 2,4 milhões de toneladas. As

chuvas verificadas nos cerrados baianos aparentemente pouco afetaram a lavoura, apesar dos atrasos observados na colheita, nos primeiros meses do ano, quando as chuvas impediram a operacionalização das máquinas colheitadeiras. Soma-se aos bons resultados dessa oleaginosa o controle da ferrugem, através de programas de capacitação e treinamento de produtores. Embora se verificasse redução da área plantada de 850 mil ha para 821 mil ha, o crescimento da produção deveu-se ao aumento do rendimento médio da lavoura por hectare (de 1,8 ton./ha, em 2003, para 2,8 ton./ha, em 2004).

A lavoura de milho apresentou também um resultado bastante satisfatório. A produção ultrapassou 1,6 milhão de toneladas, representando elevação de 32,4% em relação a 2003. Os resultados deveram-se aos processos de rotação de culturas entre milho e soja e, em parte, pela redução da área plantada desta última, refletindo os prejuízos causados pela propagação da ferrugem da soja, no ano anterior.

O feijão, uma das principais culturas do estado, apresentou queda na produção de aproximadamente 7,1%, apesar do leve incremento na área plantada (1%). O volume de chuvas em 2004 foi insuficiente no período de plantio, sobretudo na principal região produtora, Irecê.

No caso da cana-de-açúcar, diferentemente do observado em outras regiões do país, houve novo aumento da safra baiana. Com quase 5 milhões de toneladas para 2004, de acordo com a PAM/IBGE, os produtores baianos se beneficiaram do aquecimento dos preços do açúcar no mercado nacional.

Já a lavoura cafeeira apresentou crescimento de 3,3% da produção física. O estado possui reconhecimento no país como grande produtor de cafés especiais, destinados ao mercado internacional. Esse mercado conseguiu gerar alguns bons resultados, apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores.

A produção de mandioca, em 2004, atingiu 4,2 milhões de toneladas, com variação positiva de 6,7% em relação a 2003. Os preços do produto eram ainda relativamente baixos, entre R\$ 100,00 e R\$ 160,00 por tonelada. Os preços da farinha no estado também continuavam em queda, sendo a saca de 50 kg comercializada a R\$ 35,00.

Os números para o algodão apontaram um aumento de 155% no comparativo 2004/2003. Os agricultores baianos mais que duplicaram a área plantada, com elevação de 136% (superando os 200 mil hectares), alcançando 704,1 mil toneladas. Os cerrados baianos possuem uma boa aptidão para a lavoura, mas se destacam também o Vale do Iuí e a região de Guanambi, no sudoeste.

Com relação às demais atividades, deve-se mencionar que, dentro do setor de serviços, o segmento de *Transporte e armazenagem* se destacou, com evolução de 14%, a reboque do crescimento verificado na indústria e na produção agrícola. O setor de *Alojamento e alimentação*, um dos que melhor permitem analisar o resultado do turismo no estado, incrementou-se em 4,4%.

O comércio exterior também apresentou um resultado bastante satisfatório em 2004. A balança comercial baiana registrou um superávit de US\$ 1,04 bilhão, resultado de exportações no valor de US\$ 4,06 bilhões e de importações no valor de US\$ 3,01 bilhões. As exportações e as importações apresentaram um crescimento acelerado de, respectivamente, 24,7% e 54,9%.

As importações de bens industrializados (semimanufaturados e manufaturados) registraram aumento significativo no período, alcançando 53%.

Quanto às vendas externas, analisadas por segmentos de produtos, os destaques foram automotivo (60,7%) — com exportações para diversos países, sendo que para o México foram enviados 75 mil veículos —; metalúrgico (54,1%), em decorrência do crescimento das exportações de fios de cobre refinado; grãos, óleos e ceras vegetais (113,3%), devido ao acréscimo das exportações de soja e bagaço/resíduos sólidos, da extração do óleo de soja.

Os investimentos do agronegócio também influenciaram no crescimento das exportações, tanto em volume quanto em valor, assim como pela diversificação da pauta de exportação, que apresentou, no período, uma participação de, aproximadamente, 20%. Os destaques foram as exportações do grupo dos grãos e óleos vegetais, refletindo o dinamismo das lavouras de soja, milho e algodão.

#### PIB DA BAHIA TEVE EXPANSÃO DE 4,8% EM 2005

Depois de apresentar um auspicioso desempenho macroeconômico em 2004, quando o PIB expandiu-se em termos reais 9,6%, a economia baiana manteve a trajetória de crescimento ao registrar taxa positiva de 4,8% no referido indicador. O resultado está diretamente relacionado ao bom desempenho registrado em praticamente todos os setores da atividade econômica, com especial referência à agricultura e indústria de transformação, que expandiram 15,9% e 4,8%, respectivamente, em relação ao período imediatamente anterior.

O setor industrial baiano registrou expansão de 4,1% em 2005. Dentre os quatro componentes da indústria baiana, o maior destaque ficou por conta, mais uma vez, do desempenho da indústria de transformação.

Com relação a esse segmento, deve-se mencionar o elevado volume de investimentos, resultado da política de atração para o setor industrial em 2005. Em destaque, sobretudo, o segmento de *Celulose*, que se expandiu aproximadamente 21%. O resultado global só não foi melhor em virtude do baixo desempenho observado em um dos principais gêneros da indústria baiana de transformação: a *Química*. Influenciado por uma conjuntura internacional desfavorável, bem como por processos de parada para manutenção em uma das principais plantas do polo petroquímico de Camaçari, o segmento exibiu uma relativa estabilidade em relação ao patamar de produção do ano 2004, apresentando uma leve retração de 0,3% no indicador de produção física. Já o setor de *Veículos automotores* registrou expansão de 30,8%, alcançada pela entrada em operação do terceiro turno, ainda em fins de 2004. A indústria extrativa mineral foi a única dentro do setor indústria a registrar retração (-4,6%).

Com relação à agricultura, o crescimento de 15,9% esteve, sobretudo, atrelado à expansão da fronteira agrícola do estado em direção à região oeste. Destacaram-se na comparação 2005/2004 as produções de algodão herbáceo, cujo resultado 16,8% maior que o registrado em 2004 o colocou como segunda lavoura mais importante do estado em termos do valor bruto de produção. Apresentaram resultados bastante satisfatórios também as lavouras de feijão (39,6%) e cana-de-açúcar (13,1%), em função das chuvas bem distribuídas nas principais regiões produtoras. A soja, que enfrentou problemas semelhantes aos do resto do país, com a descapitalização dos produtores, apresentou um incremento de apenas 4% em relação à safra realizada em 2004. A produção de grãos foi superior a 5,6 milhões de toneladas, estabelecendo recorde na safra baiana.

Outros segmentos da economia baiana registraram taxas positivas, a exemplo do comércio. O resultado de 3,5% em relação a 2004 foi corroborado pelo aumento na massa salarial e no nível de empregos, principalmente os formais, que, segundo os dados do Ministério do Trabalho, atingiu 63.952 postos criados 2005, o que significa um nível 6,3% maior que o registrado em 2004. Praticamente todos os setores do varejo baiano apresentaram expansão nas vendas, com destaque para o segmento de *Móveis e eletrodomésticos* — fortemente relacionado à oferta de crédito —, que, por 25 meses, apresentou expansão ininterrupta no volume de vendas (em 2005, a taxa de crescimento do segmento chegou a 40% em relação a 2004).

Ainda dentro do setor de serviços, vale mencionar a expansão no segmento nos *Serviços de alimentação e alojamento* (7,4%), *Serviços prestados às famílias e associativos* (7,9%) e *Serviços domésticos* (12,2%)

O desempenho do comércio exterior também foi significativo. Com exportações que somaram US\$ 5,9 bilhões, o estado bateu um novo recorde em 2005, com expansão de 47,4% em relação ao ano anterior, acima do crescimento nacional, que se situou em 22,6%. Segundo os dados do órgão responsável pelas estatísticas do comércio exterior baiano, Promo-Bahia, o saldo da balança comercial baiana ultrapassou a casa dos US\$ 2,6 bilhões em 2005.

Ressalta-se que, a despeito da valorização cambial (que inibiu novos investimentos produtivos), uma série de outros fatores contribuiu para esse resultado nas vendas externas do estado, dos quais se destacam os preços das *commodities* (agrícolas e minerais), como também o forte incremento na demanda externa por produtos baianos, principalmente pela Argentina, México (dois dos maiores importadores dos veículos produzidos em Camaçari), Estados Unidos e China.

Como reflexo imediato dessa situação, expandiram-se os segmentos derivados de petróleo (150%), metalúrgicos (50,3%), produtos químicos e petroquímicos (21,8%) e o ramo automotivo (36,1%). Cabe destacar que o desempenho das exportações de derivados de petróleo nesse período fez o segmento passar a ocupar o primeiro lugar no *ranking* de exportações baianas, deslocando o ramo automotivo para o terceiro.

Tabela 10 – Exportações – Principais segmentos – Bahia – 2004/2005

Segmentos	Valores (US\$ milhões FOB)		Variação (%)	Participação (%)
	2004	2005		
Derivados de petróleo	549.770	1.375.657	150,2	23,0
Químicos e petroquímicos	946.491	1.152.388	21,8	19,2
Automotivo	640.719	872.186	36,1	14,6
Metalúrgicos	384.872	578.294	50,3	9,7
Papel e celulose	277.775	434.363	56,4	7,3
Soja e derivados	335.547	377.174	12,4	6,3
Cacau e derivados	194.045	224.401	15,6	3,7
Minerais	103.588	154.801	49,4	2,6
Frutas e suas preparações	74.884	103.581	38,3	1,7
Algodão e seus subprodutos	60.299	96.112	59,4	1,6
Café e especiarias	68.065	89.054	30,8	1,5
Couros e peles	72.406	71.597	-1,1	1,2
Móveis e semelhantes	45.327	68.236	50,5	1,1
Sisal e derivados	62.548	63.552	1,6	1,1
Calçados e suas partes	50.816	56.032	10,3	0,9
Borracha e suas obras	13.680	46.797	242,1	0,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	32.012	38.826	21,3	0,6
Fumo e derivados	16.699	18.613	11,5	0,3
Pesca e aquicultura	27.539	18.118	-34,2	0,3
Demais segmentos	105.834	147.962	39,8	2,5
Total	4.062.916,0	5.987.744,0	47,4	100,0

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 11/01/2006.

Elaboração: SEI.

### SERVIÇOS DETERMINARAM EXPANSÃO DE 2,7% EM 2006

A economia baiana apresentou, em 2006, pelo 11º ano consecutivo — desde a divulgação e retopolação da nova série do PIB —, uma expansão favorável no indicador que mede o nível de sua atividade interna. A taxa de crescimento atingiu 2,7%, como reflexo direto do bom desempenho registrado em praticamente todos os setores econômicos da Bahia, com destaque, sobretudo, para o setor de serviços, que apresentou uma expansão de 3,5% em relação a 2005. Com isso, a soma de todas as riquezas produzidas na Bahia atingiu o patamar de R\$ 96,5 bilhões. A diminuição no ritmo de crescimento em comparação ao restante do Brasil fez a Bahia perder participação na economia nacional, saindo de 4,2% em 2005 para 4,1% em 2006.

Tabela 11 – Taxa de crescimento do PIB segundo atividades – Bahia – 2003-2006

Atividades	2003	2004	2005	2006
Agropecuária	0,8	27,4	12,7	-4,1
Indústria	5,6	10,8	4,1	2,1
Serviços	0,7	5,7	3,4	3,5
PIB	2,2	9,6	4,8	2,7

Fonte: SEI.

Dados sujeitos a retificação.

A taxa do PIB baiano em 2006 não foi maior em função da frustração no desempenho da safra agrícola da Bahia, que se ressentiu de uma conjuntura interna desfavorável (com chuvas irregulares nas principais regiões produtoras de grãos e descapitalização dos agricultores), bem como pela diminuição dos preços de importantes *commodities* agrícolas no mercado internacional. Com esse cenário, houve expressiva redução na produção agropecuária em relação ao resultado observado em 2005. Também a indústria diminuiu o ritmo de crescimento em relação aos anos anteriores, sobretudo pelo desempenho da indústria de transformação, que se expandiu apenas 0,5% em 2006, seguindo a tendência da indústria brasileira, que cresceu 1,0% nesse mesmo período.

Um fato relevante para 2006 foi a recuperação do setor de serviços, tanto em expansão de atividade como em magnitude de geração de valor. Conforme demonstra a Tabela 12, a seguir, houve um ganho da participação do setor de serviços na agregação de valor ao PIB do estado, tendência que se verificou nos três anos anteriores.

Tabela 12 – Estrutura do produto interno bruto segundo grandes setores da atividade econômica – Bahia – 2004/2006

Ano/atividades	Setor primário (%)	Setor secundário (%)	Setor terciário (%)
2004	10,8	30,7	58,5
2005	8,6	32,2	59,2
2006	7,9	30,6	61,5
PIB	2,2	9,6	4,8

Fonte: SEI.

Dados sujeitos a retificação.

### Análises setoriais: comércio, o grande destaque de 2006

Entre os fatores que ajudaram a justificar o aumento do setor de serviços está o bom desempenho da atividade comercial baiana, que, por três anos consecutivos, registrou crescimento no indicador do volume de vendas reais. Em 2006, o incremento na atividade — varejista e atacadista — atingiu 5,3% em comparação ao ano anterior.

Concorreram para impulsionar o consumo naquele ano o aumento do emprego, a recuperação gradual dos rendimentos dos trabalhadores, a inflação mais baixa e a concorrência com os importados, em função da valorização no câmbio. Acrescente-se a esses fatores a expansão do crédito, sem dúvida um importante incentivo para dinamizar o varejo, bem como o crescimento na massa salarial dos ocupados da RMS. Também, no intuito de ampliar o capital de giro das empresas, os lojistas, cada vez mais, apostaram nas promoções e investiram em intensas campanhas de *marketing*.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), em 2006, o comércio varejista do estado da Bahia apresentou expansão de 9,7% no volume de vendas. Esse foi o terceiro ano consecutivo em que o setor registrou desempenho positivo, com crescimento das vendas bem acima do observado em 2005, período da base comparativa, quando as vendas expandiram-se em 7,1%. Foi o crescimento mais expressivo no período compreendido pelos três anos anteriores.

Em 2006, os principais destaques das vendas couberam aos ramos de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumo, Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e Móveis e eletrodomésticos*. Embora esses dois últimos não sejam os mais representativos do varejo, no ano, esses ramos apresentaram taxas significativas de incremento nos negócios, principalmente no primeiro semestre. Os resultados favoráveis nos segmentos de bens duráveis foram fortemente impulsionados pelo aumento das vendas a prazo. Como o crédito e a renda exercem acentuada influência no comportamento do varejo, a maior disponibilidade de crédito foi fundamental para expandir os negócios nesses ramos (PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO, 2007).

(Continua)

Atividades	Acumulado no ano de 2006 (2)	
	Valor nominal de vendas	Volume de vendas (3)
Comércio varejista (1)	13,04	9,73
1 - Combustíveis e lubrificantes	10,67	-1,65
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	13,61	14,17
2.1 - Hipermercado e supermercado	22,89	23,34
3 - Tecidos, vestuário e calçados	9,78	2,80
4 - Móveis e eletrodomésticos	18,87	18,95
5 - Artigos farm., med.ort.e de perfumaria	10,60	3,45
6 - Equipamentos, materiais p/ escritório, informática e comunicação	5,68	20,66
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-26,76	-29,27
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	19,89	13,41

(Conclusão)

**Tabela 13 – Desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividade – Bahia Jan./dez. 2006**

Atividades	Acumulado no ano de 2006 (2)	
	Valor nominal de vendas	Volume de vendas (3)
9 - Veículos e motos, partes e peças	20,47	19,54
10 - Material de construção	8,01	2,55

Fonte: IBGE-PMC.

(1) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

(2) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(3) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

Com os expressivos resultados alcançados pelo comércio baiano em 2006, houve aumento de participação da atividade comercial na composição do PIB baiano, passando a representar 11,5% de toda a atividade econômica do estado. Esse desempenho é particularmente importante por ser o comércio um setor intensivo na geração de empregos.

Em relação ao comércio exterior baiano, apesar da política cambial nacional de valorização em demasia da moeda nacional, o comportamento dos preços dos produtos no mercado internacional foi determinante para o desempenho das exportações baianas, que alcançaram, em 2006, cerca de US\$ 6,8 bilhões. Esse valor foi 13,1% superior ao do ano de 2005 e foi obtido exclusivamente pela valorização dos preços, em média, de 27,4%, já que a quantidade total embarcada reduziu-se no período (11,2%), segundo os dados do Promo-Bahia.

Impulsionadas pela valorização cambial, as importações chegaram a US\$ 4,5 bilhões no mesmo período, um incremento de 34,9%, quase três vezes maior do que as exportações em 2006. Segundo as informações técnicas dos relatórios do comércio exterior, publicadas pelo Promo, o crescimento das importações esteve vinculado ao setor de bens de consumo duráveis (127%), especificamente eletrônicos, ajudados pela queda do dólar; ao de bens intermediários (56,2%), pressionado pelo aumento dos preços do sulfeto de cobre no mercado internacional, e ao de bens de capital (31,1%), ligado à modernização da produção industrial (PROMO, 2007).

Fruto da sensível melhora nos preços externos, as vendas de celulose e papel atingiram US\$ 715,4 milhões em 2006 — valor esse 64,7% maior que o registrado em igual período do ano anterior. O setor de petróleo e derivados, apesar da redução nas vendas (20%), sobretudo no primeiro semestre de 2006, ocupou a segunda posição em receitas no acumulado do ano, com US\$ 1,1 bilhão. Os recuos dos preços do produto no mercado internacional criaram perspectivas negativas para o desempenho do segmento em 2007.

O destaque das exportações do ano de 2006, conforme a Tabela 14 a seguir, foi o setor metalúrgico, que expandiu suas vendas externas em aproximadamente 78%. Ainda, segundo o Promo (2007), os negócios com cobre (catodos, fios e resíduos) foram responsáveis pelo desempenho positivo do setor, em função das boas cotações do produto no mercado internacional.

Tabela 14 – Exportações – Principais segmentos – Bahia – jan./dez. 2005/2006

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 fob)		Variação (%)	Participação (%)
	2005	2006		
Químicos e petroquímicos	1.152.388	1.351.022	17,24	19,95
Petróleo e derivados	1.375.657	1.099.312	-20,09	16,23
Metalúrgicos	578.294	1.029.262	77,98	15,20
Automotivo	872.186	920.652	5,56	13,60
Papel e celulose	434.363	715.376	64,70	10,56
Soja e derivados	377.174	270.403	-28,31	3,99
Minerais	154.801	221.742	43,24	3,27
Cacau e derivados	224.401	209.561	-6,61	3,09
Café e especiarias	89.054	111.100	24,76	1,64
Couros e peles	71.597	92.372	29,02	1,36
Sisal e derivados	63.552	79.970	25,83	1,18
Algodão e seus subprodutos	96.112	107.654	12,01	1,59
Móveis e semelhantes	68.236	71.502	4,79	1,06
Calçados e suas partes	56.032	62.489	11,52	0,92
Borracha e suas obras	46.797	75.985	62,37	1,12
Frutas e suas preparações	103.581	115.469	11,48	1,71
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	38.826	57.670	48,53	0,85
Fumo e derivados	18.613	24.614	32,24	0,36
Pesca e aquicultura	18.118	12.067	-33,40	0,18
Demais segmentos	147.962	143.759	-2,84	2,12
Total	5.987.744	6.771.981	13,10	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 9/1/2007.

Elaboração: SEI.

Ainda como reflexo do incremento no comércio exterior da Bahia, o setor de transporte hidroviário apresentou uma expansão de 3,1% em 2006. Na mesma linha de raciocínio, o setor de transporte aéreo expandiu-se aproximadamente 19%. Esse resultado foi particularmente importante para a Bahia, pois revelou — seja por aumento da produção interna, seja pela grande procura turística — que a valorização da moeda brasileira, ainda em 2006, não provocou efeitos negativos para a economia baiana (excetuando o setor agrícola). O setor de alojamento e alimentação expandiu-se aproximadamente 5%, como reflexo do aumento do turismo doméstico. Segundos os dados da Embratur (2007), a Bahia era o terceiro mais importante destino turístico do país (perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro).

### Setor industrial da Bahia mantém a tendência de crescimento

A indústria de transformação, setor que, em termos individuais, é o segundo mais representativo do PIB baiano — 15,8% de participação em 2006 —, apesar de não conseguir repetir os

mesmos desempenhos dos anos anteriores, apresentou, em 2006, um crescimento de 0,5%. Ressalta-se que, embora positivo, esse resultado causou grande frustração nas expectativas de crescimento da indústria de transformação, em função do panorama apresentado pela maioria dos segmentos industriais no mês de dezembro desse ano.

Segundo os dados do IBGE (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2007), em dezembro, a produção industrial da Bahia, ajustada sazonalmente, recuou 5,5% em relação a novembro de 2006, após dois meses com taxas positivas, período em que acumulou acréscimo de 1,6%. Com o resultado de dezembro, o indicador de média móvel trimestral apresentou retração de 0,4%. Corroborando essa análise, no confronto com dezembro de 2005, a produção industrial baiana mostrou recuo de 7,6%.

Entre os principais destaques positivos, no balanço do ano 2006, figuraram os segmentos de papel e celulose, com expansão de 18,6%, em virtude do aumento na fabricação de celulose; refino de petróleo e produção de álcool, com incremento de 4,6%, devido à maior produção de gasolina, óleo diesel e óleos combustíveis; e metalurgia básica 9,7%, por conta do acréscimo na produção de barra, perfil e vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono. Em sentido oposto, as maiores pressões negativas foram observadas em alimentos e bebidas (-1,2%) e veículos automotores (-6,4%), em função, respectivamente, da queda na produção de leite em pó e óleo de soja refinado; e automóveis (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2007).

A indústria extrativa, pelo segundo ano consecutivo, foi fortemente prejudicada pela diminuição na extração de petróleo e gás natural e também apresentou retração na atividade em relação ao ano de 2005 (queda de aproximadamente 7,7%). Esse resultado negativo foi também corroborado pela diminuição da extração de importantes minérios, a exemplo do cobre (-5,3%), cromo (-10,6%) e magnésita (-2,9%).

Em relação ao setor industrial, o destaque do ano deve ser dado à construção civil, que apresentou expansão em todos os trimestres, acumulando, ao final de 2006, um crescimento auspicioso de 6,2%. Esse resultado foi corroborado pela retomada nas obras do metrô, bem como de outros empreendimentos privados (a exemplo do início das obras do Salvador Shopping) que ocorreram nesse período.

### **Agropecuária obteve o pior resultado na atividade desde 2003**

No que se refere ao setor agropecuário, ocorreu o pior resultado entre os grandes setores da atividade econômica, com queda na atividade de 4,1%. O resultado só não foi ainda pior devido ao fato de alguns produtos tradicionais da lavoura baiana terem obtido bons desempenhos, a exemplo do cacau, que mais uma vez apresentou grande expansão na produção (aproximadamente 16%), o café, que se expandiu 36,3%, e a cana-de-açúcar, que apresentou incremento de 12,7% na produção.

Apesar disso, houve uma grande perda na safra de grãos do estado em 2006. Conforme demonstra a tabela a seguir, grande parte do segmento apresentou retração, tanto em termos de produção, como área plantada e rendimento médio.

Tabela 15 – Estimativas de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2005/2006

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha) (1)		
	2005	2006	Var. (%)	2005	2006	Var. (%)	2005	2006	Var. (%)	2005	2006	Var. (%)
Mandioca	4.611.676	4.491.181	-2,61	377.414	407.939	8,09	357.823	353.524	-1,20	12.888	12.704	-1,43
Cana-de-açúcar	5.592.921	6.304.647	12,73	92.947	102.888	10,70	91.026	104.236	14,51	61.443	60.484	-1,56
Cacau	137.459	158.721	15,47	558.964	553.476	-0,98	517.583	560.005	8,20	266	261	-1,72
Café	128.511	175.179	36,31	151.019	162.975	7,92	150.610	157.347	4,47	853	1.113	30,48
Grãos	5.406.652	4.355.786	-19,44	2.777.526	2.671.751	-3,81	2.648.614	2.519.817	-4,86	2.041	1.729	-15,32
Algodão	822.401	810.253	-1,48	257.377	242.461	-5,80	257.377	242.066	-5,95	3.195	3.347	4,75
Feijão	462.320	357.625	-22,65	789.935	719.900	-8,87	689.855	636.939	-7,67	670	561	-16,22
Milho	1.616.464	1.126.295	-30,32	802.294	786.739	-1,94	773.462	720.928	-6,79	2.090	1.562	-25,25
Soja	2.401.872	1.991.400	-17,09	870.000	872.600	0,30	870.000	872.600	0,30	2.761	2.282	-17,34
Sorgo	103.595	70.213	-32,22	57.920	50.051	-13,59	57.920	47.284	-18,36	1.789	1.485	-16,98

Fonte: IBGE–PAM/LSPA/GCEA.

(1) Rendimento = produção física/área colhida.

Observando-se as estimativas dos grãos por produtos, destacaram-se negativamente o milho (-30,3%), feijão (-22,7%) e soja (-17,1%). Estas lavouras ocupavam boa parte da área plantada do estado, chegando a 802 mil hectares plantados de milho, 789 mil hectares plantados de feijão e 870 mil hectares plantados de soja. A queda de produção destas culturas teve efeitos negativos sobre o produtor rural, já que as duas primeiras são representativas da agricultura familiar no estado, e a última, uma das principais *commodities* do mercado.

Entre os principais motivos das dificuldades que acometeram a agricultura baiana em 2006 estão a presença de uma conjuntura de câmbio desfavorável, os preços dos produtos no mercado internacional, as más condições climáticas, as dificuldades de infraestrutura (estocagem) e débitos financeiros (safras anteriores) que descapitalizaram os agricultores baianos.

#### CRESCIMENTO DE 5,3% EM 2007 DEMONSTRA MATURIDADE DA ECONOMIA BAIANA

O cálculo de desempenho revela que, em 2007, a economia baiana apresentou uma expansão real de 5,3% no Produto Interno Bruto. Esse índice foi reflexo dos bons resultados verificados em setores que tradicionalmente empregam grandes volumes de trabalhadores, entre os quais estão a *Construção civil* e o *Comércio*, que se expandiram 5,3% e 5,5%, respectivamente. Em valores correntes, o PIB baiano atingiu as cifras dos R\$ 109,7 bilhões, representando, aproximadamente, 4,1% do PIB do Brasil.

Em 2007, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), muitos investimentos foram realizados no setor produtivo, principalmente nos segmentos de infraestrutura e logística, com reflexos duplamente positivos. Por um lado, porque um dos maiores gargalos, não só do

estado da Bahia, mas de todo o país, de maneira geral, refere-se ao chamado “custo Brasil” de produção. Os investimentos em rodovias, portos e aeroportos contribuem muito para melhor dinamizar as relações entre os setores econômicos.

Por outro lado, porque os investimentos realizados colaboraram para o estabelecimento de um grande número de empregos formais gerados em 2007. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), entre janeiro e dezembro de 2007, o saldo foi de 1.617.392 empregos formais no Brasil, número aproximadamente 6% maior do que o registrado no ano de 2006. Desses, quase 58,7 mil foram saldo de empregos na Bahia (5% maior que o volume de empregos formais criados em 2006).

Área geográfica	Total de admitidos	Total de desligados	Saldo		Variação (%)
			(Admitidos-desligados)	%	
Bahia	531.251	472.531	58.720	100	5,05
RMS	253.549	223.294	30.255	51,5	4,98
Interior	277.702	249.237	28.465	48,5	5,13

Fonte: MTE–Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – Lei 4.923/65.

Nota: A variação no estoque de empregos é obtida mediante a divisão da variação absoluta sobre o estoque do primeiro dia do mês. No acumulado do ano, a variação é medida para o conjunto de meses, comparando o estoque no início do período com o estoque final.

Mostra o desempenho do emprego em termos percentuais.

Um fato bastante positivo, revelado na Tabela 16, está associado ao volume de empregos gerados fora do eixo metropolitano. Nos últimos anos, o governo da Bahia procurou, por meio de suas políticas públicas, aumentar a dinamização da atividade econômica entre as áreas mais espaçadas da RMS. Conforme pode ser visualizado, aproximadamente 49% dos empregos formais criados em 2007 foram realizados no interior do estado.

A análise setorial revela que todos os segmentos produtivos apresentaram expansão no nível da atividade em 2007. Além da construção civil e do comércio, já citados anteriormente, devem ser destacados também os resultados da agricultura, com expansão de aproximadamente 11,6%, e do setor de extração mineral, que cresceu 7,8% e se recuperou das perdas sofridas no ano de 2006, quando a atividade recuou aproximadamente 7,7%.

O resultado da agricultura evidenciou uma recuperação na produção de grãos, fortemente prejudicada pelas intempéries climáticas na safra 2006/2005. As estimativas do LSPA/IBGE, de dezembro de 2007, revelavam que a safra de grãos da Bahia se aproximaria do recorde de produção (2005), com cerca de 5,5 milhões de toneladas. Os resultados mais auspiciosos ficaram por conta do algodão herbáceo (expansão de 39%), o segundo mais importante produto da lavoura baiana naquele ano, em termos do valor de produção. As cotações do algodão do mercado mundial subiram em média 10%, estimulando a produção interna em 2007.

Outros destaques do ano foram atribuídos às produções de milho e soja. Em relação ao primeiro, uma das razões principais para a expansão de quase 46% está associada ao aumento da demanda internacional, uma vez que os EUA, um dos maiores produtores mundiais, destinaram boa parte da sua produção interna para o etanol. A soja, que retomou o patamar de produção de 2005, depois de registrar uma queda de 17% em 2006, foi outra lavoura que expandiu tanto a produção quanto o rendimento médio, em 15,4% e 18,3%, respectivamente, em 2007.

Por sua vez, o feijão, importante produto da agricultura baiana, e o cacau não apresentaram resultados positivos em 2007. No caso do feijão, que é plantado em consórcio com o milho, as explicações estão pautadas na diminuição da área plantada (14% menor em 2007), em função do estímulo à produção de milho. A queda na produção chegou a 11%. Para o cacau, a diminuição atingiu 8,1% em relação a 2006.

Na soma desses dados, o ótimo resultado na safra de grãos (maior 25% em 2007) foi decisivo para o desempenho global da agricultura, que se expandiu 11,6% em relação a 2006.

**Tabela 17 – Estimativas de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2006/2007**

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha) (1)		
	2006 (1)	2007 (2)	Var. (%)	2006 (1)	2007 (2)	Var. (%)	2006 (1)	2007 (2)	Var. (%)	2006	2007	Var. (%)
Mandioca	4.393.997	4.665.855	6,19	387.094	390.529	0,89	344.672	352.889	2,38	12.748	13.222	3,71
Cana-de-açúcar	6.150.367	6.179.203	0,47	106.455	108.389	1,82	104.251	106.352	2,02	58.996	58.101	-1,52
Cacau	148.703	136.718	-8,06	596.377	574.002	-3,75	539.946	560.905	3,88	275	244	-11,50
Café	149.800	151.607	1,21	153.637	162.730	5,92	140.704	149.926	6,55	1.065	1.011	-5,02
Grãos	4.354.959	5.464.038	25,47	2.701.765	2.676.862	-0,92	2.521.245	2.486.556	-1,38	1.727	2.197	27,22
Algodão	810.253	1.125.240	38,88	242.066	301.928	24,73	242.066	301.928	24,73	3.347	3.727	11,34
Feijão	358.887	319.402	-11,00	739.781	634.136	-14,28	638.080	539.447	-15,46	562	592	5,27
Milho	1.124.206	1.635.849	45,51	799.213	843.328	5,52	721.215	747.711	3,67	1.559	2.188	40,36
Soja	1.991.400	2.298.000	15,40	872.600	851.000	-2,48	872.600	851.000	-2,48	2.282	2.700	18,33
Sorgo	70.213	85.547	21,84	48.105	46.470	-3,40	47.284	46.470	-1,72	1.485	1.841	23,97
Total	-	-	-	3.945.328	3.912.512	-0,83	3.650.818	3.656.628	0,16	-	-	-

Fonte: IBGE-PAM/LSPA/GCEA

(1) PAM/IBGE safra 2006.

(2) Estimativas do GCEA/IBGE dezembro/2007 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento= produção física/área colhida.

Apesar do melhor desempenho da agropecuária, coube ao setor de serviços o principal motivo para a expansão do PIB baiano em 2007. O comércio baiano apresentou expansão de 5,3% no indicador de vendas, o terceiro melhor desempenho registrado na nova série 1995-2007. Esse resultado foi especialmente importante ao se levar em conta que, em 2006, o comércio baiano já havia se expandido, aproximadamente, 5,0% em relação a 2005.

Corroborando as estimativas realizadas pela SEI, as informações da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE, para medir o desempenho do segmento varejista, mostraram que, em 2007, houve um incremento de 10% nas vendas. Tal desempenho superou o acumulado no mesmo período de 2006, quando o indicador atingiu 9,7%.

Atividades	Valores (US\$ 1.000 fob)	
	Atividades	Acumulado no ano de 2007 (2)
Comércio varejista (1)	12,2	10,0
1 - Combustíveis e lubrificantes	5,3	6,1
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentos, bebidas e fumo	10,9	5,5
2.1 - Hipermercado e supermercado	13,8	8,6
3 - Tecidos, vestuário e calçados	22,6	19,4
4 - Móveis e eletrodomésticos	15,2	18,3
5 - Artigos farm. med. ort. e de perfumarias	16,7	12,6
6 - Equipamentos, materiais para escritório, informática e comunicação	-14,6	-2,0
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	20,4	19,4
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	28,9	26,7
9 - Veículos e motos, partes e peças	20,0	21,0
10 - Material de construção	11,2	5,1

Fonte: IBGE/PMC

(1) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

(2) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(3) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade

Estão diretamente associados a esse desempenho as maiores facilidades de acesso ao crédito, a elasticidade dos prazos de pagamento das compras, a melhoria do rendimento dos consumidores e a queda do dólar, que deixou mais baratos não só os produtos estrangeiros, como também os insumos e componentes importados pela indústria brasileira.

Acrescente-se a esses fatores o aumento da massa salarial em circulação na economia e a redução do desemprego. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged), o saldo de 58,7 mil empregos com carteira assinada no estado representou um crescimento superior ao dobro do número de postos de trabalho criados no ano de 2006, no mesmo período.

Em resposta a todos esses fatores positivos, o comércio varejista da Bahia acumulou uma expansão sistemática recorde no volume de suas vendas, no período de 46 meses consecutivos. Conforme demonstrado na Tabela 18, foram justamente os setores atrelados ao aumento da massa salarial e ao crédito que obtiveram os melhores resultados, a exemplo dos segmentos de vendas de veículos automotores e de artigos de vestuário, que apresentaram uma expansão de 21% e 19%, respectivamente, no acumulado de 12 meses.

A despeito da conjuntura internacional e da alta valorização do câmbio, o comércio exterior da Bahia seguiu a mesma tendência dos anos anteriores. As exportações acumularam uma expansão de 9,4% em relação ao ano de 2006 e somaram, em 2007, aproximadamente US\$ 7,4 bilhões, segundo os dados do Promo-BA (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2007). As importações cresceram, nesse mesmo ano, 21,3% em comparação com 2006.

Com base no relatório de desempenho do comércio exterior do Promo (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2007), a perda de receitas por conta da valorização cambial foi mais do que compensada pelo aumento de preço das principais *commodities* exportadas pela Bahia. Esse aumento de preços internacionais ocorreu, sobretudo, nos segmentos de derivados de petróleo, metalúrgico, mineral, papel e celulose e na soja e seus derivados. Apesar disso, o saldo comercial da Bahia, de US\$ 2 bilhões, foi 13,9% menor que o registrado em 2006.

Tabela 19 – Exportações – Principais segmentos – Bahia – 2006/2007

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 fob)		Variação (%)	Participação (%)
	2006	2007		
Químicos e petroquímicos	1.351.022	1.580.387	17,0	21,3
Metalúrgicos	1.029.267	1.076.532	4,6	14,5
Petróleo e derivados	1.099.312	1.003.710	-8,7	13,5
Papel e celulose	715.376	897.384	25,4	12,1
Automotivo	920.652	761.556	-17,3	10,3
Soja e derivados	270.403	392.559	45,2	5,3
Minerais	221.742	222.487	0,3	3,0
Cacau e derivados	209.561	224.650	7,2	3,0
Borracha e suas obras	75.985	246.847	224,9	3,3
Café e especiarias	111.100	118.187	6,4	1,6
Couros e peles	92.372	108.997	18,0	1,5
Sisal e derivados	82.840	84.330	1,8	1,1
Algodão e seus subprodutos	107.654	153.150	42,3	2,1
Móveis e semelhantes	71.502	65.563	-8,3	0,9
Calçados e suas partes	62.489	82.542	32,1	1,1
Frutas e suas preparações	115.469	138.252	19,7	1,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	57.670	74.975	30,0	1,0
Fumo e derivados	24.614	22.480	-8,7	0,3
Pesca e aquicultura	12.067	7.597	-37,0	0,1
Demais segmentos	142.202	146.544	3,1	2,0
Total	6.773.299	7.408.729	9,38	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 12/11/2007.

Elaboração: SEI.

Segundo o relatório de acompanhamento conjuntural da FIEB, o aumento das vendas externas baianas em 2007, na comparação com o ano anterior, resultou principalmente da expansão das vendas de catodos de cobre refinado; celulose; pneus para automóveis; grãos de soja; paraxileno; pneus para ônibus e caminhões; óleos brutos de petróleo; benzeno; algodão; bagaços da extração do óleo de soja; etilenoglicol; epsilon-caprolactama; além de exportações inéditas de outros calçados de couro natural, com solado externo de borracha/plástico; óleo diesel e mates de cobre. Já o crescimento das importações baianas, na mesma comparação intertemporal, pode ser creditado ao aumento das compras de automóveis; partes e máquinas e aparelhos para fabricação de pasta celulósica; cacau inteiro ou partido; trigo; equipamentos terminais ou repetidores; querosene para aviação; caldeiras denominados “de água superaquecida”; óleo diesel; sulfetos de minério de cobre; borracha natural granulada ou prensada; diidrogenio-ortofosfato de amônio; outros cloretos de potássio; placas de microprocessamento com dispositivo para dissipação de calor; circuitos integrados; máquinas para empacotar e embalar mercadorias; coques de hulha; dentre outros (ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL, 2008a).

Além do segmento comercial, é importante mencionar o bom desempenho dos demais serviços, que, juntos, representam aproximadamente 60% do PIB baiano. Dentre eles, podem-se destacar dois principais: o setor de transportes e o de serviços prestados às empresas. Corroborando a ideia de que existe uma correlação forte entre o nível da atividade econômica e o aumento na atividade de transportes, esse segmento apresentou uma expansão de 7%.

Todos os modais que compõem o segmento de transportes apresentaram resultados bastante favoráveis em 2007. O transporte rodoviário, como resposta do aumento das encomendas de produtos, principalmente para exportação, acumulou uma alta de 6,7% em comparação a 2006.

Outro indicador favorável foi o crescimento do transporte aéreo da Bahia. Segundo a Infraero, em 2007, o número de passageiros desembarcados na Bahia subiu 10% em relação a igual período do ano anterior, fato bastante positivo, considerando-se todos os problemas enfrentados com a crise na aviação brasileira ao longo dos dois anos antecedentes.

Influenciado pelo crescimento do número de passageiros desembarcados, bem como pelo aumento do poder aquisitivo do brasileiro, o setor de alojamento e alimentação foi outro a apresentar expansão, de 5,1%.

O setor industrial, por sua vez, mostrou um resultado 4,5% maior em 2007 e foi fundamental para a consolidação da taxa do PIB baiano. A expansão na indústria de transformação alcançou aproximadamente 2,1% em 2007 e freou o desempenho do PIB, uma vez que este segmento representa aproximadamente 14% da estrutura produtiva do estado. Todos os demais segmentos industriais da Bahia (indústria extrativa mineral, construção e SIUP — produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana) cresceram 7,8%, 5,3% e 9,3%, respectivamente, na comparação com o período anterior.

Segmentos tradicionais como o refino de petróleo, metalurgia e de papel e celulose apresentaram estabilidade na produção em relação a 2006 e por si só já ajudam a explicar esse resultado, apenas satisfatório, da indústria baiana de transformação.

Depois de dois anos consecutivos (BAHIA,2007), quando vários investimentos foram realizados na Bahia pelas principais empresas do segmento, não houve, em 2007, segundo os dados da SICM (2007), novos investimentos nas principais unidades produtoras de papel e celulose na Bahia. A elevada base de comparação é, desta forma, uma das razões principais para justificar a expansão de apenas 0,1% nessa atividade em 2007.

Além dessas duas atividades industriais, também o segmento automotivo do estado apresentou retração de 6% pelo segundo ano consecutivo. A principal empresa desse segmento já trabalhava com a capacidade máxima de produção desde 2006. Dessa forma, só a entrada de outras empresas e/ou o planejamento de novos investimentos pode criar uma perspectiva favorável à ampliação da produção de veículos automotores na Bahia.

Por sua vez, as indústrias de alimentos e bebidas, borracha e plásticos e as do segmento químico apresentaram melhores resultados em 2007. Especificamente sobre a química repousa o fato de que a base de comparação estava deprimida desde 2005, o que significa dizer que sua recuperação deveu-se, em essência, ao chamado efeito base de comparação. Em relação às indústrias de alimentos e bebidas e borracha e plásticos, o incremento na atividade está associado à continuidade da política de atração de investimentos industriais. Os principais investimentos industriais realizados na economia baiana em 2007 podem ser visualizados na tabela a seguir.

<b>Atividade econômica</b>	<b>Volume (R\$ 1,00)</b>	<b>Emprego direto</b>
Alimentos e bebidas	112.523.000	1.301
Artefatos de couro e calçados	1.500.000	133
Borracha e plástico	227.573.965	1.400
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	16.000.000	73
Metalurgia básica	21.195.000	91
Móveis e indústrias diversas	2.072.700	57
Produtos químicos	171.389.048	348
Têxtil	7.642.130	152
Total	559.895.843	3.555

Fonte: Bahia, 2007.

Elaboração: SEI/CAC.

Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 30/11/2007.

Classificação segundo CNAE, com algumas modificações.

O crescimento da indústria de produtos alimentares e bebidas atingiu 8%, e o segmento de borracha e plásticos, bastante incentivado pelo programa Desenvolve, chegou a apresentar

uma expansão de 15% na produção em 2007 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Em relação aos demais segmentos industriais, merece destaque o resultado da extrativa mineral, que, depois de dois anos consecutivos de diminuição na atividade, apresentou grande expansão, de aproximadamente 7,8%, no indicador da produção física. Segundo os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2007), no período de 2007, a produção de gás natural na Bahia se expandiu em aproximadamente 40%. A taxa de crescimento para a extrativa mineral não obteve maior vulto, dado que a produção de petróleo registrou, em 2007, uma leve retração, de aproximadamente 0,1%, segundo os mesmos dados da ANP.

A construção civil, outro importante segmento industrial, também apresentou elevada expansão, de aproximadamente 5,3%, como reflexo direto do aumento das obras públicas em 2007. A retomada das obras do metrô de Salvador e os investimentos nas rodovias que cortam a Bahia foram fundamentais para essa estimativa de desempenho. Os dados do Caged mostram que, em 2007, houve cerca de 9.500 empregos formais criados no segmento da construção na Bahia (valor 11,3% maior que o registrado no mesmo período de 2006).

Finalizando, os Serviços industriais de utilidade pública (SIUP) também registraram expansão na produção em 2007. Segundo o boletim mensal apresentado pela Coelba (BOLETIM MENSAL DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSES DE CONSUMO, 2007), o consumo de energia aumentou em todas as classes. Entre janeiro e dezembro de 2007, o consumo de energia industrial apresentou uma expansão de aproximadamente 9%. Assim, corroborando a forte correlação do setor com o crescimento do PIB, houve expansão nos serviços de produção de energia e água da ordem de 9,3%, em comparação com o ano anterior.

As expectativas para 2008 repousavam em um nível de crescimento do PIB ainda maior que o registrado em 2007. Corroboravam esse otimismo o crescimento no emprego formal, que nos primeiros meses de 2008 continuava batendo recordes de contratações, e o desempenho no comércio varejista, que não interrompeu a sequência de altas no volume das vendas na Bahia. No primeiro trimestre de 2008, o acumulado das vendas internas atingiu 9%, segundo os dados da PMC do IBGE.

#### MESMO COM CRISE FINANCEIRA MUNDIAL, PIB DA BAHIA EXPANDE-SE 4,8% EM 2008

Em 2008, o PIB da Bahia, a despeito da diminuição no ritmo de crescimento no quarto trimestre do ano, registrou uma expansão de 4,8%, o que significa que, após ter apresentado uma elevação de 4,5% em 2007, o PIB voltou a crescer sobre uma base já bastante expandida. Além disso, cabe ressaltar que esse resultado fez a economia baiana acompanhar o ritmo de crescimento da economia nacional. O PIB brasileiro, nesse mesmo corte analítico, registrou uma expansão de 5,1% em relação a igual período do ano de 2007.

**Tabela 21 – Taxa de crescimento do produto interno bruto a preço de mercado Bahia e Brasil – 2008**

Atividades	Variação acumulada no ano	
	Bahia (%)	Brasil (%)
Agropecuária	5,6	5,8
Indústria	4,7	4,3
Serviços	4,6	4,8
Valor adicionado básico	4,8	4,7
Imposto sobre o produto	4,6	7,4
PIB	4,8	5,1

Fontes: SEI, IBGE.

Dados sujeitos a retificação.

O que se pôde constatar em relação à análise dos resultados do ano de 2008 é que a crise da economia mundial, que atingiu a economia brasileira com maior ímpeto no último trimestre do ano, não foi capaz de anular os resultados acumulados pela economia baiana nos três primeiros trimestres do ano. O segmento industrial, por exemplo, apesar de ter registrado uma queda na taxa de crescimento de 1,6% no quarto trimestre, já havia acumulado uma expansão de 6,9% nos três primeiros trimestres do ano, consolidando no acumulado de 2008 uma expansão de 4,7%, ante o mesmo período de 2007. Concorreram para esse bom desempenho os resultados registrados pela indústria de transformação e construção civil, que se expandiram 2,9% e 8,4%, respectivamente.

Destaca-se que o segmento industrial continuou sendo alvo de investimentos pelo governo estadual, por meio de uma política de atração industrial que, segundo os dados da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, implementou R\$ 3,6 bilhões em novos investimentos ao longo do período 2007-2008 (BAHIA, 2008). Com o novo programa de atração de investimentos industriais — Pro-naval — estimulando o segmento da indústria naval na região do Recôncavo baiano, acreditava-se que a indústria baiana poderia apresentar tendência de expansão nos anos seguintes.

A Tabela a seguir mostra o balanço do ano de 2008 com base nas estimativas realizadas pela equipe de Contas Regionais da SEI.

(Continua)

**Tabela 22 – Taxa de crescimento dos principais setores do PIB – Bahia – 2008**

Atividades	Taxa de crescimento 2008 (%)
Agropecuária	5,6
Agricultura	7,0
Indústria	4,7
Indústria de transformação	2,9
Construção civil	8,4

(Conclusão)

<b>Atividades</b>	<b>Taxa de crescimento 2008 (%)</b>
Serviços	4,6
Comércio	6,3
PIB	4,8

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais.

A agropecuária apresentou, no quarto trimestre de 2008, uma expansão de 14,2%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse comportamento está relacionado ao bom desempenho das safras de um conjunto de produtos colhidos no período, diferentemente daqueles produtos que foram colhidos nos três trimestres imediatamente anteriores, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

O desempenho da agropecuária baiana no quarto trimestre de 2008 foi corroborado pelas informações contidas no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, que evidenciou resultados positivos para, praticamente, todas as lavouras da Bahia, excetuando-se a cana-de-açúcar, que apresentou uma leve retração na produção em 2008, e o feijão, que se retraiu em 6,5%, conforme tabela a seguir. Cabe ressaltar que essa mesma pesquisa revelou um aumento de 14% na produção de grãos, atingindo 6,2 milhões de toneladas, estabelecendo recorde na safra da Bahia. A soja, devidamente recuperada das perdas do ano de 2006, apresentou uma expansão de aproximadamente 20%, com uma safra de 2,7 milhões de toneladas. Com esses resultados, a agricultura encerrou o ano de 2008 com uma expansão, na produção, de aproximadamente 7%.

(Continua)

<b>Produtos/ safras</b>	<b>Produção física (t)</b>			<b>Área plantada (ha)</b>			<b>Área colhida (ha)</b>			<b>Rendimento (kg/ha)</b>		
	<b>2007 (1)</b>	<b>2008 (2)</b>	<b>Var. (%)</b>	<b>2007 (1)</b>	<b>2008 (2)</b>	<b>Var. (%)</b>	<b>2007 (1)</b>	<b>2008 (2)</b>	<b>Var. (%)</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Var. (%)</b>
Mandioca	4.481.355	4.519.966	0,86	377.129	393.036	4,22	334.489	344.364	2,95	13.398	13.126	-2,03
Cana-de-açúcar	6.279.183	6.180.785	-1,57	108.389	109.558	1,08	107.042	108.479	1,34	58.661	56.977	-2,87
Cacau	133.943	139.331	4,02	559.884	569.155	1,66	515.172	547.244	6,23	260	255	-2,07
Café	151.782	170.680	12,45	162.980	160.569	-1,48	149.926	154.399	2,98	1.012	1.105	9,19
Grãos	5.464.038	6.221.347	13,86	2.676.862	2.668.861	-0,30	2.486.556	2.481.566	-0,20	2.197	2.507	14,09
Algodão	1.125.240	1.189.460	5,71	301.928	315.477	4,49	301.928	315.477	4,49	3.727	3.770	1,17
Feijão	319.402	298.556	-6,53	634.136	578.454	-8,78	539.447	489.617	-9,24	504	610	21,06
Milho	1.635.849	1.882.648	15,09	843.328	804.372	-4,62	747.711	707.014	-5,44	1.940	2.663	37,28

(Conclusão)

Tabela 23 – Estimativas de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2007/2008

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2007 (1)	2008 (2)	Var. (%)	2007 (1)	2008 (2)	Var. (%)	2007 (1)	2008 (2)	Var. (%)	2007	2008	Var. (%)
Soja	2.298.000	2.747.634	19,57	851.000	905.018	6,35	851.000	905.018	6,35	2.700	3.036	12,43
Sorgo	85.547	103.049	20,46	46.470	65.540	41,04	46.470	64.440	38,67	1.841	1.599	-13,13
Total	-	-	-	3.885.244	3.901.179	0,41	3.593.185	3.636.052	1,19	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA/GCEA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) PAM/IBGE safra 2007.

(2) LSPA/IBGE dezembro 2008.

(3) Rendimento= produção física/área colhida.

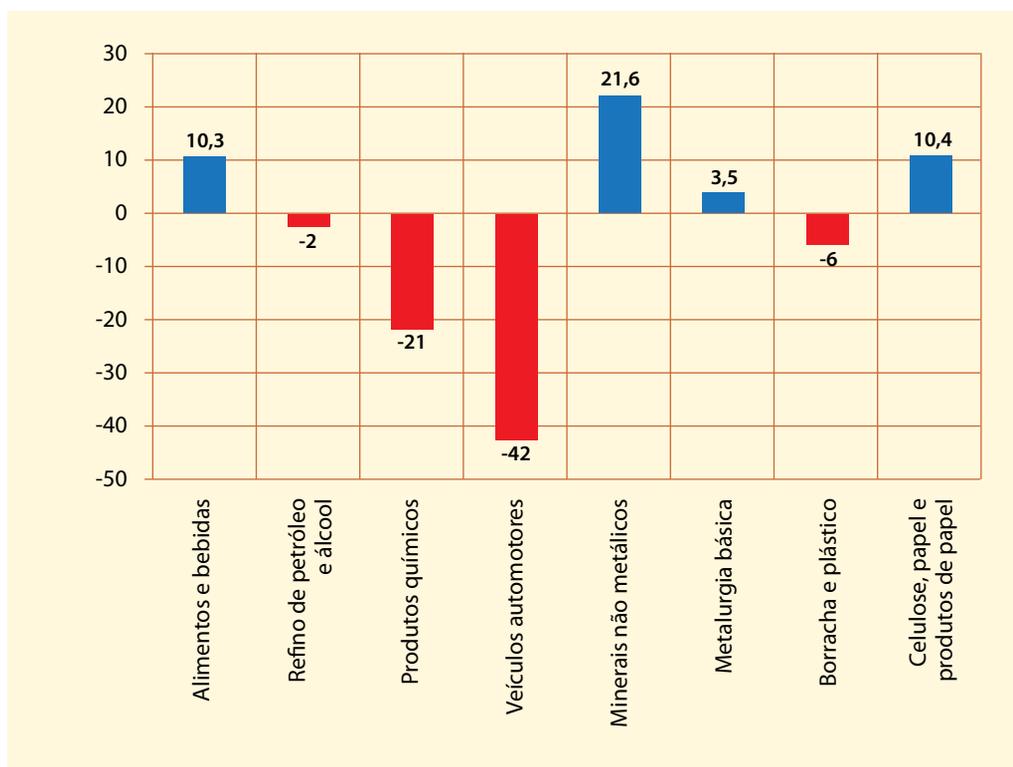
No segmento industrial, merece destaque o resultado alcançado pela construção civil, que durante 12 trimestres consecutivos manteve expansão na produção. No quarto trimestre de 2008, em comparação com igual período anterior, a atividade expandiu-se em 6,0%. A indústria extrativa mineral, embora em menor intensidade, voltou a apresentar retração (-0,86%) no quarto trimestre de 2008. A queda de 2% na extração de petróleo foi o fato que impediu um melhor desempenho deste segmento, dada a representatividade que ele exerce no total da atividade de extração mineral no estado da Bahia. Mesmo assim, a indústria extrativa encerrou o ano de 2008 com expansão de 1,1% na produção.

Na indústria de transformação, segundo as informações do relatório da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, observa-se que o quarto trimestre foi o de pior desempenho dos últimos cinco anos. A retração de 7,0% só não teve impactos mais negativos porque o setor já havia acumulado uma relevante expansão até o terceiro trimestre do ano. Apenas para relembrar, no terceiro trimestre de 2008, a indústria baiana de transformação avançou 7,5%, taxa superior à assinalada no segundo (6,4%) e no primeiro trimestre (5,0%). Esta elevação no dinamismo, na passagem do segundo para o terceiro trimestre, foi explicada, em grande parte, pelo ganho de ritmo em algumas atividades, com destaque para o segmento de produtos químicos, que passou de uma retração de -4,3% no segundo trimestre para uma expansão 3,7% no terceiro trimestre; e celulose e papel, que acelerou o ritmo de crescimento (de 38,0% para 53,6%).

Entretanto, no quarto trimestre, extremamente afetada pela diminuição na demanda internacional, bem como pelos desajustes causados pela crise financeira internacional, a indústria baiana de transformação apresentou uma retração de 7,0%. Praticamente todos os subsetores de atividade apresentaram queda na produção. As maiores perdas foram sentidas pela indústria automobilística, que se retraiu 43% (só em dezembro de 2008, em relação a dezembro de 2007, a queda na produção de automóveis atingiu 100%). Também a indústria química apresentou uma queda de 22%, em função da diminuição na produção de resinas de polietileno ocasionada pela queda na demanda nacional e internacional. Outro resulta-

do negativo foi registrado no refino de petróleo (queda de 2,5%), atrelado às paradas para manutenção na refinaria.

Ainda nessa comparação trimestral, é importante destacar, também, o desempenho da indústria de borracha e plástico, em função dos pesados investimentos realizados principalmente no segmento de pneumáticos. Diariamente, a indústria baiana de pneumáticos produz cerca de 36 mil unidades. No quarto trimestre de 2008, em relação ao igual período do ano anterior, a indústria de borracha e plásticos teve uma queda de 6%. Acreditava-se que esse era um dos segmentos que deveriam apresentar alguma retração também no primeiro trimestre de 2009, uma vez que 50% da produção interna é destinada para o exterior, que, em função da crise mundial e da recessão econômica nos principais países da Europa e Estados Unidos, diminuíram suas encomendas às fábricas localizadas na Bahia (ALCÂNTARA, 2008).



**Gráfico 4 – Evolução da indústria baiana de transformação segundo subsectores de atividades – out.-dez. 2008/out.-dez. 2007 – Bahia – 1995-2008**

Fontes: PIM-PF/IBGE.

Em outubro de 2008, já se percebeu um impacto da crise financeira internacional no resultado global da indústria baiana, que se retraiu 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor químico/petroquímico foi o mais duramente atingido, com expressiva retração de 12,2%. E de lá até o fechamento do ano de 2008, foram sucessivas

quedas na produção da indústria química. Em relatório de análise conjuntural, a FIEB destacou pontos que ajudam a explicar o mau desempenho registrado na principal indústria da Bahia.

Segundo o relatório,

O segmento químico/petroquímico baiano sentiu os efeitos da crise financeira internacional em 2008, promovendo paradas não-programadas ou reduzindo a produção em algumas unidades. No final de 2008, o agravamento da crise internacional provocou a quase paralisação da demanda por resinas termoplásticas e petroquímicos básicos (tanto no mercado interno quanto no externo), com a conseqüente formação de elevados estoques. Algumas empresas do Pólo de Camaçari optaram pela suspensão da produção de algumas plantas, como os casos das unidades de Olefinas I (que já havia realizado uma parada programada de 30 dias entre maio e junho de 2008), PE-2 (polietileno, por conta também de um acidente na planta) e de caprolactama da Braskem; Acrinor; Proquigel e Unigel Plásticos; além da redução da produção da Fafen. A desvalorização do câmbio também causou prejuízos importantes sobre o caixa de algumas empresas, a exemplo da Braskem, que registrou elevadas perdas no 3º trimestre do ano (R\$ 849 milhões), revertendo o resultado positivo de R\$ 465 milhões para prejuízo de R\$ 384 milhões no acumulado dos primeiros 9 meses de 2008. O segmento químico/petroquímico da Bahia promoveu o fechamento/paralisação de algumas unidades, a exemplo da CIBA Especialidades, unidades de DMT e PET da Braskem, da planta de pentaeritritol da Copenor e das plantas de cellosize (hidroxietilcelulose) e estireno da Dow Química (ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL, 2008b, p. 29).

Por tudo isso, e levando-se em consideração o elevado grau de concentração da indústria baiana nos segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, automotivo e de produtos alimentícios, houve uma forte desaceleração no quarto trimestre de 2008, freando o resultado global do ano (até o terceiro trimestre, indicava um crescimento superior a 4,5%). Com a queda de 7% no quarto trimestre de 2008 (em comparação ao mesmo período do ano anterior), a indústria baiana de transformação encerrou o ano com uma expansão de apenas 2,9% em relação à produção do ano de 2007.

Apesar da expectativa quanto aos novos investimentos no parque industrial baiano, principalmente em direção à indústria naval, bem como os programas para a cadeia petroquímica, as incertezas ainda eram muito grandes para o ano de 2009. As expectativas iniciais eram de queda na produção industrial no primeiro trimestre do ano, atrelada à diminuição na atividade causada pela crise da economia mundial, que diminuiu o ritmo de crescimento e, portanto, as compras internacionais (exportações) de países que são grandes demandantes do Brasil, a exemplo do EUA, China, Japão, além da Zona do Euro.

Reflexo imediato da finalização da primeira fase das obras do metrô de Salvador, bem como do chamado *boom* imobiliário — que expandiu a oferta de imóveis, nos três anos anteriores, em média, 40% ao ano —, a construção civil, segmento que absorve uma elevada quantidade de mão de obra, voltou a apresentar expansão na atividade, com crescimento de 6% no quarto

trimestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007. Dessa maneira, o setor encerrou o ano com uma expansão de 8,4%, melhor resultado dos últimos cinco anos.

A despeito desse bom resultado, o emprego formal na construção civil foi bastante afetado no último trimestre. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o setor apresentou uma perda de 4.300 postos com carteira assinada em dezembro de 2008, o que reduziu o ímpeto de crescimento no emprego que vinha se observando até o terceiro trimestre do ano. Mesmo assim, o saldo do emprego na construção, ao longo do ano, ficou positivo em cerca de 3.900 novos postos, resultando em um crescimento de 4,2% em relação ao ano de 2007.

**Tabela 24 – Comportamento do emprego formal por setor de atividade econômica – Bahia  
Dez. 2008/jan.-dez. 2008**

Atividade econômica	Total de admitidos	Total de desligados	Saldo (Admitidos-desligados)	Var. % no estoque
Dezembro de 2008				
Total	34.804	50.029	-15.225	-1,18
Extrativa mineral	67	257	-190	-1,57
Indústria de transformação	3.168	6.588	-3.420	-1,85
Serviços industriais e de utilidade pública	108	197	-89	-0,56
Construção civil	3.975	8.318	-4.343	-4,09
Comércio	10.645	10.863	-218	-0,07
Serviços	13.688	15.364	-1.676	-0,31
Administração pública	88	337	-249	-0,86
Agropecuária	3.065	8.105	-5.040	-4,99
Janeiro a dezembro de 2008				
Total	610.700	569.778	40.922	3,37
Extrativa mineral	2.464	2.189	275	2,38
Indústria de transformação	76.391	72.297	4.094	2,34
Serviços industriais e de utilidade pública	2.319	2.337	-18	-0,11
Construção civil	96.041	92.149	3.892	4,23
Comércio	131.184	117.541	13.643	4,73
Serviços	208.247	188.955	19.292	3,79
Administração pública	2.478	1.769	709	2,53
Agropecuária	91.576	92.541	-965	-1,03

Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – Lei 4.923/65.

Nota: A variação no estoque de empregos é obtida mediante a divisão da variação absoluta sobre o estoque do primeiro dia do mês. No acumulado do ano, a variação é medida para o conjunto de meses, comparando o estoque no início do período com o estoque final. Mostra o desempenho do emprego em termos percentuais.

No bojo dessa análise, merece especial destaque o setor do comércio, que, conforme os dados da tabela anterior, gerou aproximadamente 13.700 novos postos de trabalho no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2008. Corroborando esse resultado, há de se

mencionar o bom desempenho das suas vendas, que, na Bahia, por 61 meses consecutivos, apresentaram incrementos reais. No quarto trimestre do ano de 2008, em relação ao igual período do ano anterior, o comércio baiano apresentou uma expansão de 1,8%, acumulando, no ano, 6,3% de incremento real nas vendas.

De janeiro a setembro de 2008, os setores mais ligados ao crediário apresentaram as mais significativas expansões na atividade. Justamente por isso, no quarto trimestre, houve uma diminuição na intensidade do crescimento do setor varejista baiano, o que não chegou a comprometer o resultado anual, mas significou uma redução em relação à taxa de crescimento do período 2007/2006, que atingiu 12%.

Em meados de setembro, os reflexos da crise econômica internacional se intensificaram mais fortemente na economia brasileira e também na baiana. Os seus efeitos foram sentidos nos diversos segmentos da atividade econômica, com consequências, também, para o comércio varejista. Com o agravamento da crise, as instituições financeiras se tornaram mais seletivas na concessão de financiamentos. O crédito ficou mais caro, em razão da alta dos juros, e os prazos de parcelamento das vendas, mais reduzidos.

Esses fatores foram preponderantes para inibir o desempenho do varejo, principalmente nos segmentos de bens duráveis, cujas vendas, em cerca de 75%, são financiadas e, portanto, altamente dependentes das taxas de juros e dos prazos do crediário.

Entre janeiro e dezembro de 2008, o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou uma expansão acumulada de 16,6%. Impulsionado pelas facilidades de acesso ao crédito, pelas reduções de preços, principalmente dos eletroeletrônicos, e pela elasticidade dos prazos de pagamento, o segmento vinha apresentando sucessivos desempenhos positivos, nos três anos antecedentes.

Outro importante segmento que apresentou expansão em 2008 foi o de venda de veículos, motos e acessórios, que, nesse mesmo corte temporal, expandiu 11,5%. Trata-se da comercialização de bens de preço elevado, cuja aquisição depende principalmente do crédito e dos juros. Por isso, parte considerável das vendas é realizada a prazo, sobretudo as dos carros populares, que respondem por parcela expressiva das receitas do segmento. O aumento das vendas de veículos e motocicletas pode ser creditado às medidas de estímulos ao consumo que foram adotadas pelo governo federal, como liberação de recursos para as montadoras e redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros populares, deixando-os mais baratos.

**Tabela 25 – Desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividades – Bahia Jan.-dez. 2008**

Atividades	Acumulado no ano de 2008 (2)	
	Valor nominal de vendas	Volume de vendas (3)
Comércio varejista (1)	12,9	7,8
1 - Combustíveis e lubrificantes	11,8	11,3
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	14,7	2,1
2.1 - Hipermercado e supermercado	13	1,2
3 - Tecidos, vestuário e calçados	1,9	-2,5
4 - Móveis e eletrodomésticos	12	16,3
5 - Artigo farm., med.ort.e de perfumaria	13,1	11,6
6 - Equipamentos materiais para escritório, informática e comunicação	-4,1	8,8
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	22,5	23,6
8 - Outros artigos de uso pessoais e domésticos	28,2	25,1
9 - Veículos e motos, partes e peças	15,3	11,5
10 - Material de construção	17,3	10,3

Fonte: IBGE-PMC.

(1) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

(2) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(3) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

O resultado do comércio exterior também merece destaque nessa análise, principalmente se considerarmos que, a despeito de toda a crise financeira mundial, que provocou turbulências no cenário internacional, o estado da Bahia, novamente, superou o valor exportado ao longo de todo o ano de 2007. Em 2008, foram contabilizados, segundo os dados do Promo-Bahia, cerca de US\$ 8,7 bilhões, contra US\$ 7,4 bilhões de 2007, isto é, um crescimento de 17,4% (INFORMATIVO DE COMÉRCIO EXTERIOR, 2008).

Segundo as informações do Promo-Bahia, que é a agência responsável pela análise do comércio exterior da Bahia, dois foram os fatores mais diretamente associados ao desempenho das exportações baianas no ano de 2008: em primeiro lugar, o preço dos produtos exportados (principalmente as *commodities*), que alcançaram uma valorização média de 11,4% e que, antes da crise, tiveram um grande incremento na demanda internacional, principalmente para a China, União Europeia e EUA (esses dois últimos, os mais afetados pela crise da economia mundial).

Em segundo lugar, a expansão da celulose — fortemente incentivada no estado por meio de políticas de atração de investimentos industriais —, que passou, pela primeira vez na história recente do estado, a figurar como principal produto da pauta de exportações, com vendas de US\$ 1,5 bilhão (crescimento de 67,5% em relação a 2007).

Outro destaque no que se refere às exportações deve ser creditado às *commodities* agrícolas, que, juntas, expandiram 43%, com valor exportado próximo a US\$ 1,6 bilhão. A soja apresentou o maior incremento nas vendas externas entre todos os produtos da pauta de exportações do estado da Bahia em 2008. Na comparação com o ano de 2007, houve uma expansão de 91,2%, como resposta da grande produção interna (cerca de 2,7 milhões de toneladas) e também pelo aumento da demanda externa, sobretudo da China.

Com tudo isso, o saldo comercial foi de aproximadamente US\$ 2,2 bilhões, isto é, 9,9% maior que o registrado em 2007. Assim sendo, segundo o relatório de análise do comércio exterior do Promo, possíveis impactos na balança comercial da Bahia poderiam ser percebidos no início do ano de 2009.

Os prováveis reflexos da queda nas cotações das *commodities*, assim como uma desaceleração nos pedidos, só terão efeito na balança comercial baiana no início de 2009, caso o cenário atual de escassez de crédito e volatilidade do dólar seja mantido, assim como um encolhimento nas vendas, resultado de um desaquecimento da economia mundial. [...] O efeito sobre as *commodities* é mais rápido, já que são o primeiro elo da cadeia e, diante da perspectiva de retração da economia, são os primeiros produtos a terem a demanda reduzida (INFORMATIVO DE COMÉRCIO EXTERIOR, 2008, p.2).

A Tabela 26, a seguir, evidencia o desempenho das principais exportações baianas realizadas em 2008. Nela, podem-se perceber os segmentos que foram mais duramente afetados pela crise mundial, a exemplo do setor de produtos químicos e petroquímicos, além do automotivo, que apresentou seu pior resultado desde que a Bahia se tornou exportadora de veículos automotores, em 2002.

(Continua)

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Variação (%)	Participação (%)
	2007	2008		
Papel e celulose	897.384	1.503.019	67,5	17,3
Químicos e petroquímicos	1.580.415	1.387.220	-12,2	15,9
Petróleo e derivados	1.003.710	1.356.462	35,1	15,6
Metalúrgicos	1.076.546	1.173.632	9,0	13,5
Soja e derivados	392.559	750.447	91,2	8,6
Automotivo	761.556	653.803	-14,1	7,5
Minerais	222.504	284.563	27,9	3,3
Cacau e derivados	224.650	262.215	16,7	3,0
Borracha e suas obras	246.847	228.281	-7,5	2,6
Algodão e seus subprodutos	153.150	170.127	11,1	2,0
Frutas e suas preparações	138.275	156.630	13,3	1,8
Café e especiarias	118.187	123.591	4,6	1,4
Couros e peles	108.607	104.126	-4,1	1,2

(Conclusão)

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Variação (%)	Participação (%)
	2007	2008		
Sisal e derivados	84.330	93.975	11,4	1,1
Calçados e suas partes	82.542	90.334	9,4	1,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	74.994	87.599	16,8	1,0
Móveis e semelhantes	65.563	42.992	-34,4	0,5
Fumo e derivados	22.480	28.266	25,7	0,3
Pesca e aquicultura	7.597	8.298	9,2	0,1
Demais segmentos	146.833	193.084	31,5	2,2
<b>Total</b>	<b>7.408.729</b>	<b>8.698.664</b>	<b>17,41</b>	<b>100,00</b>

Fonte: MDIC/Secex. Dados coletados em 9/1/2009.

Elaboração: SEI.

Para finalizar esse breve balanço da conjuntura econômica em 2008, cumpre explicitar o desempenho do setor de serviços, que também apresentou um bom resultado em suas principais atividades e encerrou o ano com uma expansão de aproximadamente 4,6%. Como demonstrado anteriormente pelos dados do Caged, que medem apenas o emprego formal, o setor de serviços foi o que mais empregos criou em 2008.

Nesse mesmo ano, diversas atividades ligadas a serviços apresentaram expansão no nível da atividade, entre elas os setores ligados ao turismo, que foram bastante favorecidos pelo aumento do dólar, que desestimulou as viagens para o exterior. O setor de alojamento e alimentação, em resposta direta desse movimento da economia, expandiu-se 6,7%, como reflexo imediato do incremento turístico já característico de fim de ano e bastante ampliado pela conjuntura internacional. A análise do setor de transporte aéreo, atrelado ao citado segmento, corrobora os resultados. Entre janeiro e dezembro de 2008, o fluxo de passageiros desembarcados na Bahia aumentou cerca de 9,2%.

Além disso, em função da diminuição do desemprego na Região Metropolitana de Salvador, que, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), caiu 6,5% na comparação com o ano 2008/2007, houve expansão na atividade dos demais serviços (prestados às famílias e empresas). O nível de ocupações nesse segmento de serviços cresceu 4,6% em 2008/2007.

Revela a mesma pesquisa que, em relação ao período 2008/2007, houve crescimento do rendimento real médio, tanto da população ocupada (6,1%) quanto da assalariada (5,4%).



## REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB, 15 set. 2008a. 77 p. Disponível em <[www.fieb.org.br](http://www.fieb.org.br)>. Acesso em: 1 dez. 2008.

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB/SDI, 2008b. 102 p. Edição especial.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Produção e refino de petróleo e outros combustíveis*. Disponível em [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br). [Brasília, DF]: ANP, [2004]. Disponível em: <[www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)>. Acesso em: 5 mar. 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. [Brasília, DF]: ANP, [2005]. Disponível em: <[www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)>. Acesso em: 5 mar. 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. [Brasília, DF]: ANP, [2006]. Disponível em <[www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)>. Acesso em: 5 mar. 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. [Brasília, DF]: ANP, [2007]. Disponível em: <[www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)>. Acesso em: 20 set. 2007.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. [Brasília, DF]: ANP, [2008]. Disponível em <[www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)>. Acesso em: 22 abr. 2008.

ALCÂNTARA, Débora. Fábrica de pneus anunciam férias coletivas no Estado. *A Tarde*, 19 nov. 2008.

BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Investimentos industriais realizados na Bahia em 2007*. Salvador: SICM, [2007]. Disponível em: <[www.sicm.ba.gov.br](http://www.sicm.ba.gov.br)>. Acesso em: 21 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. *Investimentos industriais da Bahia no período 2007-2008*. Salvador: SICM, [2008]. Disponível em: <[www.sicm.ba.gov.br](http://www.sicm.ba.gov.br)>. Acesso em: 1 dez. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, DF: BCB, [2008]. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 2 maio 2008.

BOLETIM DE CONJUNTURA [do] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [Rio de Janeiro], n. 78, set. 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2007.

BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, [2008]. Disponível em: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br). Acesso em: 20.dez. 2008.

BOLETIM MENSAL DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSES DE CONSUMO. Salvador: COELBA, [2007]. Disponível em: <[www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br)>. Acesso em: 17 dez. 2007.

CARNEIRO, Roberto A. Fortuna. Cresce a indústria de transformação da Bahia. Bahia. Análise & Dados: retrospectiva 98 e perspectivas, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 23-26, set./dez. 1998.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA - PROMO. *Desempenho do comércio exterior*. Salvador: PROMO, [2004]. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 12 maio de 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Salvador: PROMO, [2005]. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Salvador: PROMO, [2006]. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 12 maio de 2006.

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA. *Evolução das exportações nos Portos Baianos – Portos da Codeba e Terminais Privativos*. Salvador: Codeba, 2007.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Salvador: Codeba, 2008.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde; MACHADO, Gustavo Bittencourt. Agricultura: continua tudo (a) normal Bahia. Análise & Dados: retrospectiva 98 e perspectivas, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 27-35, set./dez. 1998.

DESEMPENHO da Conjuntura Baiana no 1º Trimestre de 2007. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 155, jun. 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. *Movimentações Operacionais no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães*. Salvador: Infraero, 2007.

FIGUEIRÔA, Edmundo Sá Barreto; PESSOTI, Gustavo Casseb. O Novo PIB da Bahia: breves notas metodológicas e rebatimentos regionais. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n.155, jun. 2007.

GÓES, M. C. A modernização das estatísticas econômicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS. 1966, Rio de Janeiro. *Informação para uma sociedade mais justa: textos para discussão*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 9, t. 5.

INFORMATIVO DE COMÉRCIO EXTERIOR. Salvador; PROMO, [2007]. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2007.

INFORMATIVO DO COMÉRCIO EXTERIOR: *comércio exterior da Bahia*. Salvador: PROMO, [2008]. Disponível em: <[www.promobahia.com.br](http://www.promobahia.com.br)>. Acesso em: 20 dez. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE*: publicação provisória. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 194 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE*: versão 1.0. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004a. 326 p. Acompanha 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. *Contas Nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, [2005]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 22 maio 2005.

\_\_\_\_\_. *Contas Nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, [2006a]. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 22 maio 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas Trimestrais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, [2007a]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 14 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas do cadastro central de empresas 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 167 p. Acompanha 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. *Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2000-2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b. 77 p. (Contas nacionais, 19).

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais: Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004b. 156 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Acompanha 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais: Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 67 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais: Brasil, referência 2000*. Nota metodológica nº 01: apresentação da nova série do sistema de contas nacionais, referência 2000 (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/01\\_apresentacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/01_apresentacao.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais: Brasil, referência 2000*. Nota metodológica nº 02: estrutura do sistema de contas nacionais (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006c. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/02\\_estrutura.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/02_estrutura.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais: Brasil, referência 2000*. Nota metodológica nº 03: base de dados (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006d. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/03\\_basedados.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/03_basedados.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais: Brasil, referência 2000*. Nota metodológica nº 04: classificação de produto e atividade (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006e. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/04\\_classificacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/04_classificacao.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais: Brasil, referência 2000*. Nota metodológica nº 05: modos de produção (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006f. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/05\\_modos.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/05_modos.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 06: conta de produção das atividades (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006g. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/06\\_conta\\_producao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/06_conta_producao.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 11: administração pública (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006h. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/11\\_APU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/11_APU.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 12: consumo de capital fixo das administrações públicas (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006i. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/12\\_consumo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/12_consumo.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 14: atividade agropecuária (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006j. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/14\\_agropecuaria.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/14_agropecuaria.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 15: atividade construção civil (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006l. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/15\\_construcao\\_civil.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/15_construcao_civil.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 16: atividade energia elétrica (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006m. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/16\\_energia.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/16_energia.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 18: aluguel de imóveis (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006n. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/18\\_aluguel.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/18_aluguel.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 19: formação bruta de capital fixo (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006o. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/19\\_formacao\\_capital.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/19_formacao_capital.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Sistema de contas nacionais*: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 20: impostos (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/20\\_impostos.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/20_impostos.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de contas nacionais: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 23: expansão da produção (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006q. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/23\\_expansao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/23_expansao.pdf)>. Acesso em: nov. 2008.

\_\_\_\_\_. Sistema de contas nacionais: Brasil, referência 2000. Nota metodológica nº 26: Revisão da série 1995-2001 (retropolação) (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006q. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/26\\_RetropolacaoRegional.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/26_RetropolacaoRegional.pdf)>. Acesso em: nov. 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Sistema de contas nacionais 1993*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1998. 989 p.

\_\_\_\_\_. *System of national accounts 1993*. Brussels/Luxembourg: Commission of the European Communities, 1993. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>>. Acesso em: nov. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. *EMBRATUR*: relatórios de turismo no Brasil. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. *EMBRATUR*: relatórios de turismo no Brasil. Brasília, 2008.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO. Rio de Janeiro: IBGE, [2004]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 16 out. 2004.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2005]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 16 out. 2005.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2006]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 16 out. 2006.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 12 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2008]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 28 dez. 2008.

MELLO, Mônica. A cidade cresce. (Construção tem crescimento chinês). *Bahia Indústria*, Salvador, n. 183, p. 16-20. abr. 2008.

PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, 2008. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, 2008. 153 p. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS 2006. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 2008. 209 p. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO [da] Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, [2008]. Disponível em: <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>. Acesso em: 1.dez. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL 2006: empresa. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, n. 1, 2008. 276 p. Acompanha 1 CD-ROM.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE, [2004]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2005]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2005.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2006]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2006.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.. Acesso em: 21 maio 2007.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2008]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 fev. 2008.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, [2004]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2004.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2005]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2005.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2006]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2006.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 2007.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, [2008]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 fev. 2008.

PIB TRIMESTRAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, [2008]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10. mar. 2008.

SANTANA, Marivone Leite. Comércio atenua desaceleração da economia baiana. Revista Bahia análise & dados: retrospectiva 1995 e perspectivas. Salvador, v. 5, n. 3, p. 97-93, dez. 1995.

SPOLADOR, Humberto Francisco Silva; BARROS, Geraldo Sant’Ana de Camargo. Taxa de juros e desempenho da agricultura – uma análise macroeconômica. [s.l.], 2003. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O321.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

## GLOSSÁRIO

**Atividade econômica** – Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

**Consumo intermediário** – Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

**Deflator** – variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

**Impostos sobre a produção e de importação** – Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

**Impostos sobre produtos** – Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

**Produto interno bruto** – Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores, acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, igual à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção - o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

**Remuneração dos empregados** – Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais efetivas) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

**Salários e ordenados** – Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

**Serviços de intermediação financeira indiretamente medidos** – Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

**Subsídios à produção** – Transferências correntes sem contrapartida das administrações públicas, destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

**Território econômico** – Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

**Unidade residente** – Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

**Valor adicionado** – Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

**Varição de estoques** – Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

# APÊNDICE

85

*Série Estudos e Pesquisas*



## TABELAS E GRÁFICOS DE RESULTADOS

<b>Anos</b>	<b>Agricultura, silvicultura e exploração vegetal</b>	<b>Pecuária e pesca</b>	<b>Total</b>
2002	77,0	23,0	100,0
2003	74,8	25,2	100,0
2004	79,1	20,9	100,0
2005	75,3	24,7	100,0
2006	73,6	26,4	100,0
2007	79,0	21,0	100,0
2008 (1)	70,3	29,7	100,0

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação

<b>Atividades</b>	<b>Indústria de transformação</b>	<b>Indústria da construção</b>	<b>Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e limpeza urbana</b>	<b>Indústrias extrativa mineral</b>
2002	55,0	25,1	15,4	4,5
2003	55,0	22,2	18,0	4,8
2004	53,7	22,7	18,1	5,6
2005	52,4	25,4	16,9	5,3
2006	51,4	24,3	17,5	6,8
2007	49,6	24,9	19,0	6,5
2008 (1)	48,3	25,0	16,3	10,4

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação.

Tabela 29 – Estrutura do setor industrial – Bahia – 2002-2008

(%)

Atividades	Ano						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
Comércio e serviços de manutenção e reparação	17,3	18,7	19,8	18,7	18,7	21,2	19,7
Serviços de alojamento e alimentação	3,9	3,4	3,7	5,1	3,8	3,7	3,5
Transportes, armazenagem e correio	6,7	7,0	6,7	7,2	7,4	7,1	6,9
Serviços de informação	4,6	5,2	4,9	4,8	4,7	4,3	3,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	8,0	6,4	5,8	6,4	6,4	6,3	6,4
Serviços prestados às famílias e associativos	3,4	3,1	3,3	3,3	3,7	3,4	3,5
Serviços prestados às empresas	5,2	6,0	6,7	6,4	6,4	7,7	7,1
Atividades imobiliárias e aluguel	15,8	15,4	15,1	14,3	13,8	13,0	13,8
Administração, saúde e educação públicas	26,8	26,6	26,0	26,6	27,6	26,2	28,1
Saúde e educação mercantis	6,2	6,2	6,0	5,1	5,2	4,9	5,2
Serviços domésticos	1,9	1,9	2,0	2,1	2,2	2,1	2,3

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação.

Tabela 30 – Produto interno bruto total e per capita – Índices e taxas de crescimento Bahia – 1995-2008

Ano	PIB total (valores correntes - R\$ Milhão)	Índice do PIB real (2002 = 100)	Taxa de crescimento do PIB (%)	População (Habitantes)	PIB Per capital (valores correntes - R\$ 1,00)	Índice do PIB per capita real (2002 = 100)	Taxa do PIB per capita (%)
1995	26.427	100,0	...	12.510.017	2.112	100,0	...
1996	32.431	101,7	1,7	12.627.496	2.568	100,7	0,7
1997	36.528	108,2	6,5	12.744.594	2.866	106,3	5,5
1998	37.838	108,7	0,5	12.855.079	2.943	105,9	-0,4
1999	41.883	109,4	0,6	13.011.002	3.219	105,2	-0,6
2000	46.523	113,8	4,1	13.142.688	3.540	108,4	3,0
2001	51.096	114,3	0,4	13.275.193	3.849	107,8	-0,6
2002	60.672	116,0	1,5	13.409.108	4.525	108,3	0,5
2003	68.147	118,5	2,2	13.544.336	5.031	109,6	1,1
2004	79.083	130,0	9,6	13.682.074	5.780	119,0	8,6
2005	90.919	136,3	4,8	13.815.334	6.581	123,6	3,9
2006	96.521	139,9	2,7	13.950.146	6.919	125,7	1,7
2007	109.652	147,3	5,3	14.080.670	7.787	131,2	4,3
2008 (1)	119.923	154,3	4,8	14.225.803	8.430	136,1	3,8

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação.

**Tabela 31 – Taxa média de crescimento do produto interno bruto - por período  
Bahia – 2002-2008**

Ano inicial	Ano final					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
2002	2,2	5,8	5,5	4,8	4,9	4,8
2003		9,6	7,2	5,7	5,6	5,3
2004			4,8	3,7	4,3	4,2
2005				2,7	4,0	4,0
2006					5,3	4,7
2007						4,8

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

**Tabela 32 – Taxa de crescimento acumulada do produto interno bruto - por períodos  
Bahia – 2002-2008**

Ano inicial	Ano final					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
2002	2,2	12,0	17,4	20,5	26,9	32,2
2003		9,6	14,9	18,0	24,2	29,4
2004			4,8	7,6	13,3	18,1
2005				2,7	8,1	12,6
2006					5,3	9,7
2007						4,8

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

**Tabela 33 – Taxa média de crescimento do PIB per capita - por período – Bahia – 2002-2008**

Ano inicial	Ano final					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
2002	1,1	4,8	4,5	3,8	3,9	3,8
2003		8,6	6,2	4,7	4,6	4,3
2004			3,9	2,8	3,3	3,3
2005				1,7	3,0	3,1
2006					4,3	3,7
2007						3,8

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

**Tabela 34 – Taxa de crescimento acumulada do PIB per capita - por períodos  
Bahia – 2002-2008**

Ano inicial	Ano final					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
2002	1,1	9,9	14,1	16,1	21,1	24,9
2003		8,6	12,8	14,7	19,7	23,5
2004			3,9	5,6	10,2	13,7
2005				1,7	6,1	9,5
2006					4,3	7,6
2007						3,8

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

**Tabela 35 – Produto interno bruto segundo atividades – Bahia – 2002-2008**

Produtos	Ano						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
Moeda	R\$Milhão						
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	4.266	4.702	5.831	5.068	4.775	6.496	5.858
Pecuária e pesca	1.277	1.588	1.541	1.658	1.717	1.725	2.478
Indústria extrativa mineral	678	821	1.170	1.324	1.724	1.739	3.356
Indústria de transformação	8.352	9.368	11.211	13.188	13.003	13.281	15.625
Construção civil	3.803	3.782	4.735	6.385	6.133	6.670	8.100
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2.343	3.069	3.777	4.260	4.424	5.103	5.268
Comércio e serviços de manutenção e reparação	5.543	6.718	7.897	8.667	9.495	12.769	12.131
Alojamento e alimentação	1.257	1.212	1.490	2.366	1.952	2.251	2.161
Transportes e armazenagem	2.144	2.527	2.675	3.337	3.778	4.253	4.240
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	2.570	2.306	2.295	2.964	3.236	3.798	3.922
Administração, saúde e educação públicas	8.570	9.545	10.358	12.345	14.025	15.779	17.309
Outros serviços	11.879	13.615	15.081	16.652	18.241	21.297	21.928
Valor adicionado a preços básicos	52.681	59.252	68.062	78.215	82.503	95.161	102.375
Impostos sobre produtos	7.990	8.895	11.021	12.704	14.018	14.491	17.548
PIB	60.672	68.147	79.083	90.919	96.521	109.652	119.923
População residente	13.409.108	13.544.336	13.682.074	13.815.334	13.950.146	14.080.670	14.225.803
PIB per capita em 1,00 unidade monetária	4.525	5.031	5.780	6.581	6.919	7.787	8.430

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

Tabela 36 – Estrutura do produto interno bruto – Bahia – 2002-2008

Produtos	Ano						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	8,1	7,9	8,6	6,5	5,8	6,8	5,7
Pecuária e pesca	2,4	2,7	2,3	2,1	2,1	1,8	2,4
Indústria extrativa mineral	1,3	1,4	1,7	1,7	2,1	1,8	3,3
Indústria de transformação	15,9	15,8	16,5	16,9	15,8	14,0	15,3
Construção civil	7,2	6,4	7,0	8,2	7,4	7,0	7,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,4	5,2	5,5	5,4	5,4	5,4	5,1
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,5	11,3	11,6	11,1	11,5	13,4	11,8
Serviços de alojamento e alimentação	2,4	2,0	2,2	3,0	2,4	2,4	2,1
Transportes, armazenagem e correio	4,1	4,3	3,9	4,3	4,6	4,5	4,1
Serviços de informação	2,8	3,2	2,8	2,9	2,9	2,7	2,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	4,9	3,9	3,4	3,8	3,9	4,0	3,8
Serviços prestados às famílias e associativos	2,1	1,9	1,9	2,0	2,3	2,2	2,1
Serviços prestados às empresas	3,1	3,6	3,9	3,8	3,9	4,9	4,3
Atividades imobiliárias e aluguel	9,6	9,4	8,9	8,4	8,5	8,2	8,3
Administração, saúde e educação públicas	16,3	16,1	15,2	15,8	17,0	16,6	16,9
Saúde e educação mercantis	3,8	3,7	3,5	3,0	3,2	3,1	3,2
Serviços domésticos	1,2	1,1	1,1	1,2	1,3	1,4	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

Tabela 37 – Deflatores implícitos do produto interno bruto – Bahia – 2002-2008

Produtos	Ano						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	...	10,0	(9,2)	(25,0)	0,7	21,9	9,2
Pecuária e pesca	...	21,0	(3,0)	6,9	0,6	(1,6)	21,7
Indústria extrativa mineral	...	13,8	32,3	18,7	40,9	(6,4)	32,2
Indústria de transformação	...	0,3	5,6	12,2	(1,9)	(0,0)	12,1
Construção civil	...	7,2	17,8	31,0	(9,6)	3,3	8,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	...	26,0	12,1	6,6	0,1	5,5	7,3
Comércio e serviços de manutenção e reparação	...	22,7	10,8	6,0	4,1	27,5	2,9
Serviços de alojamento e alimentação	...	(6,1)	17,8	47,9	(21,3)	9,7	1,6
Transportes, armazenagem e correio	...	23,0	(7,1)	20,6	13,1	2,3	(3,7)
Serviços de informação	...	23,8	(1,2)	10,7	7,2	0,4	(6,1)
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	...	(7,6)	(9,1)	23,0	2,0	4,1	12,9
Serviços prestados às famílias e associativos	...	4,1	14,2	10,5	18,5	8,9	3,0
Serviços prestados às empresas	...	28,3	8,6	4,7	5,2	34,3	17,2
Atividades imobiliárias e aluguel	...	5,1	4,0	6,5	2,1	5,8	6,2
Administração, saúde e educação públicas	...	9,3	5,9	19,0	9,9	10,4	9,4
Saúde e educação mercantis	...	12,0	2,9	(5,7)	13,1	10,0	10,6
Serviços domésticos	...	14,0	8,2	8,5	11,9	9,9	9,1
Total	...	10,1	4,9	9,9	3,0	9,6	8,5

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

Tabela 38 – Índices do produto interno bruto, segundo atividades – Bahia – 2002-2008

(2002=100)

Produtos	Ano						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	100,0	100,2	137,0	158,8	148,6	165,8	167,6
Pecuária e pesca	100,0	102,7	102,8	103,4	106,4	108,7	111,0
Indústria extrativa mineral	100,0	106,3	114,6	109,3	100,9	108,7	118,5
Indústria de transformação	100,0	111,9	126,7	132,9	133,5	136,4	138,3
Construção civil	100,0	92,8	98,6	101,5	107,8	113,5	124,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	100,0	104,0	114,1	120,8	125,3	137,0	132,7
Comércio e serviços de manutenção e reparação	100,0	98,8	104,8	108,5	114,2	120,4	136,5
Serviços de alojamento e alimentação	100,0	102,7	107,2	115,1	120,7	126,8	123,8
Transportes, armazenagem e correio	100,0	95,8	109,2	112,9	113,1	124,4	131,3
Serviços de informação	100,0	102,7	107,1	111,6	111,5	119,0	118,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	100,0	97,1	106,3	111,6	119,5	134,8	126,8
Serviços prestados às famílias e associativos	100,0	99,1	99,7	107,5	109,8	111,9	115,2
Serviços prestados às empresas	100,0	101,5	115,1	122,8	127,2	135,9	145,4
Atividades imobiliárias e aluguel	100,0	104,4	109,1	112,3	116,4	122,7	127,1
Administração, saúde e educação públicas	100,0	101,9	104,4	104,5	108,0	110,0	111,8
Saúde e educação mercantis	100,0	99,8	104,2	108,9	108,3	109,1	110,1
Serviços domésticos	100,0	98,2	104,2	117,0	121,7	129,4	129,8
Total	100,0	102,2	112,0	117,4	120,5	126,9	133,0

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

Ano	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário	Total
1995	10,4	25,7	63,9	100,0
1996	9,3	24,2	66,5	100,0
1997	9,1	25,4	65,6	100,0
1998	7,7	26,7	65,6	100,0
1999	7,3	27,2	65,5	100,0
2000	8,8	28,9	62,4	100,0
2001	8,9	27,1	64,0	100,0
2002	10,5	28,8	60,7	100,0
2003	10,6	28,8	60,6	100,0
2004	10,8	30,7	58,5	100,0
2005	8,6	32,2	59,2	100,0
2006	7,9	30,6	61,5	100,0
2007	8,6	28,2	63,2	100,0
2008 (1)	8,1	31,6	60,3	100,0

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

Ano	Unidade monetária	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
1995	R\$Milhão	2.415	5.958	14.852
1996	R\$Milhão	2.686	6.946	19.105
1997	R\$Milhão	2.957	8.284	21.433
1998	R\$Milhão	2.600	8.994	22.141
1999	R\$Milhão	2.695	10.079	24.299
2000	R\$Milhão	3.574	11.747	25.381
2001	R\$Milhão	3.932	11.966	28.313
2002	R\$Milhão	5.543	15.176	31.963
2003	R\$Milhão	6.289	17.040	35.923
2004	R\$Milhão	7.372	20.892	39.797
2005	R\$Milhão	6.726	25.158	46.331
2006	R\$Milhão	6.491	25.285	50.727
2007	R\$Milhão	8.221	26.793	60.147
2008 (2)	R\$Milhão	8.336	32.348	61.691

Fonte: SEI/Coref.

(1) Em Valores Correntes

(2) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

**Tabela 41 – Taxa média de crescimento da agropecuária, por período – Bahia – 1995-2008**

Ano inicial	Ano final												
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
1995	0,0	6,2	2,3	2,1	5,0	4,3	4,7	4,2	6,6	7,2	6,1	6,3	6,2
1996		12,7	3,4	2,8	6,3	5,2	5,5	4,8	7,4	8,0	6,7	6,9	6,7
1997			(5,1)	(1,8)	4,3	3,4	4,1	3,6	6,7	7,4	6,1	6,4	6,2
1998				1,6	9,3	6,5	6,5	5,4	8,8	9,3	7,5	7,7	7,4
1999					17,6	9,0	8,3	6,4	10,3	10,7	8,4	8,5	8,1
2000						1,0	3,9	2,8	8,5	9,3	7,0	7,3	7,0
2001							6,8	3,8	11,1	11,5	8,2	8,3	7,8
2002								0,8	13,3	13,1	8,5	8,7	8,0
2003									27,4	19,8	11,3	10,7	9,5
2004										12,7	4,0	5,6	5,4
2005											(4,1)	2,3	3,1
2006												9,1	6,9
2007													4,8

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

**Tabela 42 – Taxa acumulada de crescimento da agropecuária, por período – Bahia – 1995-2008**

Ano inicial	Ano final												
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
1995	0,0	12,7	7,0	8,6	27,7	29,1	37,9	39,0	77,0	99,6	91,4	108,8	118,7
1996		12,7	6,9	8,6	27,7	29,0	37,8	38,9	77,0	99,5	91,3	108,7	118,7
1997			(5,1)	(3,6)	13,3	14,5	22,3	23,3	57,1	77,1	69,8	85,2	94,1
1998				1,6	19,4	20,7	28,9	29,9	65,5	86,6	78,9	95,2	104,5
1999					17,6	18,8	26,9	27,9	63,0	83,8	76,2	92,2	101,4
2000						1,0	7,9	8,8	38,6	56,2	49,8	63,4	71,2
2001							6,8	7,7	37,2	54,6	48,3	61,7	69,5
2002								0,8	28,4	44,8	38,8	51,4	58,7
2003									27,4	43,6	37,7	50,2	57,4
2004										12,7	8,1	17,9	23,6
2005											(4,1)	4,6	9,6
2006												9,1	14,3
2007													4,8

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

Tabela 43 – Taxa média de crescimento da indústria, por período – Bahia – 1995-2008

Ano inicial	Ano final												
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
1995	(0,4)	3,5	2,8	2,1	1,7	1,0	0,8	1,4	2,4	2,5	2,5	2,7	2,7
1996		7,5	4,5	2,9	2,3	1,2	1,0	1,6	2,7	2,9	2,8	3,0	3,0
1997			1,5	0,7	0,6	(0,3)	(0,3)	0,7	2,1	2,3	2,3	2,5	2,6
1998				(0,0)	0,1	(0,9)	(0,7)	0,5	2,2	2,4	2,4	2,6	2,7
1999					0,3	(1,3)	(0,9)	0,7	2,6	2,9	2,7	3,0	3,0
2000						(2,7)	(1,5)	0,8	3,2	3,4	3,2	3,4	3,3
2001							(0,3)	2,6	5,3	5,0	4,4	4,4	4,2
2002								5,6	8,2	6,8	5,6	5,4	5,0
2003									10,8	7,4	5,6	5,3	4,9
2004										4,1	3,1	3,5	3,5
2005											2,1	3,3	3,3
2006												4,5	3,9
2007													3,2

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

Tabela 44 – Taxa acumulada de crescimento da indústria, por período – Bahia – 1995-2008

Ano inicial	Ano final												
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
1995	(0,4)	7,1	8,7	8,6	8,9	5,9	5,6	11,5	23,6	28,6	31,3	37,2	41,7
1996		7,5	9,1	9,1	9,4	6,4	6,0	12,0	24,1	29,2	31,8	37,8	42,3
1997			1,5	1,4	1,7	(1,1)	(1,4)	4,1	15,4	20,1	22,6	28,1	32,3
1998				(0,0)	0,2	(2,5)	(2,8)	2,6	13,8	18,4	20,8	26,3	30,4
1999					0,3	(2,5)	(2,8)	2,7	13,8	18,4	20,9	26,4	30,4
2000						(2,7)	(3,0)	2,4	13,5	18,1	20,5	26,0	30,1
2001							(0,3)	5,3	16,7	21,4	23,9	29,6	33,7
2002								5,6	17,1	21,8	24,3	30,0	34,1
2003									10,8	15,3	17,7	23,0	27,0
2004										4,1	6,2	11,0	14,6
2005											2,1	6,7	10,1
2006												4,5	7,9
2007													3,2

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

**Tabela 45 – Taxa média de crescimento dos serviços, por período – Bahia – 1995-2008**

Ano inicial	Ano final												
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
1995	2,2	3,4	2,6	2,3	2,6	2,5	2,5	2,3	2,6	2,7	2,8	3,0	3,1
1996		4,7	2,8	2,3	2,7	2,6	2,5	2,3	2,7	2,8	2,8	3,0	3,1
1997			1,0	1,1	2,1	2,0	2,1	1,9	2,4	2,5	2,6	2,9	3,0
1998				1,3	2,6	2,4	2,4	2,0	2,6	2,7	2,8	3,1	3,2
1999					3,9	2,9	2,7	2,2	2,9	3,0	3,1	3,3	3,4
2000						2,0	2,2	1,7	2,7	2,8	2,9	3,2	3,3
2001							2,4	1,5	2,9	3,0	3,1	3,4	3,5
2002								0,7	3,2	3,2	3,3	3,6	3,7
2003									5,7	4,5	4,2	4,4	4,3
2004										3,4	3,4	4,0	4,0
2005											3,5	4,2	4,2
2006												5,0	4,6
2007													4,2

Fonte: SEI/Coref.

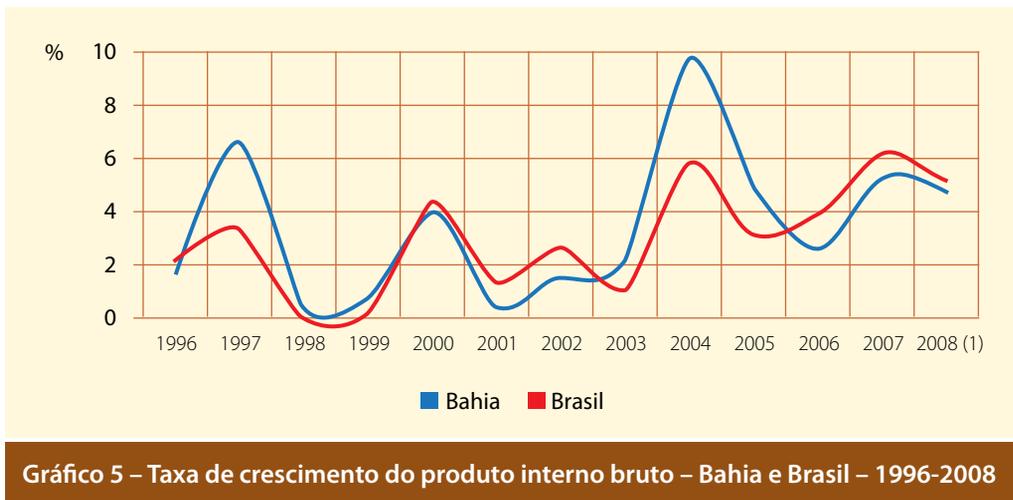
(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

**Tabela 46 – Taxa acumulada de crescimento dos serviços, por período – Bahia – 1995-2008**

Ano inicial	Ano final												
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
1995	2,2	7,0	8,0	9,5	13,7	16,0	18,7	19,6	26,3	30,6	35,1	41,9	47,9
1996		4,7	5,7	7,1	11,3	13,5	16,1	17,0	23,6	27,8	32,2	38,8	44,7
1997			1,0	2,3	6,3	8,4	10,9	11,7	18,1	22,1	26,3	32,6	38,2
1998				1,3	5,3	7,4	9,9	10,7	16,9	20,9	25,1	31,4	36,9
1999					3,9	6,0	8,5	9,2	15,4	19,3	23,4	29,7	35,1
2000						2,0	4,4	5,1	11,1	14,8	18,8	24,8	30,0
2001							2,4	3,1	8,9	12,6	16,5	22,4	27,5
2002								0,7	6,4	10,0	13,8	19,6	24,6
2003									5,7	9,2	13,0	18,7	23,7
2004										3,4	7,0	12,4	17,1
2005											3,5	8,7	13,2
2006												5,0	9,5
2007													4,2

Fonte: SEI/Coref.

(1) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).



**Gráfico 5 – Taxa de crescimento do produto interno bruto – Bahia e Brasil – 1996-2008**

Fontes: SEI, IBGE.  
(1) Dados sujeitos a retificação.